www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2024
NÚMERO 22.319 • 38 PÁGINAS • R$ 4,00

Orgulho de ser um brasiliense

Presidente do **Correio**, Guilherme Machado foi agraciado, ontem, com o título de Cidadão Honorário de Brasília, na Câmara Legislativa. A cerimônia teve a presença da vice-governadora, Celina Leão, e de autoridades dos Três Poderes. A homenagem foi iniciativa do distrital Pastor Daniel de Castro.

Mariana Campos/CB/D.A Press

PÁGINA 19

Planalto vai ao Supremo contra as desonerações

Depois de perder votações no Congresso, ter o veto do presidente Lula derrubado e voltar à carga com a edição de medidas provisórias, ignoradas pelo Parlamento, o governo federal decidiu judicializar a briga contra a desoneração da folha de pagamentos. Agora, uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) vai tentar derrubar o benefício a 17 setores da economia e a pequenos municípios. A Advocacia-Geral da União (AGU) quer que a Corte considere inconstitucional a lei que, na estimativa da Receita Federal, inflige perdas de R$ 10 bilhões anuais aos cofres públicos. Em outro movimento, mas numa tentativa de aproximação com o Legislativo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou projetos de lei que complementam a Reforma Tributária. PÁGINA 7

Direito & Justiça

Uma nova chefia no STJ

Conheça o comando do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2024-2026, eleito esta semana. Herman Benjamin será o presidente e Luis Felipe Salomão, o vice.

Perfis

Eduarda Esposito

Roberval Belinati, 68 anos, é o novo vice-presidente do TJDFT.

Divulgação

TRF1: Gilda Sigmaringa Seixas vai assumir hoje a vice-presidência.

Entrevista

Divulgação/USP

Investimento e soberania na visão de Gilberto Bercovici, da USP.

Gastos minam a estabilidade

Presidente da Frente do Biodiesel, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) criticou, no *CB.Poder*, o descontrole do governo. Ele comentou também sobre a análise de vetos, adiada ontem no Congresso. PÁGINA 2

Ed Alves/CB/DA.Press

Bolsonaro na embaixada foi legal, diz Moraes

STF avalia que o ex-presidente não violou medida cautelar ao se hospedar na representação da Hungria, no carnaval. Para o ministro Alexandre de Moraes, relator da ação sobre a tentativa de golpe, não há motivo para rever limitações aplicadas ao ex-chefe do Planalto.

PÁGINA 5

Ed Alves/CB/DA.Press

Sons ancestrais em Brasília

No centro da capital modernista, 180 povos originários do Brasil mostram a força da cultura indígena. O acampamento Terra Livre tem artesanato, música e uma profusão de línguas. Hoje, uma marcha marca o evento. A Esplanada será fechada ao trânsito. PÁGINAS 6 E 21

Portugal se desculpa por escravidão

VICENTE NUNES / CORRESPONDENTE

Lisboa — Um dia antes do cinquentenário da Revolução dos Cravos, data histórica portuguesa, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu a responsabilidade do país por escravidão e crimes coloniais. Declaração agitou o meio político.

PÁGINA 13

Rodrigo Buendia/AFP

LIBERTADORES

Diferentes atitudes na altitude

Palmeiras vence Independiente del Valle de virada nos 2.850m de Quito, por 3 x 2, com gol do brasiliense Endrick, e ecaminha classificação. Flamengo sucumbe diante do Bolívar nos 3.600m de La Paz. Botafogo ganha a primeira.

PÁGINA 23

Ed Alves/CB/D.A Press

Adeus ao construtor

Zé João ajudou a colocar os primeiros tijolos que ergueram o **Correio Braziliense**, que se tornou seu lar por muitos anos. O mineiro morreu ontem, aos 89 anos. PÁGINA 20

Caso Joca

Lula cobra explicação da Gol

PÁGINA 5

Morte no HRT

Médica obstetra é afastada da função

PÁGINA 21

Kayo Magalhães/CB/D.A Press

Coração — Ao *CB. Poder*, o distrital Jorge Viana (PSD) destacou o debate sobre o Instituto de Cardiologia do DF, que será realizado hoje, na Câmara Legislativa. PÁGINA 18

Tráfico na era dos influencers

Operação desmonta quadrilha que vendia drogas para uso em cigarros eletrônicos. Três mulheres de Brasília foram presas por fazer apologia do produto nas redes sociais. Mais de 600kg de entorpecentes foram apreendidos este ano no DF.

PÁGINA 17

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Em vitória do Planalto, votação de vetos é adiada

Pacheco protela a apreciação após reunião com os ministros Alexandre Padilha e Rui Costa e líderes governistas no Congresso. O tema só voltará à pauta em maio. Com a decisão, presidente do Senado abre nova frente de discórdia com Lira

» EVANDRO ÉBOLI

O novo adiamento na apreciação dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva representou uma vitória do governo e abriu outra frente de discórdia entre os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — a quem cabe pautar essa sessão —, e o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para quem o Planalto está perdendo um tempo precioso com esses atrasos seguidos.

Pacheco decidiu adiar pela terceira vez a votação dos vetos após reunião com os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil), na residência do senador. Líderes governistas no Congresso também participaram da conversa.

O adiamento será por mais duas semanas, e os vetos só irão à pauta entre 7 e 9 de maio. Pacheco anunciou oficialmente a mudança da data no início da noite de ontem, depois de deixar os parlamentares na expectativa.

Ele apresentou suas razões. "De fato, não havia um mínimo consenso em relação a tudo quanto havia de projetos de vetos. Então, nos demos mais esse prazo para que possam os líderes entabular o máximo possível dos acordos, sobretudo em relação aos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)", anunciou.

O presidente do Senado ainda afirmou que avisou ao líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que esta será a última remarcação da sessão de vetos.

"Com uma data realmente definitiva, não haverá mais possibilidade de adiamento. Eu avisei isso ao líder Randolfe Rodrigues, de que não será possível mais adiamento da sessão do Congresso, porque já é um momento de deliberarmos a respeito desses vetos do presidente da República."

Arthur Lira não gostou desse novo adiamento. Ele defendeu a manutenção da sessão de análise dos vetos e afirmou que os deputados estão prontos para votá-los. Na avaliação do presidente da Câmara, retardar ainda mais essa votação dificulta para o próprio Palácio do Planalto, que enfrentará problemas em aprovar outras matérias por conta desse atraso.

"Não chegou informação formal de que seria suspensa ou não (a sessão dos vetos) nem deixava de circular notícias de que seria adiada. Acertamos com a maioria dos líderes que a Câmara está pronta para votar os vetos. Falamos com o presidente Pacheco, que ficou de se reunir com os líderes do governo e nos dar uma posição", ressaltou Lira, antes do anúncio do novo adiamento.

Na avaliação do presidente da Casa, "já houve tempo suficiente para maturar sobre os vetos com as bancadas, que foi a oportunidade de o governo e partidos discutirem os vetos". "E, se determinados assuntos não mudaram, ou não mudarão, melhor que resolvamos logo, até para que o governo depois, em outras situações, não fique apertado no seu calendário de votações, que seus projetos tramitem na Casa", enfatizou Lira.

Ao todo, 32 vetos do presidente Lula precisam ser apreciados pelos deputados e senadores, sendo que 28 deles trancam a pauta, ou seja, se não forem votados logo, nenhum projeto será submetido aos parlamentares no plenário.

Há vetos de natureza distintas, como o que envolve emendas parlamentares. O Congresso Nacional precisa se debruçar sobre o destino de R$ 5,6 bilhões de emendas de comissões, vetados por Lula. O governo quer abocanhar parte desse montante e não deseja simplesmente que o veto seja derrubado e a verba volte toda para o Legislativo.

Outro ponto polêmico é a decisão do presidente de vetar trecho do fim da saída temporária de presos, aprovada por margem folgada na Câmara e no Senado. Lula entende que é "sagrado" o direito de um detento estar com seus familiares. O veto à "saidinha", como é tratado, é tido como certo.

Jefferson Rudy/Agência Senado

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco: "Demos mais esse prazo para que possam os líderes entabular o máximo possível dos acordos"

Com uma data realmente definitiva, não haverá mais possibilidade de adiamento. Eu avisei isso ao líder Randolfe Rodrigues, de que não será possível mais adiamento da sessão do Congresso"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), *presidente do Senado*

A badalada festa de Sarney

O ex-presidente José Sarney comemorou, ontem, seu aniversário de 94 anos em grande estilo. Ao lado da mulher, Dona Marly, e dos filhos Roseana, Fernando e Sarney Filho, abriu as portas de sua casa, no Lago Sul, para receber amigos e familiares na celebração — que contou também com a presença de políticos, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (foto), ministros e outras autoridades. Com a casa lotada, Sarney circulou entre os convidados e cumprimentou a todos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não esteve presente na festa, mas telefonou para o amigo e o felicitou pelo aniversário.

Ana Dubeux/CB/DAPress

Deputado critica descontrole fiscal

» VITÓRIA TORRES*

O deputado federal e presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio), Alceu Moreira (MDB-RS), afirmou que o governo está levando o Brasil a uma situação de descontrole fiscal. Ele enfatizou que o endividamento desenfreado e a falta de restrições de despesas estão minando a estabilidade econômica do país.

"O governo atual não tem nenhum comportamento que se diga que ele quer fazer controle fiscal. O descontrole fiscal, que nós temos no governo, é de inteira responsabilidade do governo. O Orçamento é um só, a fonte é a mesma — o povo que paga essa conta", ressaltou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Sobre os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em debate no Congresso, o deputado previu que a maioria deles será derrubada, já que muitos expressam uma posição do chefe do Executivo alinhada com sua base ideológica.

Moreira atribui essa tendência à falta de entendimento entre o presidente e os líderes parlamentares, ressaltando que acordos prévios foram desconsiderados pelo Planalto. "Os vetos refletem a posição do presidente para seus apoiadores ideológicos", reiterou.

O parlamentar também comentou sobre as frentes parlamentares na dinâmica legislativa, observando que esses grupos têm importância na seleção e na discussão de assuntos relevantes no Congresso. Segundo ele, as frentes parlamentares são uma forma de filtrar projetos e propostas, garantindo que "apenas os temas realmente importantes sejam levados adiante".

Ed Alves/CB/DA.Press

Alceu Moreira é presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel

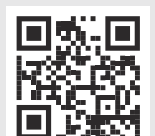
Questionado sobre a relação do governo com o Congresso, Moreira sugeriu que o Executivo falha no diálogo com as frentes parlamentares. "Todos os setores da economia estão em uma frente", observou. "As frentes passam a entrar cada vez mais com muita informação e força, principalmente, porque os deputados terão uma orientação técnica mais profunda, ao contrário do que seria se houvesse uma orientação da própria liderança. A liderança observa uma lógica de relacionamento do partido com o governo, é um processo de reciprocidade, já a frente, não", frisou.

Combustível do futuro

A discussão sobre a viabilidade dos carros elétricos no Brasil conta com opiniões divergentes sobre se essa tecnologia tem espaço em uma matriz energética dominada pelos biocombustíveis.

Na avaliação de Moreira, "querer impor para o Brasil a compra de carros elétricos é, com certeza, interesses externos". Ele destacou que o país possui uma capacidade instalada para liderar na produção de biocombustíveis e disse acreditar na importância estratégica deles, não apenas como fonte de energia limpa, mas também como uma oportunidade para o Brasil se posicionar como um líder global em responsabilidade ambiental.

"Esses combustíveis abrem rotas para vários setores, que modificam a estrutura industrial do Brasil. O futuro do país será o sequestro de carbono, mostrar para o mundo a nossa responsabilidade em utilizar cada dia menos combustível fóssil", afirmou.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

PODER

CCJ autoriza estados a legislarem sobre armas

Em vitória da bancada da bala, colegiado da Câmara aprova projeto que permite aos entes decidirem a respeito de posse e porte de armamento. Texto vai a plenário

» EVANDRO ÉBOLI

Numa vitória da bancada da bala, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, por 34 votos a favor e 30 contra, proposta que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislarem sobre a posse e o porte de armas de fogo em alguns casos, como defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies de animais exóticos invasores.

O texto determina que as autorizações de porte ou posse concedidas só terão validade local e atenderão apenas a pessoas que comprovadamente residam no estado. Foi inserida no texto a condicionante para permitir que essas unidades da Federação instituam, obrigatoriamente, um sistema de controle de armas integrado ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), vinculado ao Ministério da Justiça.

O projeto contou com forte apoio de deputados ligados à área de segurança pública. A presidente da CCJ, deputada Caroline de Toni (PL-SC), é a autora do projeto, que já pode ser levado para votação no plenário. O governo foi contra. Entende que a proposta é inconstitucional porque, segundo avalia, cabe à União legislar sobre armamento.

"Esse projeto é manifestamente inconstitucional. Vamos, claro, recorrer ao Supremo (STF) e impedir que uma proposta dessa prospere. É contrário à vida e está a serviço da violência. É algo maligno", disse o deputado Patrus Ananias (PT-MG).

Relator do projeto, o Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) negou que o texto seja inconstitucional e criticou a oposição à proposta. "A esquerda quer impedir que os estados julguem o que é melhor para seus habitantes.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Patrus Ananias na sessão: "Vamos recorrer ao Supremo e impedir que uma proposta dessa prospere"

Esse projeto é manifestamente inconstitucional. É contrário à vida e está a serviço da violência"

Patrus Ananias (PT-MG), deputado

Quer monopolizar num ente único o que é bom para o povo, que tem o direito a se proteger", frisou.

Representando o governo nas orientações da votação, o deputado Bacelar (PV-BA) reprovou a matéria. Na opinião dele, os parlamentares ligados à segurança pública acham que "o único remédio é o extermínio".

"A única solução para eles é a bala. É o mesmo pessoal que tem horror aos movimentos sociais, que destrói o meio ambiente e que se diz defensor da democracia. Que nada. São separatistas. Defendem o autoritarismo", discursou.

Os parlamentares que votaram a favor do projeto argumentaram se tratar da garantia de defesa pessoal. "O projeto simplesmente dá o direito a cada cidadão responsável, de bem, a estar, sim, armado para defender, não só a sua vida, a da sua família, o seu patrimônio, inclusive, contra as ditaduras que estão implantando nesse país", alegou Delegado Éder Mauro (PL-PA).

Pelo lado governista, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) destacou que a Constituição não dá esse direito aos estados e deixa claro que é competência exclusiva da União legislar a respeito do assunto.

"O que a norma constitucional está dizendo: que, se autorizado pelo Congresso, o governador do estado pode decidir qual tipo de arma comprar para a polícia, pode decidir que tipo de material bélico compra para os bombeiros, não está dizendo que cada estado pode praticar o liberou geral", argumentou.

Brazão afirma que cobrará desculpas

Alvo de uma ação no Conselho de Ética, o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) usou a palavra na reunião de ontem para garantir que vai provar sua inocência e que, depois, quer a retratação dos que o acusaram de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ).

Brazão falou por pouco mais de dois minutos, em videoconferência da penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS), onde está preso. O deputado afirmou também que compreende a pressão que os seus pares estão vivendo nesse momento por se tratar de um crime de "grande relevância" e disse haver pressão da "grande mídia".

A nova lista tríplice de deputados da qual será escolhido o nome do relator da ação contra Brazão no Conselho de Ética conta

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Brazão participou por videoconferência. Ele está preso em Campo Grande

agora com três parlamentares do PT. Essa situação foi provocada pela desistência de Rosângela Reis (PL-MG). O sorteado em seu lugar foi o petista Jorge Solla (BA). Os outros dois do PT que já estavam na lista de possíveis relatores são Jack Rocha (ES) e Joseildo Ramos (BA).

Também ontem, o conselho abriu processo contra o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) e sorteou três deputados para a lista da qual será escolhido o relator. Na semana passada, o parlamentar expulsou aos chutes um militante do Movimento Brasil Livre (MBL) do prédio do Congresso. Dois dos três sorteados são do PL: Cabo Gilberto Silva (PB) e Rosângela Reis (MG). O terceiro é Sidney Leite (PSD-AM).

Braga questionou a isenção de um relator do PL, partido que, afirmou o parlamentar, manifestou desejo na cassação de seu mandato.

O presidente do conselho, Leur Lomanto (União-BA), ressaltou a legitimidade do PL de ter um deputado como relator no colegiado. (**EE**)

Criminosos desviaram R$ 14 milhões

» RENATO SOUZA

Criminosos que invadiram o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) desviaram pelo menos R$ 14 milhões dos cofres da União. Os valores subtraídos pelos crackers (termo usado para infratores que atuam pela internet) estavam em contas ligadas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar de ser gerido pelo Tesouro Nacional, o Siafi é usado para a execução de ordens de pagamento de órgãos dos Três Poderes.

Acesso restrito

Todo o dinheiro da União precisa ser registrado na plataforma. Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para acessar o sistema. Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento.

O **Correio** já tinha adiantado que os invasores conseguiram de fato desviar dinheiro público. Até agora, o governo reconhecia apenas que credenciais de acesso de servidores públicos tinham sido usadas para a realização de acessos indevidos.

A informação sobre o desvio de R$ 14 milhões foi publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo* e confirmada pelo **Correio** com fontes na Polícia Federal. As diligências iniciais apontam que foram abertas contas em nomes de pessoas e empresas que tiveram os dados roubados.

Um vendedor de ração de Ribeirão Preto (SP) seria o destino de R$ 1 milhão desviados. No entanto, o homem afirma que teve os dados roubados, e a suspeita é de que os criminosos criaram contas falsas no nome dele.

Uma conta bancária em nome de uma empresa de pequeno porte que vende água, em Paulínia, também recebeu parte dos recursos.

A maior leva dos desvios ocorreu em 10 de abril, quando R$ 10 milhões que deveriam ser enviados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foram interceptados do TSE para contas em nome de particulares.

Do montante total, apenas R$ 2 milhões acabaram recuperados até agora. A investigação aberta pela Polícia Federal já identificou alguns suspeitos do crime.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

"Vocês ainda vão sentir saudades do Sarney"

Era uma tensa reunião do Comitê Central do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para discutir a posição da legenda recém-legalizada, às vésperas das eleições de 1986. Uma ala desejava formar uma frente de esquerda e apoiar candidatos de oposição ao governo, mas prevaleceu a posição da cúpula da legenda, então sob a liderança de Giocondo Dias, um ex-cabo do Exército, que havia liderado a chamada Intentona Comunista em Natal (RN), em 1935, e sucedera o legendário Luiz Carlos Prestes, em 1980.

"Vocês ainda vão sentir saudades do Sarney", vaticinou Giocondo, ao defender a manutenção da política de frente democrática tecida pelos comunistas com os políticos liberais, durante o regime militar, e que levou à liderança de Tancredo Neves (MDB) no colégio eleitoral. Estava-se em meio à longa transição negociada com os militares, que aceitaram, contrariados, a derrota de Paulo Maluf (também não morriam de amores por ele). A alternativa descartada era uma frente com PDT, PT e PSB, leia-se, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva e Miguel Arraes, respectivamente.

O MDB venceu de ponta a ponta as eleições, com exceção de Sergipe, onde o PFL elegeu o governador. Mas o PCB só conseguiu eleger três deputados: Roberto Freire (PE), Fernando Santana (BA) e Augusto Carvalho. Naquela curva da história, perdeu qualquer esperança de recuperar a posição que ocupava em 1964, quando era principal força de esquerda do país.

Giocondo sempre foi grato ao ex-presidente Sarney por ter convocado a Constituinte e legalizado os partidos comunistas (PCB e PCdoB), em 10 maio de maio de 1985. Seu primeiro contato com Sarney na Presidência foi "armado" pelo dirigente comunista Regis Fratti, já falecido. Ele havia dito a Giocondo que Sarney queria se encontrar com ele e repetiu o expediente numa conversa com Roseana Sarney. Como os dois gostariam mesmo de conversar, o encontro aconteceu e proporcionou uma interlocução sincera entre ambos, a ponto de Sarney se considerar amigo de Giocondo. Por sua política reformista, o moderado PCB não era nem seria uma ameaça à democracia.

Ontem, José Sarney completou 94 anos, em boas condições de saúde para sua idade e, principalmente, lúcido. Lucidez à qual recorrem os políticos de suas relações nos momentos de confusão política em Brasília. Sua carreira começou em 1955, no ano seguinte ao suicídio de Getúlio Vargas, quando se tornou deputado federal. Foram três mandatos na Câmara. Depois, tornou-se governador do Maranhão, senador e presidente da República. Sua investidura na Presidência, após a morte de Tancredo, fechou um ciclo de 20 anos de ditadura militar. Depois, foi presidente do Senado por quatro vezes, ao longo de 39 anos e seis meses.

Sarney assumiu a Presidência da República sem ter participado da elaboração do programa de governo e da constituição do ministério de Tancredo, além de ter origem no PSD (partido que sucedeu a Arena, do qual foi presidente). Foram os fatores da permanente desconfiança política em relação ao presidente da República por parte da maioria das forças que apoiaram Tancredo. Durante seu mandato, enfrentou a pressão dos militares e, simultaneamente, a tutela de Ulysses Guimarães na Constituinte.

Legado social e político

Seu governo registrou 12 mil greves, o maior ascenso do movimento sindical da nossa história, a maioria liderada pelo PT. Numa delas, em Volta Redonda, Sarney teve que enfrentar uma crise séria, porque o Exército, ao reprimir os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), matou três operários. Indexada pela correção monetária, o país vivia uma inflação real de 17% e uma ciranda financeira sem precedentes.

Mas todos os indicadores sociais melhoraram em seu governo, que fechou 1989 com uma taxa de desemprego de 2,59%, o que explica o número de greves. Na política externa, deixou como legado a aproximação com a Argentina, inclusive, com uma parceria nuclear, e a criação do Mercosul, com uma política externa independente, que levou ao restabelecimento das relações diplomáticas com a Cuba e China.

Entretanto, seu maior legado é a Constituição de 1988, que assegura as liberdades e os direitos sociais. Nesse aspecto, vale o registro de que Sarney estava disposto a aprovar o parlamentarismo, desde que mantivessem os seis anos de seu mandato. O acordo não saiu porque Mario Covas, o grande líder do PSDB, não aceitou. Preferiu reduzir o mandato de Sarney para cinco anos e convocar eleições solteiras para a Presidência em 1989, como de fato ocorreu.

Olhando a história retrospectivamente, a sucessão de Sarney em 1989 surpreendeu a todos os atores políticos que o questionavam, derrotados por Fernando Collor de Mello, cujo governo resultou em mais inflação e na sua própria renúncia, para evitar o impeachment. O fracasso do Plano Cruzado, que havia proporcionado a vitória espantosa do MDB em 1986, foi carimbado como um "estelionato eleitoral" pelo ex-ministro da Fazenda Delfin Neto, o que jogou no chão a imagem do governo.

Essa expressão entraria para o nosso vocabulário político como uma espécie de maldição. Foi usada contra Collor de Mello, após o confisco da poupança, e contra Fernando Henrique Cardoso, após a reeleição, devido à crise cambial. Dilma Rousseff também foi acusada de trair seus eleitores após a reeleição, ao dar um cavalo de pau na "nova matriz econômica".

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um no cravo, outro na ferradura

A proposta de dois relatores para a Reforma Tributária dá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a possibilidade de escolher um deles que seja mais próximo ao governo — no caso, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O outro será mais ligado à oposição, que ainda precisa ser escolhido.

O medo...

Desde que o presidente barrou projetos de lei aprovados por ampla maioria na Câmara, inclusive o Orçamento, o governo trabalha para evitar a análise dos vetos. Foi a senha para que alguns senadores começassem a espalhar que o governo teme o Plenário.

... e a esperança

O governo conseguiu com que líderes da Câmara aceitassem adiar a sessão do Congresso. É lá, na seara de Arthur Lira, que os articuladores de Lula têm algum alento.

Saiu dindim (e precisa mais)

Esta semana, o governo começou a liberar os R$ 11 bilhões em emendas que estavam acordados, lá atrás, para pagamento até abril, mas não pagou nem sequer a metade. O governo, agora, tem até 8 de maio para saldar tudo e tentar manter alguns vetos ao Orçamento.

A hora do grande teste

Maurenilson Freire/CB/D.A Press

Nas conversas do governo, a Reforma Tributária surge como um grande legado desta gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e desta legislatura, dando discurso também aos parlamentares. É a pauta que une governo e Congresso. Os detalhes é que serão o grande teste.

O Executivo apresenta suas propostas, com o olhar de quem arrecada, com negociação com estados e municípios. Os mais diversos setores da economia, via associações de classe e confederações, fecharam projetos com a visão de quem pagará esses impostos. Se o governo conseguirá impor sua vontade é o que estará em jogo daqui para frente. É o primeiro grande ensaio entre Palácio do Planalto e Congresso, com as frentes parlamentares mais robustas.

O Legislativo, pela primeira vez, não ficou esperando a chegada das propostas do governo. Ao longo dos últimos três meses, as frentes parlamentares apresentaram 16 projetos. Ouviram mais de 238 pessoas, entre advogados, técnicos e especialistas acadêmicos. Desde os tempos da constituinte, não se tem uma discussão tão aprofundada e com tanta participação.

A turma que viveu aqueles tempos no Congresso, e ainda está por lá, foi, inclusive, chamada a ajudar. Afinal, quando se sabe que algo vai mexer no bolso, todo cuidado é pouco.

CURTIDAS

Minervino Junior/CB/D.A Press

MDB domina/ O deputado Eunício Oliveira (MDB-CE, **foto**) assumiu, esta semana, a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, em substituição a Acácio Favacho (MDB-AC). A CDU trabalhará de forma a acelerar os projetos do Ministério das Cidades, hoje a cargo do emedebista Jáder Filho.

A aposta deles/ Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) avisa que o MDB terá um pacote de políticas públicas para apresentar nas eleições municipais. O partido é o segundo maior em número de prefeitos, depois da janela partidária de março.

Rabo de foguete/ Foram quatro desistências sobre a relatoria do caso Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que está preso, suspeito de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Agora, a lista tem três deputados do PT. Brazão diz que provará sua inocência, porém, politicamente, o caso é complicado. Há uma tendência pela cassação na Casa.

Feriadão/ Como o Dia do Trabalho cai numa quarta-feira, o governo tem pela frente 16 dias para tentar reverter a tendência de derrubada dos vetos ao Orçamento. É que o Congresso só volta a ter sessão deliberativa na semana pós-feriado.

INVESTIGAÇÃO / Ministro Alexandre de Moraes considera que as duas noites que Bolsonaro passou na representação diplomática da Hungria, em Brasília, não configuram violação às medidas cautelares a ele impostas

Tudo normal na embaixada

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), considerou que Jair Bolsonaro não violou medidas cautelares ao passar dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, na semana do carnaval. O caso veio à tona depois que o jornal *The New York Times* divulgou imagens do ex-presidente à representação diplomática, onde esteve entre os dias 12 e 14 de fevereiro.

"Os locais das missões diplomáticas, embora tenham proteção especial, nos termos do art. 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada através do Decreto nº 56.435/1965, não são considerados extensão de território estrangeiro, razão pela qual não se vislumbra, neste caso, qualquer violação a medida cautelar de 'proibição de se ausentar do país'", destaca Moraes em sua decisão.

Para o ministro, como não ocorreu violação de medida cautelar, não existem motivos para rever as limitações já aplicadas a Bolsonaro, como a proibição de manter contato com outros investigados e de se ausentar do país.

"Efetivamente, a situação fática permanece inalterada, não havendo necessidade de alteração nas medidas cautelares já determinadas, nos termos do art. 282 do Código de Processo Penal. Diante do exposto, nos termos do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nos termos da manifestação da Procuradoria-Geral da República, mantenho as medidas cautelares anteriormente impostas em relação a Jair Messias Bolsonaro", salienta Moraes.

Passaporte

A ida de Bolsonaro à embaixada ocorreu depois que ele foi alvo de uma operação da Polícia Federal (PF), que apreendeu seu passaporte. O jornal norte-americano levanta a hipótese de o ex-presidente ter buscado a representação húngara por temer ser preso, em aparente intenção de pedir asilo político e fugir de eventual ordem para que fosse detido. No entanto, para Moraes, não existem elementos que comprovem que Bolsonaro tinha a intenção de fugir ou impedir a aplicação de uma eventual ordem de prisão.

Reprodução de vídeo

Câmeras de segurança mostraram Bolsonaro na companhia do embaixador húngaro (E), Miklos Halmai

Apesar disso, em 28 de março, Moraes indeferiu um pedido dos advogados do ex-presidente para que fosse devolvido a ele o passaporte. O ministro tomou por base manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os defensores de Bolsonaro solicitaram o retorno do documento porque o ex-presidente pretendia viajar a Israel, em maio, a convite do primeiro-ministro do país, Benjamin Netanyahu.

Ante a repercussão das duas noites passadas na embaixada húngara, em 26 de março, Bolsonaro questionou, à saída da cerimônia em que a ex-primeira-dama Michelle recebeu o título de cidadã paulistana honorária, se cometera algum crime. "Dormir na embaixada, conversar com embaixador, tem algum crime nisso? Tenha a santa paciência. Deixem de (me) perseguir, pessoal. Querem perguntar da (vereadora assassinada) Marielle Franco? Passei seis anos sendo acusado de ter matado a Marielle Franco", reagiu, irritado, às perguntas dos repórteres.

SOLIDARIEDADE

Ricardo Stuckert/PR

Presidente mostra a gravata em homenagem ao cãozinho Joca

Morte de cão vira assunto de governo

» VICTOR CORREIA

A morte do golden retriever Joca, depois de um erro de logística da companhia aérea Gol, tornou-se assunto, também, do governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou publicamente que a empresa se explique sobre o caso e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou que a pasta e a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) investigam o episódio e estudam regras mais duras para o transporte de animais no porão das aeronaves. Já o Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou a companhia e deu dois dias para que a Gol comprove ações para prevenir mortes de animais e reparar os tutores do cão.

Joca, de quatro anos, morreu no transporte feito pela Gollog. Deveria ter ido do Aeroporto de Guarulhos (SP) para Sinop (MT) com o tutor, João Fantazzini, mas seguiu para Fortaleza. Ao voltar a Guarulhos, chegou morto. O cão ficou oito horas na aeronave.

Lula comentou o caso na sanção de leis ligadas à cultura. E usou uma gravata com desenhos de cães em homenagem a Joca. "Coloquei em protesto o que aconteceu. A Gol tem que prestar contas. A gente não pode permitir que isso continue acontecendo no Brasil", completou o presidente.

Joca foi cremado, ontem, em uma funerária de pets, em Higienópolis, na capital paulista. O caso causou comoção nas redes sociais, com cobranças para que as companhias aéreas melhorem o transporte dispensado aos animais.

Tais serviços acumulam reclamações — como a falta de acompanhamento para pets de grande porte, obrigados a viajar no compartimento de bagagens, onde não há climatização como a cabine de passageiros.

QUESTÃO INDÍGENA / No Acampamento Terra Livre, novas lideranças começam a se formar e têm como principais aliadas a tecnologia e as redes sociais — que amplificam as reivindicações

Jovens assumem as lutas dos ancestrais

» VINICIUS DORIA

A grande aldeia que abriga mais de 180 povos indígenas de todas as regiões do país, instalada no coração de Brasília, pulsa na batida dos tambores e no chacoalhar dos maracás. Cantos de guerra e de paz ecoam pelas centenas de barracas espalhadas no Eixo Monumental, onde mais de 7 mil pessoas transitam sem parar entre uma reunião e outra, em uma rotina que começa de madrugada e entra pela noite, em apresentações culturais e festas de confraternização. No Acampamento Terra Livre, o maior encontro anual de povos indígenas do país, lideranças discutem os problemas das comunidades em uma grande rede colaborativa. Mas quem amplifica os anseios e preocupações de suas etnias são os jovens.

Imagens que ganham o mundo são captadas pelas lentes de modernos telefones celulares e equipamentos semiprofissionais, pilotados pela nova geração de indígenas que, em poucos anos, estará à frente das mobilizações por melhores condições de vida e na defesa do meio ambiente e das tradições ancestrais. Os caciques estimulam a presença dos jovens no acampamento, que faz parte da formação de novas lideranças.

"Quando se chega aqui, a gente sai da bolha. Passa a conhecer outras etnias e, sobretudo, entender que nosso desafio é o mesmo — só muda de cidade e de estado", disse o cacique Vilson Jaguaretê, tupinikim do Espírito Santo.

"Quando se chega aqui (ao Acampamento Terra Livre), a gente sai da bolha. Passa a conhecer outras etnias e, sobretudo, entender que nosso desafio é o mesmo — só muda de cidade e de estado"

Vilson Jaguaretê,
cacique tupinikim do Espírito Santo

A missão é árdua e começa cedo. Cada povo tem sua própria equipe de produção, que pode ter equipamentos sofisticados ou apenas um telefone celular. Tudo é gravado, registrado, editado e compartilhado nas redes sociais. A tecnologia é a janela para que os indígenas possam contar sua história, sem intermediários.

Andar entre as barracas é uma experiência sensorial. Cores, cheiros, sabores e sons se misturam, assim como a forma de se comunicar — são mais de 100 línguas diferentes representadas só nesta edição do Terra Livre. A estrutura do acampamento foi montada por colaboradores e organizações não governamentais.

Na cozinha, postas de peixe e generosas porções de pirão são o carro-chefe do almoço. Há atendimento médico — que inclui conhecimentos e técnicas tradicionais —, banheiros químicos, chuveiros e coleta regular de lixo.

As comunidades também trouxeram à capital muito artesanato. Cocares, colares, pulseiras, cachimbos, esculturas em madeira, remos, miniaturas de canoas, apitos que imitam o som dos pássaros, tudo está exposto nas barracas. O dinheiro arrecadado ajuda a manter cada delegação. Um cocar, por exemplo pode custar de R$ 100 a R$ 1 mil, dependendo da quantidade de penas e do trabalho que deu para fazer.

Meninos e meninas se ajudam na hora de pintar rostos e corpos com tinta de jenipapo e de urucum. Há orgulho em usar cores e adereços das comunidades. Quando não estão participando de rodas de conversa e debates sobre os problemas que os afligem, se juntam para tocar instrumentos tradicionais e cantar. A curiosidade em torno dos "parentes" de lugares distantes é fator de atração. Entre os indígenas, todos são filhos da mesma terra.

"A experiência é muito boa, aqui no ritual ou na hora de trocar ideias. Nunca tinha vindo a Brasília, mas está sendo muito legal", diz Tarruí Pataxó. A amiga Terená, pela segunda vez no acampamento, concorda. "É muito bom levar novas experiências para minha aldeia. As etnias são diferentes, mas a realidade é a mesma", frisa.

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

O Terra Livre é, também, um espaço de tecnologia. As redes sociais aumentam a força das reivindicações

A nova geração faz questão de registrar os momentos e os ensinamentos assimilados no acampamento

O cacique caiapó Patkore Mekragnoti, do Mato Grosso do Sul, trouxe a Brasília 45 membros de sua comunidade. Ele está convicto da importância de trazer a nova geração. "Temos que mostrar nossa cultura, nossa fala, nossa música. Quando a gente se encontra, mostra nossa força. Esse acampamento é muito importante para proteger nossa terra, é importante para dizer que garimpeiro não pode entrar nelas", adverte.

Encontro com Lula

Hoje, os indígenas sairão, juntos, em passeata até a Praça dos Três Poderes. As lideranças estarão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que receberá uma carta com 25 reivindicações dos povos originários. Além da luta por demarcação de terras e proteção contra invasores, a pauta deste ano inclui a pressão contra o Marco Temporal, aprovado pelo Congresso, mas questionado no Supremo Tribunal Federal. **(Colaborou Victor Correia)**

» LEIA MAIS na página 21

VETO À REPARAÇÃO

Marinha contra elevar João Cândido a herói da Pátria

A Marinha manteve, ontem, a posição histórica de considerar João Cândido Felisberto — o Almirante Negro — um amotinado que não merece ser tratado como herói da Pátria, como propõe um projeto de lei que tramita na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, desde 2019. Ele ficou conhecido por liderar, em 1910, um motim contra os castigos físicos impostos pelos oficiais a marinheiros e militares de baixo escalão — episódio que ficou conhecido como Revolta da Chibata. Em carta ao presidente do colegiado, deputado Aliel Machado (PV-PR), o comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, classificou o levante no início do século passado como uma infâmia, um "fato opróbio".

Para a Marinha, o "estopim" da insurgência "se deu pela atuação violenta de abjetos marinheiros que, fendendo hierarquia e disciplina, utilizaram equipamentos militares para chantagear a nação, disparando, a esmo, os canhões de grosso calibre dos apoderados encouraçados (os mais destrutivos navios de guerra da época) contra a então Capital Federal (Rio de Janeiro) e uma população indefesa, ceifando a vida de duas crianças, atingidas no Morro do Castelo".

A Armada, porém, reconhece que os castigos físicos aos quais os marinheiros eram submetidos foram uma "prática inaceitável e absolutamente incompatível". Mas, para Olsen, há "notável diferença entre reconhecer um erro e enaltecer um heroísmo infundado".

Mais de 100 anos depois da revolta, Cândido continua sendo tratado pela Marinha como um "reprovável exemplo de conduta para o povo brasileiro", "que nada contribuirá ao pleno estabelecimento e manutenção do verdadeiro Estado Democrático de Direito", registrou Olsen.

O projeto conta com parecer favorável da deputada Benedita Silva (PT-RJ), mas não tem consenso na comissão. O escritor João do Rio, que escrevia no extinto jornal *Gazeta de Notícias*, apelidou Cândido de "Almirante Negro" — que foi preso e desligado da Força. Ele morreu em 1969, aos 89 anos, e tornou-se personagem da canção *Mestre Sala dos Mares*, de João Bosco e Aldir Blanc.

Em 2008, quase um século depois da Revolta da Chibata, Cândido foi anistiado post mortem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **(VD)**

Pedro França/Agência Senado

Segundo Olsen, Almirante Negro é um "reprovável exemplo de conduta"

SOCIEDADE

Estudo aponta menos pobreza e miséria

» MAYARA SOUTO

A pobreza e a miséria no Brasil chegaram ao menor patamar em mais de uma década. A constatação é do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), do Ceará. De acordo com o levantamento, em 2023 o país tinha aproximadamente 59 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza — de renda familiar per capita de até meio salário mínimo — e outros 9 milhões abaixo da linha da extrema pobreza — renda da família de até R$ 218.

Na comparação entre 2022 e 2023, a taxa de pobreza do Brasil caiu de 31,6% para 27,5%, o menor percentual desde 2012. Em números absolutos, isso significa 8,5 milhões de indivíduos a menos nessa situação.

Em relação à miséria — quem está abaixo da linha da extrema pobreza —, houve uma redução de 5,9% para 4,4%, entre 2022 e 2023, também o menor percentual em 11 anos. Isso significa que mais de três milhões de indivíduos deixaram o estrato social mais baixo do Brasil no último ano.

O estudo foi publicado em 19 de abril, mas, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva impulsionou sua divulgação no X (antigo Twitter). "Começando do mais um dia de trabalho com notícia boa. Menor taxa de pobreza da série história", publicou. O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Wellington Dias, engajou-SE na divulgação. "Por aqui vamos seguir trabalhando para diminuir, cada vez mais, a pobreza e combater a fome!", escreveu, na mesma rede.

Crianças são maioria

Outro levantamento, este realizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apontou que mais de 50% das crianças entre zero e seis anos estão em famílias de baixa renda. As duas pesquisas sobre a pobreza também foram divulgadas ontem.

São 10 milhões de crianças nessa faixa etária, que estão em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo — R$ 706. O estudo, que tomou por base dados do Cadastro Único (CadÚnico), apontou que a situação só não está pior devido à existência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Cerca de 81% (8,1 milhões) das crianças estariam em situação de pobreza ou de extrema pobreza (com renda mensal familiar per capita de até R$ 218) caso não houvesse o Bolsa Família. Com o benefício, o número se reduz para 6,7%.

O estudo ainda salienta que três a cada quatro famílias com crianças na primeira infância são chefiadas por mães-solo, em sua maioria pardas e com idade entre 25 e 34 anos. Do total das famílias, 43% não têm qualquer fonte de renda e, para 83%, o Bolsa Família é a principal fonte de sustento.

Ainda de acordo com o levantamento, pouco mais de 1,2 milhão de crianças na faixa do Cadastro Único pertencem a grupos populacionais tradicionais e específicos. Dessas, quase 41 mil são menores migrantes, enquanto que cerca de 6,4 mil são expostas ao trabalho infantil.

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na quarta-feira

São Paulo	Nova York
0,33%	0,11%

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

19/4	22/4	23/4	24/4
125.124			124.740

Dólar
Na quarta-feira
R$ 5,148
(+ 0,35%)

Últimos	
18/abril	5,250
19/abril	5,199
22/abril	5,168
23/abril	5,130

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,508

CDI
Ao ano
10,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,50%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Mês	%
Outubro/2023	0,24
Novembro/2023	0,28
Dezembro/2023	0,56
Janeiro/2024	0,42
Fevereiro/2024	0,83

ARRECADAÇÃO

Planalto judicializa a desoneração

Governo entra com ação junto ao STF para derrubar a lei, aprovada pelo Congresso, que atende 17 setores da economia

» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

O governo fez mais um movimento contra o Legislativo na briga pela reoneração da folha de pagamentos. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o benefício oferecido a 17 setores da economia e a municípios menores. Foi o sexto round no embate iniciado em dezembro de 2023, quando o Congresso Nacional aprovou a prorrogação da desoneração para 2027.

Depois da aprovação, com ampla maioria, no Senado e na Câmara, Lula vetou a lei. Em seguida, o parlamento derrubou os vetos. O governo editou a Medida Provisória 1.202/2023, revogando a lei. O Congresso não aceitou a MP e a desoneração voltou a valer.

Agora, na ação, o governo pede que a Suprema Corte reconheça a inconstitucionalidade de dispositivos da lei por não terem demonstrado seu impacto financeiro, o que é exigido pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

"O compromisso da AGU e do governo federal é com a trajetória sustentável da dívida pública. Nós esperamos e confiamos que o STF aprecie nosso pedido, de modo a declarar a inconstitucionalidade de dispositivos que colocam em risco as contas fiscais, como aqueles que prorrogam benefícios a 17 setores da economia e os que criaram nova alíquota previdenciária para municípios", escreveu Messias em suas redes sociais sobre a ação.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da MP que reonerava pequenas e médias prefeituras. A medida restabelecia de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

Daniel Estevão/AGU

Jorge Messias, da AGU, questionou, no Supremo, a constitucionalidade da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia

> **Essa lei já nasceu inconstitucional, porque ela não tem medidas de compensação"**
>
> ***Rodrigo Zotti,***
> *especialista em administração pública*

O especialista em administração pública do Wilton Gomes Advogados, Rodrigo Zotti, reforça que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que vale para os municípios, os estados e a União, todos as propostas com incentivos tributários precisam vir acompanhadas de medidas compensatórias à perda de receita promovida pelo benefício concedido. "A intenção do governo, nesse caso específico, é derrubar a desoneração e automaticamente recuperar (a receita). Essa lei já nasceu inconstitucional, porque ela não tem medidas de compensação", explicou.

Foi também o que argumentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem, ao justificar a ação. Ele lembrou que esta determinação está tanto na LRF como na emenda constitucional da reforma da Previdência. "Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar", disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a "corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal".

"Lacuna gravíssima"

A desoneração a 17 setores da economia custou aos cofres públicos, em 2023, mais de R$ 9 bilhões, segundo a Receita Federal. "A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela Receita Federal do Brasil com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R$ 10 bilhões anuais", argumenta a ação.

Segundo Haddad, o governo quer que o Supremo ateste a legalidade dos limites para as compensações para contestar a concessão de liminares contra o teto para o ressarcimento de tributos. "A declaração de constitucionalidade da compensação é importante para apressar os julgamentos em primeira instância e dar mais segurança para o Estado brasileiro com o que, de fato, podemos contar [em receitas]", explicou o ministro.

Em relação à redução da 20% para 8% da contribuição ao INSS, por parte das pequenas prefeituras, Haddad disse que o benefício aprovado pelo Congresso no fim do ano passado ocorreu "às margens" das negociações com a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) e a Frente Nacional dos Prefeitos.

Em resposta a Haddad, a CMN divulgou nota para repudiar "profundamente" a decisão do governo federal, que recorreu ao STF contra a retomada da desoneração. "É lamentável retirar a redução da alíquota para aqueles que estão na ponta, prestando serviços públicos essenciais à população, enquanto há benefícios a outros segmentos, com isenção total a entidades filantrópicas e parcial a clubes de futebol, agronegócio e micro e pequenas empresas", diz a nota, assinada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

O documento também pede que o STF declare a constitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória (MP) 1.202/23, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

reforma tributária: IVA deverá ter alíquota média de 26,5%

» ALINE BRITO
» EVANDRO ÉBOLI

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, compareceu ao Congresso Nacional, no final da tarde de ontem, para entregar o primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta a Reforma Tributária. Segundo Haddad, a "simulação indica" que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) terá alíquota média de 26,5%. As estimativas da Fazenda são de alíquotas variando entre 25,7% e 27,3%.

O texto, com 360 páginas e 500 artigos, foi entregue nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que assumiu o compromisso de votar a regulamentação antes do início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho.

Em seguida, Haddad foi ao encontro do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na Residência Oficial (RO) do Senado, onde apresentou aos senadores um exemplar encadernado do documento.

"Tivemos um êxito muito importante, no ano passado, ao encerrarmos o ano com a promulgação da emenda constitucional da reforma e, agora, esse ano de 2024 passa ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação", declarou Pacheco, que também assumiu o compromisso de "dar agilidade" e votar o projeto ainda neste ano "mesmo sendo o ano eleitoral".

O projeto se soma a outros 13 PLPs protocolados, antes do governo, por parlamentares da oposição. Ao ser enviado ao Congresso sem urgência, a expectativa dos parlamentares é de que o texto da Fazenda seja apensado aos complementares das Frentes Parlamentares e, assim, tramitar em conjunto.

"Fizemos questão de chamar estados e municípios para acompanhar de ponta a ponta a construção do projeto. Provavelmente não vai expressar desejo de ninguém individualmente, porque é um projeto que é resultado de uma negociação prévia que fizemos questão de fazer para facilitar o trabalho do Legislativo", disse o ministro Haddad.

FotogrÃ¡fo/AgÃªncia Brasil

Haddad entregou pessoalmente a proposta de regulamentação a Lira

O ministro reforçou que a nova norma vai simplificar o sistema tributário do país e conferir mais segurança para coibir fraudes e, com isso, a diminuir as alíquotas dos impostos cobrados da sociedade. "Teremos um sistema tributário totalmente digital. Os investimentos no Brasil serão desonerados, importações serão desoneradas, produtos de consumo popular terão preço melhor. Não haverá cumulatividade dos impostos", assegurou.

"O conjunto de benefícios da Reforma é inestimável. Ao final da transição, estima-se um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB) de 10% a 20% em função do ganho de eficiência que a economia terá", adiantou Haddad.

Tramitação

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter declarado, publicamente, preferência por Aguinaldo Ribeiro para relatar a regulamentação da Reforma, Arthur Lira demonstrou, em entrevista a jornalistas, na tarde de ontem, que são poucas as chances de o deputado ser novamente o relator da matéria.

Lira disse que o parlamentar de seu partido é respeitado conhecedor da matéria, mas não é o único. "Não sabemos quem será o relator ou se serão dois. Há muitos deputados pedindo, pode ser em dois núcleos, como se fossem dois GTs (Grupos de Trabalho) para dar mais oportunidade para outros deputados participarem. Vou conversar qual o melhor caminho e chamar um calendário para montar audiências públicas, fazer reuniões, oitivas e ouvir todos os setores. É discussão de uma matéria que deve durar mais 40 anos", afirmou Lira.

Ao ser perguntado sobre a preferência de Lula sobre Ribeiro, o presidente da Câmara respondeu que outros deputados devem ser considerados. "A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas temos uma quantidade absurda de deputados competentes e que desejam relatar. O deputado Aguinaldo tem toda nossa gratidão, é competente, é um companheiro de partido, mas ele já relatou a PEC da reforma tributária. Essas regulamentações necessariamente não têm que ter o mesmo relator. Há deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, tributaristas, advogados".

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	316.176	535.748
Contas a receber de clientes	8	376.987	369.386
Estoque	9	45.290	44.048
Tributos a recuperar	10	55.621	146.519
Despesas antecipadas		5.029	1.025
Partes relacionadas	33	-	31.610
Outras contas a receber	11	22.296	22.225
Total do ativo circulante		821.399	1.150.561
Contas a receber de clientes	8	57.014	54.679
Contribuição social diferida	13	24.748	41.715
Despesas antecipadas		82	26
Partes relacionadas	33	23.769	24.723
Ativos Financeiros - Concessões	15	2.004.807	1.691.169
Ativos de Contrato	14	389.891	278.189
Outros valores a receber	12	22.356	27.502
Total do realizável a longo prazo		2.522.667	2.118.003
Investimentos	16	27.043	28.396
Intangível	18	696.246	664.849
Imobilizado	17	134.443	402.381
Total do ativo não circulante		3.380.399	3.213.629
Total do ativo		**4.201.798**	**4.364.190**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	19	192.420	327.326
Obrigações fiscais	21	37.336	41.692
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	92.501	82.641
Empréstimos e financiamentos	20	95.397	146.500
Arrendamento Mercantil	20	13.810	10.329
Partes relacionadas	33	10.775	5.011
Benefícios a empregados	23	148.625	171.103
Total do passivo circulante		590.864	784.602
Fornecedores e outras contas a pagar	19	210.337	178.064
Empréstimos e financiamentos	20	683.452	816.815
Arrendamento Mercantil	20	11.625	6.176
Partes relacionadas	33	10.969	25.986
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	24	210.685	215.319
Benefícios a empregados	23	356.533	393.273
Total do passivo não circulante		1.483.601	1.635.633
Total do passivo		**2.074.465**	**2.420.235**
Patrimônio líquido			
Capital social	25	2.074.069	1.537.315
Reserva de lucro	25	85.221	603.299
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	64.530	21.721
Ajuste de avaliação patrimonial	25	(96.487)	(218.380)
Total do patrimônio líquido		**2.127.333**	**1.943.955**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.201.798**	**4.364.190**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	26	2.305.672	1.916.654
Custo dos serviços prestados	27	(1.468.540)	(1.166.005)
Lucro bruto		**837.132**	**750.649**
Despesas comerciais e de vendas	28	(216.123)	(225.738)
Despesas administrativas e gerais	29	(287.528)	(244.786)
Despesas tributárias	30	(8.850)	(13.089)
Outras Receitas/Despesas operacionais	31	(229.962)	217.212
Participação no resultado de coligadas e controladas		(1.353)	3.057
Resultado operacional		**93.316**	**487.305**
Receita financeira	32	200.036	203.028
Despesa financeira	32	(118.123)	(72.540)
Resultado financeiro		81.913	130.488
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**175.229**	**617.793**
Contribuição social - corrente	13	(14.785)	(12.999)
Contribuição social - diferida	13	(3.194)	(41.743)
Contribuição social		**(17.979)**	**(54.742)**
Resultado do exercício		**157.250**	**563.051**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2023	2022
Resultado do exercício	**157.250**	**563.051**
Outros resultados abrangentes	121.892	(128.887)
Ganhos/Perdas líquidos em remensurações de planos de benefícios definidos	121.892	(128.887)
Resultado abrangente do exercício	**279.142**	**434.164**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

				Reserva de lucros				
	Notas	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		**1.537.315**	**19.512**	**162.565**	**11.408**	**-**	**(89.493)**	**1.641.307**
Resultado do exercício		-	-	-	-	563.051	-	563.051
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva aumento de capital	25.3	-	-	401.174	-	(401.174)	-	-
Constituição de reserva legal	25.2	-	-	-	28.152	(28.152)	-	-
Dividendos Obrigatórios	25.6	-	-	-	-	(133.725)		(133.725)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	25.5	-	2.209	-	-	-	-	2.209
Ajuste de avaliação patrimonial	25.4	-	-	-	-	-	(128.887)	(128.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.537.315**	**21.721**	**563.739**	**39.560**	**-**	**(218.380)**	**1.943.955**
Resultado do exercício		-	-	-	-	157.250	-	157.250
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva aumento de capital	25.3	-	-	37.798	-	(37.798)	-	-
Constituição de reserva legal	25.2	-	-	-	7.863	(7.863)	-	-
Dividendos autorizados	25.6	-	-	-	-	(111.589)	-	(111.589)
Dividendos adicionais - exercício 2022	25.6	-	-	(48.706)	-	-	-	(48.706)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	25.5	-	64.530	-	-	-	-	64.530
Aumento de Capital (2019 a 2022)	25.1	536.754	(21.721)	(515.033)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	25.4	-	-	-	-	-	121.893	121.893
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**2.074.069**	**64.530**	**37.798**	**47.423**	**-**	**(96.487)**	**2.127.333**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		157.250	563.051
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		77.521	108.596
Variações monetárias sobre contas a receber		(15.576)	(14.895)
Perdas de créditos prescritos		33.228	112
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		(992)	(209.586)
Provisão Concessão de Serviços		88.446	694
Resultado da equivalência patrimonial		1.354	(3.057)
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.194	41.743
Depreciações e amortizações		111.374	97.875
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		4.584	771
Ajuste a valor presente de Ativos Imobilizados e intangíveis		1.112	409
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		2.767	62
Juros sobre obrigações fiscais		35	722
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		21.699	18.422
Provisão de demandas judiciais		(4.634)	(21.376)
Provisão de Benefícios Previdenciários		110.076	(144.564)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		54.005	31.605
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		(56.273)	(53.074)
Resultado ajustado		**589.170**	**417.510**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(70.022)	(81.437)
Estoques	9	(1.242)	(6.573)
Tributos a recuperar	10	90.898	(25.389)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	13.772	(12.747)
Outras contas a receber	11	(5.123)	(36.131)
Despesas antecipadas		(4.060)	(527)
Outros valores a receber	12	7.675	(17.292)
Fornecedores e outras contas a pagar	19	(203.098)	145.270
Obrigações fiscais	21	(4.391)	6.910
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	9.860	(211)
Benefícios a empregados	23	(68.109)	68.333
Total das variações de ativos e passivos		*(233.840)*	*40.206*
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**355.330**	**457.716**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(62.752)	(46.656)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**292.578**	**411.060**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de intangíveis	18	(445.963)	(427.736)
Ativos de contrato	14	(111.703)	279.536
Aquisições de imobilizado	17	251.796	(2.960)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(305.870)**	**(151.160)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	20	28.907	147.652
Amortizações de empréstimos e financiamentos	20	(139.422)	(138.064)
Dividendos obrigatórios	25.6	(160.295)	(133.725)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.5	64.530	2.209
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**(206.280)**	**(121.928)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(219.572)**	**137.972**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	535.748	397.776
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	316.176	535.748
Resultado do exercício		**(219.572)**	**137.972**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 Informações gerais

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, denominada "CAESB" ou "Companhia", criada em 8 de abril de 1969, é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, controlada pelo Governo do Distrito Federal, denominado GDF, e tem como objeto social atividades de saneamento, podendo também atuar em outros países e prestar serviços na área de resíduos sólidos.

A partir de 2006, a CAESB passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, celebrado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, denominada ADASA. Esse contrato, com vigência até 21 de maio de 2032, regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário objeto da concessão de que é titular a Companhia.

Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a ADASA. Assim, a CAESB passou a ser apenas prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e principal usuária dos recursos hídricos do DF.

A Companhia possui reconhecida a imunidade tributária recíproca, dada sua condição de Sociedade de Economia Mista (100% pertencente ao GDF) prestadora de serviços públicos em regime de monopólio.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15/07/2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor ao introduzir como um dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico a promoção da regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços.

O Novo Marco Legal estabeleceu metas de universalização de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Em consonância às diretrizes nacionais supracitadas, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.599, de 12 /07/2023, o qual dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos e os critérios para alocação de recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União ou geridos por órgãos ou entidades da União, estabelecendo como condição para acesso a esses recursos o alcance de índices mínimos de desempenho econômico, financeiro e operacional, observância às normas de referência emitidas ANA, cumprimento das metas de perdas de água na distribuição, fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, bem como à adesão pelos titulares dos serviços à prestação regionalizada nos casos de território que abranja mais de um município e à correspondente estrutura de governança.

Além disso, tendo em vista que o Artigo 10-B da Lei nº 14.026/2020 estabelece que os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até dezembro de 2033, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.598, de 12/07/2023, que estabelece a metodologia para a referida comprovação. Não obstante, o Artigo 1º, § 3º, dispõe que não se submete ao disposto no referido Decreto a prestação direta de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário pelo município ou pelo Distrito Federal titular do serviço, ainda que por intermédio de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista por ele controladas, como é o caso da Caesb.

Com base neste contexto, a Companhia está se adequando as novas exigências legais, contudo considera importante destacar que: i) possui Plano Distrital de Saneamento Básico que já contemplam metas de desempenho que atendem ou mesmo antecipam àquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento; ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; e iii) conta com elevado nível de governança, sempre em aperfeiçoamento.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, a Companhia optou por apresentar apenas uma versão das demonstrações financeiras, já que ela atende às duas finalidades (regulatória e societária).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pela Diretoria Colegiada da Companhia, em 21 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do passivo líquido de benefício definido que é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota Explicativa nº 4.13.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4 Sumário das práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior:

4.1 Receita operacional

a. Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

b. Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações, remanejamentos e reparos de hidrômetros e ainda de ligação e religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

c. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns, conforme detalhado na nota explicativa 8.

4.2 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os instrumentos financeiros foram mensurados ao valor justo com reconhecimento do resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias. Esses recursos possuem risco insignificante de mudança de valor e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

4.4 Estoques

Os estoques de materiais para consumo e os necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, são mensurados pelo custo médio ponderado e classificados no ativo circulante. O custo inclui todos os gastos de aquisição e outros, incorridos para colocar os materiais em seu local final de armazenamento e em condição de consumo.

4.5 Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de exploração e produção, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), deduzido das perdas estimadas em decorrência de descontinuidade do negócio, caso existam. Para as demais operações em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

4.6 Negócios em conjunto

A Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para reconhecimento dos direitos e obrigações referentes aos negócios em conjunto, em razão do compartilhamento do controle pelas consorciadas. Dessa forma, a Companhia registra sua participação proporcional equivalente a 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do Consórcio de Águas Lindas e do Consócio Corumbá, conforme definição de operações em conjunto, estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC19 (R2).

4.7 Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e intangível, nos quais a Companhia fica substancialmente com os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como ativos de diretos de uso e em contrapartida os passivos correspondentes. Os arrendamentos são registrados, no seu início, um ativo (imobilizado ou intangível) e um passivo de financiamento (arrendamento) ajustados a valor presente, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC06 (R2).

4.8 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado são os que não possuem vinculação com a concessão de serviço público, sendo compostos pelos bens de uso geral da Companhia. Esses bens estão apresentados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos da respectiva depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. O valor contábil dos bens é baixado antes do final da vida útil quando estes são leiloados, ressarcidos pelos gestores por motivo de extravio e ressarcidos pela seguradora por motivo de roubo. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição e/ou construção até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinadas para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

A depreciação do ativo imobilizado é realizada pelas taxas de vida úteis econômicas que foram calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revisadas anualmente por comissão interna. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas e despesas líquidas.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de depreciação:

Natureza	Taxa média de depreciação ao ano
Computador, periféricos e outros componentes eletrônicos; equipamento de transporte	20,00%
Equipamento de assistência médica; equipamento de laboratório; equipamento de segurança; equipamentos e implementos agrícolas; equipamento eletromecânico; equipamento de tratamento; ferramenta e ferramental; instrumento de medição e precisão; material cinematográfico; equipamento de automação e telemetria	10,00%
Aparelho de som, áudio e comunicação; aparelho utensílio doméstico e refrigeração; biblioteca e mapoteca; equipamento de desenho; móveis e utensílios de escritório	8,33%
Equipamento de oficina; máquinas, tratores e similares	6,67%
Equipamento de armazenamento de gases; equipamento para armazenamento de líquidos	5,00%
Edificação	1,67%
Terreno	-

4.9 Intangível

O intangível é representado pelos ativos vinculados à concessão, os quais são divididos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os valores desses ativos são representados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo os juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da respectiva amortização acumulada.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando da sua disponibilização para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e é cessada quando esses ativos tiverem sido totalmente consumidos ou baixados. A amortização dos bens que compõem o ativo intangível foi realizada pelas taxas de vida úteis econômicas calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revistas anualmente por comissão interna.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Conforme previsão da instrução e pronunciamento ICPC 01 (R1) e do CPC 20 (R1), os juros, atualizações monetárias e variações cambiais relacionados a financiamentos utilizados para custear obras relacionadas ao sistema de água e esgoto são diretamente atribuídos ao custo destes, enquanto as obras estiverem em andamento. Essa capitalização é amortizada pelo mesmo prazo de vida útil determinado para o intangível ao qual foi incorporado.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de amortização:

Natureza	Taxa média de amortização ao ano
Hidrômetro; instalação; equipamento de automação e telemetria	10,00%
Equipamentos; poço; instalações elétricas	5,00%
Lagoa; ligação predial; tomada de água; tubulações em geral	2,00%
Construção civil; barragem	1,67%

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

4.10 Ativo financeiro – Concessão

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão. Esses investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

4.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. A Companhia adota como UGC os sistemas de água e esgoto.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("Unidade Geradora de Caixa" ou "UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma pro *rata.*

4.12 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente discutida em juízo, como resultado de eventos passados, possuindo uma possibilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.13 Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Também é feito o ajuste do valor referente ao *risk sharing* das obrigações por parte dos participantes. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e as perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme Nota Explicativa nº 23.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias e licença prêmio, conforme Nota Explicativa nº 23.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37

c. Participação nos resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado.

O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa 23.

d. Programa de Demissão Voluntária

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devedor também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

4.14 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

4.15 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

Em razão do trânsito em julgado de mérito que reconheceu a imunidade tributária, a Companhia não efetua mais apuração de Imposto de Renda, mantendo-se apenas a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro, à alíquota de 9%.

O cálculo é realizado com base na legislação fiscal vigente à época da apuração. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações da contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

4.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

Tributos	Alíquotas
PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	0,65%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0%

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações.

O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

5.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos a seguir:

a. Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

b. Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores, sendo esses últimos avaliados pelo seu rating de mercado.

b.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência. Parte substancial das vendas é pulverizada entre muitos clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

b.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R$ 213.360, sendo no circulante R$ 42.572 e no não circulante R$ 170.788, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (TR, CDI e INPC).

Índice de indexação	2023	2022
Taxa de Referência (TR)	71.084	90.975
Total de empréstimos e financiamentos	**71.084**	**90.975**
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	142.276	153.585
Total de outras contas a pagar	**142.276**	**153.585**
Total	**213.360**	**244.560**

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2023, e mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2023											
Cenários de taxas de juros											
Cenário provável				Cenário possível (+25%)				Cenário remoto (+50%)			
TR	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	INPC	SOFR	JUROS BID	TR	INPC	SOFR	JUROS BID
1,76	3,71%	6,63%	4,72%	2,20%	4,63%	8,29%	5,90%	2,64%	5,56%	9,95%	7,08%

(*) fonte: https://www.portaldefinancas.com
(*) Libor: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.
(*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Passivos					
Financiamentos	TR	71.084	(4.943)	(7.024)	(9.606)
Financiamentos	JUROS BID	47.669	(2.128)	(2.660)	(3.192)
Financiamentos	SOFR	648.780	(44.883)	(51.487)	(67.325)
Dívida FUNDIÁGUA	INPC	142.276	(7.743)	(9.678)	(11.614)
Efeitos no resultado			(59.697)	(70.849)	(91.737)

d. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Os passivos financeiros expostos ao risco cambial (empréstimo com o BID) totalizam:

	2023	2022
Passivo circulante	61.360	65.809
Passivo não circulante	635.089	750.045
Total	**696.449**	**815.854**

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses, considerando a projeção do Dólar. Com todas as outras variáveis mantidas constantes, estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 (passiva) em US$	(*) 143.856	143.856	143.856
Taxa do US$ em 31 de dezembro de 2023 (ptax)	4,8413	4,8413	4,8413
Taxa cambial estimada conforme cenário	4,9200	6,1500	7,3800
Diferença entre as taxas	(0,0787)	(1,3087)	(2,5387)
Efeito no resultado financeiro líquido em R$	(11.321)	(188.264)	(365.207)

(*) Para o cenário provável em Dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2024, conforme relatório Focus-Bacen de 19 de janeiro de 2024.

e. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

5.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, mas se aproximam aos seus valores de realização e liquidação. A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

Descrição	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado 2023	2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	316.176	535.748
Contas a receber	434.001	424.065
Outros créditos a receber	124.042	220.969
Total	**874.219**	**1.180.782**
Passivos financeiros		
Fornecedores	424.501	536.387
Empréstimos e financiamentos	778.849	963.315
Total	**1.203.350**	**1.499.702**

6 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas dos eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4.5 e 16** - Investimentos
- **Nota Explicativa nº 4.6** - Negócios em conjunto.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- **Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 17 e 18** - Vida útil do ativo imobilizado e intangível, respectivamente.
- **Nota Explicativa nº 4.12 e 24** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.
- Nota Explicativa nº 4.16 e 13 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e Bancos (a)	23.766	10.301
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	292.410	525.447
Total	**316.176**	**535.748**

(a) Consistem de numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Possuem rentabilidade média de 94,9% do CDI (93,8% do CDI em 2023). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na Nota Explicativa nº 05 - Gestão de Riscos.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Clientes		
Contas a receber de clientes	1.242.576	1.110.994
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 33)	20.911	63.756
Sub-total contas a receber (a)	1.263.487	1.174.750
Serviços de Consultoria	136	136
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(840.487)	(766.206)
	423.136	**408.680**
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a identificar (c)	(28.212)	(19.555)
Títulos Precatórios a receber – GDF	23.629	24.393
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 33)	22.982	14.705
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(7.534)	(4.158)
	10.865	**15.385**
Total	**434.001**	**424.065**
Circulante	376.987	369.386
Não circulante	57.014	54.679

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2023	2022
Contas a receber - bruto de clientes – Circulante	1.228.316	1.142.845
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	35.171	31.905
Total do contas a receber - bruto de clientes	**1.263.487**	**1.174.750**

Categoria	A faturar	A vencer	Parceladas	< 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	> 365 dias	2023
Residencial	61.956	89.702	68.227	51.057	57.076	47.960	77.197	445.931	899.106
Comercial	21.366	26.148	15.838	10.415	12.800	10.947	18.113	133.422	249.049
Industrial	1.100	731	9.616	279	426	273	656	51.686	64.767
Pública	25.588	509	24	4.673	447	139	135	19.050	50.565
	110.010	**117.090**	**93.705**	**66.424**	**70.749**	**59.319**	**96.101**	**650.089**	**1.263.487**
2022	**87.733**	**91.291**	**88.280**	**49.258**	**56.944**	**49.022**	**89.194**	**559.458**	**1.071.180**

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente o procedimento interno – PR-05/2021-DC, prevê o parcelamento de débitos em até 24 parcelas, seja em parcelamentos em condições normais de negociação, ou em parcelamentos especiais. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizados redução nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, quando o caso se demonstra complexo pelo volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial são com características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

Os valores a receber de partes relacionadas tiveram uma baixa expressiva considerando principalmente o recebimento de contas em aberto da secretaria de educação na ordem de 27 milhões.

(b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise para definição do percentual de provisionamento são vários, entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. A Companhia adota a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF (administração direta), para os créditos não prescritos e que tenha expectativa de recebimento, haja vista tratar-se de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de pagamentos e existência de instrumento de compensação de débitos.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2023			2022		
	CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	766.206	4.158	770.364	661.403	414	661.817
Adição	202.568	3.566	206.134	239.915	3.746	243.661
Reversão/baixa	(128.287)	(190)	(128.477)	(135.112)	(2)	(135.114)
Saldo no final do exercício	**840.487**	**7.534**	**848.021**	**766.206**	**4.158**	**770.364**

(c) A rubrica "Pagamentos de clientes a identificar" é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

9 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	2023	2022
Material de operação, manutenção e obras	44.296	43.411
Materiais administrativos	216	227
Reserva técnica	455	-
Material de operação, manutenção e obras – Consórcios	323	410
Total	**45.290**	**44.048**

A movimentação dos estoques nos exercícios de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	2023	2022
Estoque inicial	44.048	37.475
(+) Aquisições	122.941	93.042
(-) Requisições líquidas	(121.699)	(86.469)
Estoque final	**45.290**	**44.048**

10 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos e de valores pagos a maior, que poderão ser compensados em apurações futuras. Em 31 de dezembro de 2023 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

	2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social	677	323
ISS e ICMS	302	1
INSS	354	354
Tributos Federais – PERDCOMP (a)	54.288	145.841
Total	**55.621**	**146.519**

(a) Valores referente aos créditos tributários decorrentes de pagamentos à maior nos exercícios de 2014 a 2019, inerentes aos Tributos Federais - PERDCOMP (PIS e COFINS), cujos valores estão sendo utilizados para compensação dos tributos mensais. A redução no exercício de 2023 é proveniente dessas compensações mensais.

11 Outras contas a receber

	2023	2022
Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a)	19.505	19.630
Pessoal cedido a receber (b)	224	207
Ressarcimento transferência de ativos (c)	2.082	2.082
Créditos diversos (d)	485	306
Total	**22.296**	**22.225**

(a) Refere-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, débitos de ex-funcionários, insuficiências de saldo, direito de desconto referente à greve de 2016 e outros.

(b) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.

(c) Valor oriundo do TTA (Termo de Transferência de Ativos e Avenças), firmado com a ENEL Distribuição Goiás referente a construção da Linha de Transmissão e da subestação seccionadora para atender a ETA Corumbá;

(d) Refere-se a valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais e outros.

12 Outros valores a receber – não circulante

	2023	2022
Aplicações financeiras (a)	9.559	12.209
Depósitos e bloqueios judiciais (b)	8.549	8.792
Ressarcimento transferência de ativos (c)	4.248	6.501
Total	**22.356**	**27.502**

(a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança, e valores em garantia dos contratos com a Caixa Econômica Federal.

(b) Os depósitos e as transferências judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.

(c) Valor oriundo do TTA (Termo de Transferência de Ativos e Avenças), firmado com a ENEL Distribuição Goiás referente a construção da Linha de Transmissão e da subestação seccionadora para atender a ETA Corumbá;

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023			2022		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo no início do exercício	**964**	**7.828**	**8.792**	**42**	**8.008**	**8.050**
Novos depósitos e bloqueios judiciais	2.373	1.279	3.652	1.206	915	2.121
Reversão (Levantamento de Alvará)	(1.878)	(3.070)	(4.948)	(3)	(780)	(783)
Alvarás identificados	-	550	550	-	(543)	(543)
Atualização monetária	157	573	730	39	624	663
Compensação com demandas judiciais	(84)	(143)	(227)	(320)	(396)	(716)
Saldo no final do exercício	**1.532**	**7.017**	**8.549**	**964**	**7.828**	**8.792**

13 Contribuição social - Diferida e corrente

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2023	2022	Variação no resultado do exercício	Variação no patrimônio líquido
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes	13.515	12.874	641	
Provisão para demandas judiciais	18.962	19.379	(417)	
Base negativa	4.927	11.263	(6.336)	
Déficit atuarial - CPC 33	1.175	9.459	5.489	(13.773)
Outros	1.187	1.212	(25)	
Total do ativo diferido	39.766	54.187	(648)	(13.773)
Diferenças temporárias sobre depreciação/ amortização	(15.018)	(12.472)	(2.546)	
Total do passivo diferido	(15.018)	(12.472)	(2.546)	
Total do ativo diferido líquido	24.748	41.715	(3.194)	(13.773)

A variação elevada verificada na conta "outros" se deu em razão da reclassificação de valores da conta "outros" para a conta de base negativa de CSLL.

Os valores registrados como despesas de contribuição social foram apurados de acordo com a legislação vigente, conforme demonstramos abaixo:

Contribuição social

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	175.229	617.793
Alíquota nominal	9%	9%
Despesa esperada a taxa nominal	(15.771)	(55.601)
Diferenças permanentes	(101.349)	(11.539)
Compensação base negativa de contribuição social	(70.407)	(61.027)
Base de cálculo	3.474	545.227
Contribuição social - 9%	(313)	(49.071)
Contribuição social sobre diferenças temporárias	(14.472)	39.216
Contribuição social corrente	(14.785)	(9.855)

14 Ativos de Contrato (Obras em Andamento)

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção deste item da norma contábil, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de obras em andamento, são apropriados ao custo destas, até a conclusão da construção e/ou instalação, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresentamos abaixo a movimentação do grupo:

Descrição	31/12/2022	Adições	Capitalização de juros	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Obras do Sistema de Abastecimento de Água	149.497	210.977	1.569	(69.944)	292.099
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário	128.692	52.139	865	(83.904)	97.792
	278.189	**263.116**	**2.434**	**(153.848)**	**389.891**

O saldo de obras em andamento é composto por contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e Entorno.

No exercício de 2023, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R$ 2.434 (R$ 2.624 em 2022).

15 Ativo Financeiro – Concessões

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão.

Conforme Manual de Contabilidade Regulatória, aprovado pela ADASA, a Concessionária deverá reconhecer um ativo financeiro da concessão quando os investimentos realizados na aquisição/construção e reforma da infraestrutura não forem recuperados em sua totalidade por meio das tarifas cobradas dos usuários e este direito estiver assegurado ao concessionário nos termos do contrato de concessão. Para tanto, os ativos da concessão serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, quando esses forem claramente elegíveis, inclusive, por dispositivos regulatórios e contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023 a composição dos ativos financeiros de concessões era a seguinte:

a. Composição

	2023	2022
Ativos financeiros indenizáveis		
- Sistema de Abastecimento de Água (a)	1.099.974	881.656
- Sistema de Esgotamento Sanitário	904.833	809.513
Total	**2.004.807**	**1.691.169**

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2022	Transferências	Saldo em 2023
Ativos financeiros indenizáveis			
- Sistemas de abastecimento de água	881.656	218.318	1.099.974
- Sistemas de esgotamento sanitário	809.513	95.320	904.833
Total	**1.691.169**	**313.638**	**2.004.807**

(a) Variações ocorridas em virtude da reclassificação dos ativos do Consórcio Corumbá, anteriormente classificados no grupo "imobilizado";

16 Investimentos

2023

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	440.494	(22.066)	27.031	(1.353)
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.836.601	86.572	12	-
				27.043	**(1.353)**

2022

Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) exercício coligadas	Saldo contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Corumbá Concessões S.A.	6,1364%	462.560	49.817	28.384	3.057
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	0,0007%	1.750.029	(57.744)	12	-
				28.396	**3.057**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37

17 Imobilizado
a. Composição

Natureza	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Total líquido	2022 (ajustado) Custo	2022 (ajustado) Depreciação acumulada	2022 (ajustado) Total líquido
Terrenos	28.130	-	28.130	34.731	-	34.731
Edificações	67.522	(25.057)	42.465	66.915	(24.153)	42.762
Instalações	8.417	(5.990)	2.427	7.517	(5.611)	1.906
Sistema de Abastecimento de Água	-	-	-	140.721	(58)	140.663
Computadores e periféricos	33.021	(24.852)	8.169	31.161	(25.300)	5.861
Móveis e utensílios de escritório	16.070	(11.242)	4.828	16.769	(11.249)	5.520
Máquinas e equipamentos	11.891	(5.790)	6.101	42.997	(14.532)	28.465
Veículos	15.470	(12.481)	2.989	16.138	(12.704)	3.434
Aparelhos de som/áudio/comunicação	1.773	(969)	804	2.887	(2.428)	459
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	5.119	(3.029)	2.090	4.703	(3.002)	1.701
Instrumentos de medição e precisão	21.345	(13.116)	8.229	23.587	(13.513)	10.074
Projetos e obras em andamento	9.879	-	9.879	116.613	-	116.613
Ativos de direito de uso	64.231	(45.963)	18.268	40.525	(30.413)	10.112
Outros	348	(284)	64	380	(300)	80
Total	**283.216**	**(148.773)**	**134.443**	**545.644**	**(143.263)**	**402.381**

No exercício de 2022 foi ajustado os valores de custo e depreciação dos seguintes grupos: "sistema de abastecimento de água", "Computadores e periféricos" e "Máquinas e equipamentos".

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2022	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2023
Terrenos	34.731	(6.601)	-	-	-	28.130
Edificações	42.762	-	-	607	(904)	42.465
Instalações	1.906	818	-	82	(379)	2.427
Sist. de Abastecimento de Água (a)	140.663	(286.370)		145.649	58	-
Computadores e periféricos	5.861	4.231	(6)	310	(2.227)	8.169
Móveis e utensílios de escritório	5.520	90	(53)	-	(729)	4.828
Máquinas e equipamentos	28.465	(48.032)	(95)	17.804	7.959	6.101
Veículos	3.434	9		-	(454)	2.989
Aparelhos de som/áudio/comunicação	459	566	(165)	-	(56)	804
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	1.701	626	(30)	10	(217)	2.090
Instrumentos de medição e precisão	10.074	219	(462)	-	(1.602)	8.229
Projetos e obras em andamento	116.613	85.955	(92)	(192.597)	-	9.879
Ativos de direito de uso	10.112	23.707	-	-	(15.551)	18.268
Outros	80	6	(3)	-	(19)	64
Total	**402.381**	**(224.776)**	**(906)**	**(28.135)**	**(14.121)**	**134.443**

(a) Valores reclassificados para o grupo "sistema de abastecimento de água" do Intangível, em virtude de nova interpretação dada pela Agência Reguladora – ADASA para os ativos construídos fora do Distrito Federal e pertencentes ao Consórcio Corumbá.

Natureza	Saldo em 2021	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Depreciação	Saldo em 2022
Terrenos	34.731	-	-	-	-	34.731
Edificações	43.667	-	-	-	(905)	42.762
Instalações	2.207	-	-	-	(301)	1.906
Redes Adutoras Corumbá	114.158	(474)	(147)	27.169	(43)	140.663
Computadores e periféricos	5.019	2.888	-	9	(2.055)	5.861
Móveis e utensílios de escritório	5.892	786	(359)		(799)	5.520
Máquinas e equipamentos	24.529	1.000	(12)	5.403	(2.455)	28.465
Veículos	3.694	500	(5)	-	(755)	3.434
Aparelhos de som/áudio/comunicação	433	45	(4)	14	(29)	459
Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração	1.815	117	(4)	6	(233)	1.701
Instrumentos de medição e precisão	10.098	1.572	(4)	42	(1.634)	10.074
Projetos e obras em andamento	159.312	(2.700)	-	(39.999)	-	116.613
Ativos de direito de uso	16.939	7.515	-	-	(14.342)	10.112
Outros	82	9	-	-	(11)	80
Total	**422.576**	**11.258**	**(535)**	**(7.356)**	**(23.562)**	**402.381**

18 Intangível
a. Composição

Natureza	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Total líquido	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Total líquido
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	1.012.218	(607.081)	405.137	897.034	(561.412)	335.622
- Sistemas de esgotamento sanitário	776.782	(530.200)	246.582	793.138	(500.529)	292.609
- Equipamentos operacionais	63.859	(36.307)	27.552	42.551	(25.879)	16.672
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	10.223	(2.878)	7.345	8.910	(2.517)	6.393
Sistemas, aplicativos e *softwares*	25.154	(15.525)	9.629	24.472	(10.919)	13.553
Total	**1.888.236**	**(1.191.991)**	**696.245**	**1.766.105**	**(1.101.256)**	**664.849**

b. Movimentação

Natureza	Saldo em 2022	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2023
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	335.622	242.011	(1.920)	(122.501)	(48.075)	405.137
- Sistemas de esgotamento sanitário	292.609	(1.106)	(1.374)	(11.495)	(32.052)	246.582
- Equipamentos operacionais	16.672	21.605	(383)	1.816	(12.158)	27.552
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	6.393	1.313	-	-	(361)	7.345
Sistemas, aplicativos e *softwares*	13.553	156	-	525	(4.605)	9.629
Total	**664.849**	**263.981**	**(3.677)**	**(131.655)**	**(97.251)**	**696.245**

Natureza	Saldo em 2021	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2022
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	338.670	3.617	(150)	30.146	(36.661)	335.622
- Sistemas de esgotamento sanitário	287.030	4.542	(8)	29.966	(28.921)	292.609
- Equipamentos operacionais	15.093	4.373	(99)	-	(2.695)	16.672
Outros Ativos						
Ativos de Arrendamento	5.587	2.708	-	-	(1.902)	6.393
Sistemas, aplicativos e *softwares*	13.374	4.333	-	-	(4.154)	13.553
Total	**659.754**	**19.573**	**(257)**	**60.112**	**(74.333)**	**664.849**

Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) A Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos. Os ativos são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros. O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela lei nº 14.026/2020) indica em seu art. 29, que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Total líquido	2022 (ajustado) Custo	2022 (ajustado) Amortização acumulada	2022 (ajustado) Total líquido
Veículos	58.457	(41.790)	16.667	38.361	(28.494)	9.867
Imóveis	7.406	(4.172)	3.234	2.683	(1.919)	764
Faixas de servidão	13.824	(2.878)	10.946	12.512	(2.517)	9.995
Totais de Arrendamento Mercantil	**79.687**	**(48.840)**	**30.847**	**53.556**	**(32.930)**	**20.626**
Imobilizado	**65.863**	**(45.962)**	**19.901**	**41.044**	**(30.413)**	**10.631**
Intangível	**13.824**	**(2.878)**	**10.946**	**12.512**	**(2.517)**	**9.995**

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	2023	2022
Fornecedores de Bens e Materiais	38.513	39.680
Prestadores de Serviço	83.673	78.603
Empreiteiros	16.510	3.803
Cauções/Retenções Contratuais	4.212	3.391
Consignações a recolher	9.185	8.901
Dividendos a pagar (a)	11.588	165.335
Obrigações com clientes (b)	17.276	17.548
Obrigações Judiciais	3.842	3.238
Provisão TFS e TFU e uso de recursos hídricos	7.621	6.827
Circulante	**192.420**	**327.326**
Obrigações especiais (c)	152.132	162.971
Obrigações judiciais (d)	58.205	15.093
Não circulante	**210.337**	**178.064**
Total	**402.757**	**505.390**

(a) Variação relevante em função do lucro líquido do exercício de 2022 ter sido bem superior ao de 2023, e em razão do pagamento de dividendos antecipado ao acionista majoritário, em 19/11/2023.
(b) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
(c) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.
(d) Em 26/11/2022 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 890 garantindo à Caesb que o pagamento de suas dívidas decorrentes de condenações judiciais seja feito por meio do regime dos precatórios. Tais montantes estão sendo registrados no Passivo não circulante da Companhia.

20 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	2023	2022
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 33)	11.316	56.485
Banco Caixa Econômica Federal S.A (Nota Explicativa 20.2)	22.721	24.206
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	61.360	65.809
Circulante	**95.397**	**146.500**
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.2)	48.363	66.769
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	635.089	750.046
Não circulante	**683.452**	**816.815**
Total	**778.849**	**963.315**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**963.315**	**1.015.831**
(+) Liberações	4.067	137.429
(+) Juros e encargos	54.005	31.605
(+) Variações monetárias e cambiais	(56.274)	(53.074)
(-) Juros, variações e encargos pagos	**(62.753)**	**(46.656)**
(-) Amortizações	(123.511)	(121.820)
Saldo no final do exercício	**778.849**	**963.315**

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2023:

Instituição	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Caixa Econômica Federal	11	TR	6,00%	Recursos próprios	2035
BID 1288/OC-BR	01	Margem BID	4,72%	Fiança	2039
BID 3168/OC-BR	01	SOFR+Margem BID	6,63%	Fiança	2026

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	2023	2022
2023 (a)	-	149.075
2024	96.934	88.866
2025	70.729	74.659
2026 em diante	611.186	650.715
Total	**778.849**	**963.315**

(a) No montante referente ao exercício de 2024 consta o valor de R$ 11.316 (R$ 56.485 em 2022), referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Estado da Economia, vinculado ao GDF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do GDF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.

Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

Em 31 de dezembro de 2023 todo o montante do grupo empréstimos e financiamentos é referente aos financiamentos obtidos para investimentos (CEF e BID), não havendo valores captados como empréstimos (capital de giro).

20.1 Caixa Econômica Federal (CEF)

(i) Principais eventos

Estão registrados diversos contratos de financiamento, com recursos oriundos do FGTS, destinados à implantação, à ampliação e/ou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

A Companhia, adicionalmente, deverá manter para alguns contratos específicos à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta garantia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 5.290 (R$ 8.986 em 31 de dezembro de 2022), sendo este corrigido pela variação da poupança.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default com essa instituição financeira.

20.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) Principais eventos

Em 31 de dezembro de 2023, estão registrados dois contratos de financiamentos.

a. Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma "Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos", integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

As prerrogativas e os deveres estabelecidos no Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF englobam desde a liberação de valores correspondentes às etapas já executadas e atestadas pelo GDF, até os ressarcimentos das parcelas do serviço da dívida (incluindo principal, juros e outros encargos), de responsabilidade da CAESB, provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

Em 31 de dezembro de 2023, totaliza no passivo o valor de R$ 58.985, deste montante
R$ 47.669 referem-se à dívida com o BID, sendo registrados no circulante R$ 19.145 e no não circulante R$ 28.524. Do total desse passivo, R$ 11.316 referem-se à dívida com o GDF, em razão da não realização da compensação de valor entre o GDF e a CAESB, valor este registrado no circulante.

b. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contraído em 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2019 e a última será em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 15 de junho de 2023, considerando a evolução regulatória atinente ao mercado da London Interbank Offered Rate (LIBOR), o BID autorizou a transição de sua carteira de empréstimos baseada na LIBOR para uma taxa base alternativa. Tal mudança tem respaldo legal nas disposições dos respectivos contratos de empréstimo. O Banco adotou a Secured Overnight Financing Rate (SOFR) para substituir a LIBOR como nova taxa de referência para os Contratos de Empréstimo.

Como resultado da aplicabilidade da referida taxa base alternativa, os saldos devedores existentes passaram a estar sujeitos à incidência de juros a uma taxa baseada na SOFR em dólares, conforme a nova metodologia e convenções determinadas pelo BID.

Em 31 de dezembro de 2023, totaliza no passivo o valor de R$ 648.780 (R$ 743.995 em 31 de dezembro de 2022), sendo registrados no circulante R$ 42.215 e no não circulante R$ 606.565.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default com essa instituição financeira.

20.3 Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2023 o valor presente das obrigações financeiras futura mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	2023 Pagamentos futuros mínimos	2023 Encargos financeiros	2023 Valor presente dos pagamentos futuros	2022 Pagamentos futuros mínimos	2022 Encargos financeiros	2022 Valor presente dos pagamentos futuros
Veículos	16.668	(1.306)	15.362	9.867	(394)	9.473
Imóveis	3.233	(325)	2.908	764	(125)	639
Faixas de servidão	10.766	(3.601)	7.165	9.994	(3.601)	6.393
Total de Arrendamento Mercantil	**30.667**	**(5.232)**	**25.435**	**20.625**	**(4.120)**	**16.505**
Circulante	**14.481**	**(671)**	**13.810**	**10.795**	**(466)**	**10.329**
Não Circulante	**16.186**	**(4.561)**	**11.625**	**9.830**	**(3.654)**	**6.176**

21 Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
PASEP a recolher	1.244	1.008
COFINS a recolher	5.742	4.653
CSLL a recolher	37	9.685
INSS a recolher	13.151	11.461
Imposto de Renda Retido na Fonte	14.281	12.856
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	1.188	1.056
Impostos estaduais e municipais	1.693	973
Circulante	**37.336**	**41.692**

22 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	387	335
Encargos sociais e previdenciários	4.723	4.423
Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.349	1.314
Provisão de pessoal	62.199	55.241
Obrigações sociais sobre provisão	23.843	21.328
Total	**92.501**	**82.641**

23 Benefícios a empregados

	2023	2022
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	56.638	31.980
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	33.960	21.214
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	3.320	2.635
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	65.551	115.274
Circulante	**159.469**	**171.103**
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	237.568	230.924
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	11.364	9.613
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	94.891	151.856
Indenizações Vitalícias	1.866	880
Não circulante	**345.689**	**393.273**
Total	**505.158**	**564.376**

23.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do "Resultado Operacional PPR", que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2023 foi de R$ 56.519 (R$ 31.876 em 2022).

23.2 Benefícios previdenciários

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários:

23.2.1 Plano I - Benefício Definido (BD)

Nesse Plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos 36 últimos Salários de Contribuição (corrigidos mensalmente pelo INPC) menos o valor atribuído ao benefício do INSS. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia até 1º de abril de 1994, identificando uma população fechada (54 participantes). Este plano está em extinção.

23.2.2 Plano II - Benefício Saldado (BS)

Consiste num Plano de Benefício Definido, não contributivo, resultante da opção de transferência de participantes do Plano I para este Plano Saldado, com a garantia de recebimento futuro, quando de suas aposentadorias, dos benefícios anteriormente contratados, proporcionais ao tempo decorrido até então. Esses benefícios foram devidamente valorizados e as respectivas reservas transformadas em poupanças pessoais, garantidas, na parte ainda não integralizada, por um contrato de cobertura financeira entre a Patrocinadora e a administradora do programa.

Em obediência à legislação previdenciária foi aprovado plano de equacionamento para o déficit técnico apurado, assim, este plano está recebendo contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, os Déficits foram registrados na Patrocinadora e os valores decorrentes do Risk Sharing abatidos do cálculo das obrigações. Este plano está fechado para novas inscrições.

23.2.3 Plano III - Benefício Misto (BM)

O Plano III da Fundiágua está na modalidade de contribuição definida durante a fase de capitalização. Os benefícios são concedidos em função da poupança acumulada em nome de cada participante, incluindo as contribuições normais vertidas por estes e pela Patrocinadora, em igualdade de aportes. Uma vez concedido, o benefício torna-se uma renda vitalícia em que os riscos, relativamente às probabilidades de sobrevivência e mortes consideradas, são assumidos mutuamente.

Devido à flexibilidade contributiva do Plano III, o participante poderá escolher o percentual de contribuição. A participação da Companhia é paritária às contribuições mensais do participante até o teto estipulado que é anualmente revisado. Atualmente, apenas o Plano III está aberto à entrada de novos participantes.

23.2.4 Avaliação atuarial

Nesta Nota Explicativa são demonstrados o passivo e as despesas relacionadas aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo preparado por um atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

Premissas atuariais utilizadas:

	Plano I	Plano II	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 BASIC	AT 2000 BASIC	AT 2000 BASIC	AT 2000 BASIC
Taxa de desconto	5,32% a.a.	5,25% a.a.	5,43% a.a.	5,87% a.a.
Taxa de inflação	3,63% a.a.	3,63% a.a.	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de crescimento salarial	2,98% a.a.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2023 e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

Evolução da obrigação atuarial

	Plano I	Plano II	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2022	25.658	620.906	1.818	24.725
Custo do serviço corrente	184	-	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(2.152)	(59.174)	-	-
Custo dos Juros	1.303	31.103	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	2.347	(50.030)	138	1.195
Valor presente da obrigação em 31/12/2023	**27.340**	**542.805**	**1.956**	**25.919**

Evolução dos direitos dos planos

	Plano I	Plano II	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	19.429	281.819	-	16.930
Rendimento esperado dos ativos do plano	1.982	21.044	-	1.323
Contribuições	1.588	40.946	-	113.880
Benefícios pagos pelo fundo	(2.152)	(59.174)	-	(112.761)
Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos do plano	149	12.361	-	(2.861)
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	**20.996**	**296.996**	**-**	**16.511**
Obrigações Liquidas em 31/12/2023	**(6.344)**	**(245.809)**	**(1.956)**	**(9.408)**
Dívida Contratada	**3.858**	**263.161**	**-**	**-**
Parcela dos participantes	**1.243**	**-**	**-**	**-**
Obrigações remanescentes 31/12/2023	**(1.243)**	**-**	**(1.956)**	**(9.408)**

As obrigações estão demonstradas a seguir

	2023	2022
Parcela contributiva mensal	3.265	3.113
Dívida contratada	30.695	16.269
Circulante	**33.960**	**19.382**
Plano I - BD	1.243	1.085
Plano II - BS	-	102.042
Dívida contratada	236.324	143.421
Não circulante	**237.568**	**246.548**
Total dos benefícios previdenciários	**489.706**	**265.930**

23.3 Benefícios assistenciais

23.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa.

Com relação ao Plano de Saúde, a Fundiágua oferece alguns tipos de Planos Médico/Hospitalar, de forma contributiva com participação do participante e da Companhia, o participante tem a opção escolher um Plano Quarto Individual com acomodação em quarto privativo ou Enfermaria em Quarto Coletivo. Destacamos que os planos possuem Redes Credenciadas diferentes, mas possuem as mesmas Coberturas.

Além do valor mensal, definido pela aplicação da tabela de manutenção mensal, conforme faixa etária do titular e seus dependentes, serão cobradas, quando da utilização do plano, 30% de coparticipação (fator moderador) para os eventos de consultas e exames de baixa complexidade. Quanto aos exames de alta complexidade e internação (superior a 12 horas), estes são isentos de qualquer cobrança de utilização. O valor referente ao déficit apurado foi registrado.

	2023	2022
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	24.725	17.593
Custo dos juros	-	-
Benefícios pagos adiantados	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	1.194	7.132
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	25.919	24.725
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	16.930	14.908
Retorno dos investimentos	1.323	895
Contribuições	113.880	90.202
Benefícios Pagos	(112.761)	(87.897)
Ganhos ou (perdas) atuariais	(2.861)	(1178)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	16.511	16.930
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	**(9.408)**	**(7.795)**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37

23.3.2 Clube Social CAESB - CAESO

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.
Quanto ao seguro de vida em grupo, a CAESB mantém apólices de seguro de vida em grupo para empregados em atividade e estende a possibilidade de adesão aos aposentados. Mesmo arcando apenas com parte dos prêmios, há a identificação de passivo pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizando para ambas as massas populacionais, ativos e aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é maior que o da massa ativa, ocorre a transferência indireta de prêmios pagos, gerando um subsídio da Companhia.
Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2023, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

	2023	2022
Alterações nas obrigações		
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	1.818	2.220
Ajustes efetuados no exercício	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	138	(482)
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	1.956	1.818
Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício	**(1.956)**	**(1.818)**

As obrigações estão apresentadas a seguir

	2023	2022
Benefícios Assistenciais	3.320	2.635
Circulante	**3.320**	**2.635**
Plano de Saúde	9.408	7.795
Seguro de Vida	1.956	1.818
Não circulante	**11.364**	**9.613**
Total dos benefícios assistenciais	**14.684**	**12.248**

23.4 Programa de Demissão Voluntária

A Companhia estabeleceu um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em setembro de 2021. Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderiram ao Programa quando foram convidados a assinar o Termo de Adesão ainda no exercício de 2021. No total, 183 pessoas foram habilitadas a serem desligadas nos primeiros meses de 2022, conforme cronograma estabelecido pela Companhia, tendo 157 efetivado seu desligamento, o que acarretou a liquidação da provisão anteriormente constituída.
Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 25% aplicados sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que serão pagos durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro mensalmente, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.
Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os valores provisionados referentes ao programa de 2021 e os saldos remanescentes referentes ao programa de 2018:

	2023	2022
Circulante	65.551	115.274
Não circulante	94.891	151.856
Total do Programa de Demissão Voluntária	**160.442**	**267.130**

24 Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de naturezas cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Procuradoria Jurídica ou pelo valor histórico das condenações. A classificação de risco utilizada pela Procuradoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Atualmente, a matéria está disciplinada em norma interna da Companhia.
Essas provisões estão assim constituídas:

	2023			2022		
Natureza	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisões líquidas de depósitos judiciais**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisões líquidas de depósitos judiciais**
Cível	164.391	(1.532)	162.859	185.504	(964)	184.540
Trabalhista	46.294	(7.017)	39.277	29.815	(7.828)	21.987
Total	**210.685**	**(8.549)**	**202.136**	**215.319**	**(8.792)**	**206.527**

A movimentação das provisões em 2023 e 2022 foram as seguintes:

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2023
Saldo no início do exercício de 2023	185.504	29.815	-	215.319
Constituição de provisão	10.104	29.126	-	39.230
Reversão de provisão	(3.632)	(4.450)	-	(8.082)
Baixa por realização	(27.568)	(8.197)	-	(35.765)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(17)	-	-	(17)
Saldo no final do exercício de 2023	**164.391**	**46.294**	**-**	**210.685**

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total 2022
Saldo no início do exercício de 2022	214.890	19.698	2.107	236.695
Constituição de provisão	29.627	16.376	-	46.003
Reversão de provisão	(39.485)	(2.287)	-	(41.772)
Baixa por realização	(19.524)	(3.972)	(2.107)	(25.603)
Provisões - Consórcio Águas Lindas	(4)	-	-	(4)
Saldo no final do exercício de 2022	**185.504**	**29.815**	**-**	**215.319**

24.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 799 processos (677 em 2022) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

	2023		2022	
Matéria	**Número de processos**	**Valor**	**Número de processos**	**Valor**
Divergências com fornecedores e prestadores de serviços	36	73.581	44	93.698
Patrimônio/Desapropriações	12	60.508	13	58.530
Cobrança indevida de contas	540	22.885	428	25.105
Indenização	189	6.908	167	7.661
Outros	22	509	25	493
	799	**164.391**	**677**	**185.487**
Contingências Cíveis do consórcio Águas Lindas		-	10	17
Saldo no final do exercício		164.394		185.504

24.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 368 processos classificados como perdas prováveis (302 em 2022). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

	2023		2022	
Matéria	**Número de processos**	**Valor**	**Número de processos**	**Valor**
Progressão/Desvio de Função	57	17.282	21	3.646
Subsidiariedade	158	11.347	179	12.237
Periculosidade	42	9.036	40	6.416
Desconto Salarial	50	2.168	10	891
Hora Extra	13	1.587	8	954
Adicional	13	1.542	10	1.575
Acidente de Trabalho	4	1.002	4	1.002
Função Gratificada	3	851	-	-
Rescisão Contratual	2	456	3	474
Gratificação de Titulação	18	445	-	-
Outros	8	578	27	2.620
	368	**46.294**	**302**	**29.815**

24.3 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 612 processos de natureza cível (791 em 2022) e 73 processos de natureza trabalhista (30 em 2022), considerados pela Procuradoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R$ 122.351, em 31 de dezembro 2023 (R$ 128.306 em 2022). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

Matéria	**N° de processos**	**Valor**
Passivos contingenciais cíveis		
Fornecedores e prestadores de serviços	18	81.004
Cobrança indevida de contas	467	23.958
Indenização	116	4.769
Outros	11	207
Saldo no final do período	**612**	**109.938**
Passivos contingenciais trabalhistas		
Desvio de Função	16	5.147
Periculosidade	9	2.140
Plano de saúde	2	2.054
Subsidiariedade	13	1.356
Reintegração	2	422
Desconto Salarial	16	355
Férias	1	240
Insalubridade	1	156
Hora Extra	1	104
Acidente de Trabalho	1	100
Outros	11	339
Saldo no final do exercício	**73**	**12.413**
Passivos contingenciais totais	**685**	**122.351**

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	2023		
Composição	**Número**	**R$ 1,00**	**%**
Governo do Distrito Federal (GDF)	929.456.430	1.858.912.860	89,62
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	107.158.572	214.317.144	10,33
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	419.297	838.594	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	44	88	0,00
	1.037.034.343	2.074.068.686	100,00

	2022		
Composição	**Número**	**R$ 1,00**	**%**
Governo do Distrito Federal (GDF)	687.836.198	1.375.672.396	89,49
Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP	80.506.249	161.012.498	10,47
Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP	315.010	630.020	0,04
Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB)	33	66	0,00
	768.657.490	1.537.314.980	100,00

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2023 foi autorizado pela Assembleia Geral o aumento de capital no valor de R$ 536.754, passando o valor do mesmo para R$ 2.074.069.

25.2 Reserva Legal

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei n° 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2023 foi registrado o valor de R$ 7.862, totalizando R$ 47.423. registrados.

25.3 Reserva de Lucros Para Futuro Aumento de Capital

A Reserva para Futuro Aumento de Capital corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal e da distribuição dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Após autorização da Assembleia dos Acionistas os valores são incorporados ao capital social da Companhia, proporcionalmente à participação dos acionistas. No exercício de 2023 foi autorizado pela Assembleia Geral a incorporação de todo saldo pendente, relativos aos exercícios de 2019 a 2022, no montante de R$ 515.033, ao capital social da Companhia. Em dezembro de 2023 o saldo registrado é de R$ 37.798, pendente de autorização para aumento de capital.

25.4 Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios à Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial, referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia, decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais apurados, são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Nota Explicativa n° 23.2.

25.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os valores de adiantamento para futuro au¬mento de capital são oriundos de repasse de recursos realizados pelos acionistas. Os adiantamentos estão classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. As integralizações são referentes aos adiantamentos efetuados nos exercícios de 2019 a 2022 e foram aprovadas nas AGEs realizadas em 27 de setembro de 2023 e 12 de dezembro de 2023. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 64.530 (R$ 21.721 em 2022).

	GDF	Total
Saldo no início do exercício:	21.721	21.721
Adição	64.530	64.530
Integralizações	(21.721)	(21.721)
Saldo no final do exercício:	**64.530**	**64.530**

25.6 Remuneração dos Acionistas

Conforme art. 17 do Estatuto Social da Companhia, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.
No dia 25 de maio de 2023, em reunião da Assembleia Geral, acatando a proposição do acionista majoritário, os senhores acionistas deliberaram pela distribuição do valor de R$ 48.706, à título de dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2022, perfazendo o total distribuído no exercício de 2023 de R$ 182.431.
Em relação ao resultado do exercício de 2023 os valores foram calculados e estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	157.250	563.051
Total	**157.250**	**563.051**
(-) Reserva legal – 5%	(7.863)	(28.153)
Base de cálculo para os dividendos obrigatórios	149.387	534.898
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	**37.347**	**133.725**
Dividendos adicionais autorizado	**74.242**	**48.706**

26 Receitas Operacionais

	2023	2022
Serviço de Abastecimento de água		
Receitas faturadas	1.167.714	1.043.312
Receitas de Serviços não faturadas	14.714	(2.889)
Receitas de contingência (a)	57	899
Consórcio Águas Lindas	30.582	28.847
Receitas de Construção (b)	201.909	79.573
	1.414.976	**1.149.742**
Serviços de Esgotamento sanitário		
Receitas faturadas	981.318	869.542
Receitas de serviços não faturadas	13.101	(2.643)
Consórcio Águas Lindas	17.040	12.599
Receitas de construção (b)	53.316	39.039
	1.064.775	**918.537**
Receita operacional bruta	**2.479.751**	**2.068.279**
COFINS (c)	(67.950)	(59.741)
PASEP (c)	(14.723)	(12.944)
Descontos Incondicionais	(910)	(62)
Concessão dos Serviços (d)	(90.496)	(78.878)
Deduções sobre as Receitas	**(174.079)**	**(151.625)**
Receita operacional líquida	**2.305.672**	**1.916.654**

a. Receitas de Contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica.

b. Receita e Custos de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de saneamento básico deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.
A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (II) toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; (III) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas; e (IV) conforme disposto no Manual de Contabilidade Regulatória, desenvolvido pela ADASA, enquanto não houver margem de receita com construção, o valor da receita e dos custos devem ser iguais. Mensalmente, o montante das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como receitas e custos de construção. A variação ocorrida em 2023 foi em virtude do aumento de obras de água em andamento, notadamente as obras de adutoras.

c. Concessão dos Serviços

O custo com concessão refere-se à remuneração paga ao poder concedente por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

27 Custos dos Serviços Prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2023	2022
Custos do serviço de abastecimento de água	(913.553)	(681.747)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(554.987)	(484.258)
Total	**(1.468.540)**	**(1.166.005)**

27.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2023	2022
Custos com pessoal	(324.372)	(282.525)
Custos com material	(48.752)	(33.754)
Custos com serviços de terceiros	(287.927)	(249.592)
Outros custos gerais	(4.939)	(1.473)
Depreciação e amortização	(54.792)	(43.567)
Despesas Capitalizáveis	9.138	8.737
Custos de construção	(201.909)	(79.573)
Total	**(913.553)**	**(681.747)**

27.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2023	2022
Custos com pessoal	(227.476)	(201.437)
Custos com material	(72.024)	(61.084)
Custos com serviços de terceiros	(166.871)	(150.671)
Outros custos gerais	(1.461)	(1.137)
Depreciação e amortização	(40.142)	(37.474)
Despesas Capitalizáveis	6.303	6.584
Custos de construção	(53.316)	(39.039)
Total	**(554.987)**	**(484.258)**

28 Despesas comerciais

	2023	2022
Despesas de pessoal	(114.612)	(98.863)
Despesas com material	(1.031)	(1.114)
Serviços de terceiros	(23.505)	(18.464)
Despesas gerais	(79)	(52)
Depreciação	(2.616)	(2.441)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(74.280)	(104.804)
Total	**(216.123)**	**(225.738)**

29 Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas de pessoal	(204.744)	(178.662)
Despesas com material	(5.608)	(5.035)
Serviços de terceiros	(52.073)	(46.044)
Despesas gerais	(1.686)	(997)
Depreciação	(10.589)	(9.852)
Despesas demandas judiciais	(12.828)	(4.196)
Total	**287.528**	**(244.786)**

30 Despesas tributárias

	2023	2022
Impostos	(75)	(5.005)
Taxas e tarifas	(8.775)	(8.084)
Total	**(8.850)**	**(13.089)**

31 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2023	2022 (Ajustado)
Provisões judiciais	4.634	21.376
Provisão para programa de demissão voluntária (PDV) (a)	992	209.586
Provisão para benefícios previdenciários e assistenciais (b)	(110.077)	144.564
Outras provisões	(4.096)	11.328
Vendas de bens do ativo imobilizado	836	49
Custo na baixa ou alienação de bens	(4.490)	(165)
Receitas de multa	359	266
Receitas de aluguel	352	278
Recuperação de Créditos Tributários	-	70.676
Outras receitas diversas	129	409
Despesas com inativos (a)	(73.359)	(235.383)
Despesas com funcionários cedidos ou à disposição	(6.190)	(2.988)
Perdas faturamento	(33.089)	(65)
Outras despesas diversas	(5.963)	(2.719)
Total	**(229.962)**	**217.212**

a) A variação decorre da reversão do valor provisionado em 2021 e lançamento da despesa efetiva em 2022 referente à saída das turmas do PDV em 2022.
b) A movimentação referente às alterações no custo do serviço e custo dos juros foram reconhecidas no resultado, enquanto os efeitos de alterações de ganhos e perdas foram registrados em ORA. Os efeitos da alteração da taxa de juros, elevação das folhas de salários e benefícios e o Risk Sharing foram as principais causas das oscilações nas contas de Ganhos e Perdas Atuariais.

32 Resultado Financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	75.850	57.714
Receita de variação monetária e cambial	73.262	71.362
Receita de juros de faturamento	39.156	40.764
Ajuste a valor presente	3.492	5.639
Outras receitas financeiras	8.276	27.549
Receitas financeiras	**200.036**	**203.028**
Juros sobre financiamentos	(55.063)	(36.836)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(21.699)	(18.422)
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(28.911)	(2.678)
Variação monetária e cambial	(1.395)	(1.589)
Outras despesas financeiras	(11.055)	(13.015)
Despesas financeiras	**(118.123)**	**(72.540)**
Resultado financeiro líquido	**81.913**	**130.488**

33 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Terracap, Companhia de Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e GDF (controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	**Referência**	**2023**	**2022**
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 8)	(a)	20.911	63.756
Clientes – Consórcio Águas Lindas	(d)	14.338	9.904
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 12)	(b)	224	207
Ativo circulante		**35.473**	**73.867**
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 16)	(c)	27.043	28.396
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	23.769	24.723
Ativo não circulante		**50.812**	**53.119**
Saldos patrimoniais	**Referência**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 20)	(e)	11.316	56.485
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	10.775	5.011
Benefício a empregados	(f)	37.280	23.848
Passivo circulante		**59.371**	**85.344**
Seguro de Vida - CAESO	(g)	1.956	1.818
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA	(j)	-	400
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	5.896	20.512
Benefício a empregados	(f)	246.976	238.719
Passivo não circulante		**254.828**	**261.449**
Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 26.5)	(h)	64.530	21.721
Patrimônio líquido		**64.530**	**21.721**
Resultado	**Referência**	**2023**	**2022**
Despesa de programa de saúde	(f)	(42.463)	(36.425)
Contribuições ao plano de previdência	(f)	(30.201)	(23.298)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 16)	(c)	(8.146)	3.057
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 23.2)	(f)	(14.323)	(18.422)
Total		**(95.133)**	**(75.088)**

(a) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2023 e que não foram recebidos até a referida data-base.
(b) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
(c) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
(d) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2023, e que não foram recebidos até a referida data-base.
(e) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF.
(f) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
(g) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.
(h) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico.
(i) O valor registrado refere-se aos saldos a receber/a pagar da consorciada Saneago referente ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. Persistindo o desequilíbrio quando do início da operação do Sistema Produtor de Água Corumbá, o Conselho Diretor do consórcio disciplinará em regulamento próprio os procedimentos e as regras para realização das compensações financeiras entre as partes, inclusive as penalidades por descumprimento. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados.
(j) ACT nº 015/ANA/2011 – Acordo de Cooperação Técnica firmado com a ADASA para melhorias no Sistema Produtor de Água de Pipiripau.

34 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2023 e 2022, foram de:

	2023	2022
Remuneração da Diretoria	(3.025)	2.328
Remuneração do Conselho	(1.045)	830
Remuneração total	**(4.070)**	**3.158**

35 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Ed. Sede, Escritórios de atendimento, laboratório e almoxarifado central, localizadas em 17 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R$ 65.592,52 (sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), com vigência de 365 dias a contar de 12/06/2023 , para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, furacão, ciclone, tornado, roubo e furto, danos elétricos, dentre outros, no montante segurado de R$ 121.372.

36 Negócios em conjunto

36.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.
O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.
O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial do Município de Águas Lindas de Goiás, logo os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.
O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.
O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei n° 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.
Em 31 de dezembro de 2023, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação com a Saneago de R$ 5.896.
Consolidação do exercício:

	2023	2022
Ativo circulante	15.777	11.315
Ativo não circulante	126.911	112.956
Passivo circulante	8.636	3.969
Passivo não circulante	10.969	25.602
Patrimônio líquido	104.709	80.083
Receita	48.792	42.160
Despesa	(30.418)	(27.543)

36.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.
O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.
Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.
Em 31 de dezembro de 2023, foi efetivado novo processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação à pagar para a Saneago de R$ 3.784.
Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:
Consolidação do exercício:

	2023	2022
Ativo Circulante	63	147
Ativo não Circulante	209.928	216.891
Passivo Circulante	744	891
Patrimônio Líquido	227.961	221.470
Receita		-
Despesa	(18.714)	(5.323)

Luís Antônio Almeida Reis
Presidente
CPF: 154.287.101-87

Sérgio Antunes Lemos
Diretor Financeiro e Comercial
CPF: 365.608.126-34

Virgílio de Melo Peres
Diretor de Engenharia
CPF: 099.024.491-15

Carlos Eduardo Borges Pereira
Diretor de Operação e Manutenção
CPF: 287.149.621-87

Roberta Alves Zanatta
Diretora de Suporte ao Negócio
CPF: 977.532.039-91

Haroldo Toti
Diretor de Regulação
CPF: 182.120.346-15

Luiz Eduardo Sá Roriz
Diretor Jurídico
CPF: 244.824.711-00

José Carlos Gonzaga
Superintendente de contabilidade
Contador CRC/DF 14.593 CPF: 386.015.911-91

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Analistas dizem que é baixa a possibilidade de aprovação definitiva da reforma ainda em 2024"

Lula Marques/Agência Brasil

Estou otimista com o Brasil e não é de agora"

Gabriel Galípolo, *diretor de política monetária do Banco Central*

Governo envia reforma tributária ao Congresso, mas regulamentação será longa

Já era tempo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem, ao Congresso Nacional, o projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária. São 300 páginas e 500 artigos que criam novas regras para a cobrança de impostos no país, uma iniciativa mais do que necessária. "Nosso sistema tributário será um dos mais modernos do mundo", disse Haddad, ao entregar o relatório. É agora, contudo, que começa uma das fases mais complicadas: a apreciação do texto pelo Congresso. Ele passará primeiro por comissões da Câmara e, depois, irá ao plenário. A seguir, será encaminhado para o Senado Federal. Se for aprovado pelas duas casas, seguirá para a sanção do presidente Lula. Analistas que acompanham os meandros de Brasília dizem que é baixa a possibilidade de aprovação definitiva ainda em 2024, dado o calendário político apertado — é ano de eleições municipais. De todo modo, foi dado um passo importante para desatar o nó tributário do país.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Google vai vetar anúncios políticos a partir de maio

Enquanto o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), defende a liberdade total para as pessoas e empresas publicarem o que quiserem na rede social — inclusive, mensagens ofensivas —, o Google caminha na direção oposta. A empresa americana informou que, em conformidade com uma nova regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vetará anúncios políticos no site de buscas e também no YouTube. De acordo com o Google, a medida entrará em vigor a partir de maio.

Cris Faga/Estadão Conteúdo

Estudo compara Bolsa brasileira com americana

Um estudo feito pela Elos Ayta Consultoria mostra como a Bolsa brasileira é pequena em comparação com a americana. O valor de mercado de todas as empresas do país listadas na B3, a Bolsa de São Paulo, era de US$ 908 bilhões em 23 de abril. Para se ter ideia, cinco companhias listadas nos Estados Unidos — Adobe, Apple, Boeing, Intel e Tesla — tiveram perdas, em valor de mercado, de US$ 927 bilhões no acumulado do ano. Ou seja, as perdas delas foram maiores do que todo o mercado brasileiro.

US$ 12 bilhões

foi o lucro da Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, no primeiro trimestre, uma alta de 117% versus o mesmo período do ano passado

Nos Estados Unidos, a primeira companhia aérea só para pets

A morte do golden retriever Joca em um voo da Gol expôs como as aéreas brasileiras estão despreparadas para transportar animais. Nos Estados Unidos, o cenário não é muito diferente — mas começa a mudar. Em 23 de maio, será realizado o primeiro voo da Bark Air, especializada em voos para pets. A aeronave foi configurada para acomodar 10 cães, que poderão circular com coleira ao lado de seus donos. No início, haverá voos regionais pelos Estados Unidos e uma rota para Londres, na Inglaterra.

RAPIDINHAS

» A Belterra, startup amazônica especializada na implantação de Sistemas Agroflorestais em larga escala, vai lançar em Parauapebas (PA), com apoio do Fundo Vale, o maior viveiro de cacau do país. O espaço terá capacidade de produção de 10 milhões de mudas, que serão usadas na recuperação de áreas na Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.

» A operadora Vivo tem projetos ambiciosos para a promoção da diversidade. Em 2023, a companhia abriu 2,7 mil vagas — metade delas voltadas exclusivamente para negros. Atualmente, 33% dos líderes da empresa são pretos e pardos, enquanto as mulheres representam 37% da liderança executiva. A companhia possui mais de 100 funcionários trans.

» Apesar dos eventos negativos, incluindo o desprendimento, em pleno voo, do pedaço da fuselagem de um de seus aviões, a Boeing reduziu o seu prejuízo no primeiro trimestre de 2024. Ainda assim, o valor é alto: as perdas somaram US$ 343 milhões no período, abaixo dos US$ 414 milhões apurados nos três primeiros meses de 2023.

» A montadora sul-coreana Hyundai e o governo da Holanda assinaram uma parceria que prevê o desenvolvimento em conjunto de tecnologias para melhorar a fluidez do sistema viário do país europeu. A ideia é que os serviços multimídia dos carros da Hyundai forneçam, em tempo real, informações sobre o trânsito.

TECNOLOGIA / Startup desenvolve ferramenta para funcionar como assistente jurídico na análise de processos

A inteligência artificial no direito

» FERNANDA STRICKLAND
» RAPHAEL PATI

A startup 'Sem Processo' utiliza, desde 2016, a tecnologia para entregar produtos e serviços que tornam o contexto jurídico mais efetivo e eficiente. Atualmente, a empresa utiliza a inteligência artificial como uma espécie de assistente jurídico, por meio de um chatbot — com a mesma tecnologia utilizada pelo Chat GPT, da Open AI. Nessa plataforma de perguntas e respostas, a equipe insere documentos jurídicos dentro da ferramenta e já produz, automaticamente, o resumo do que aconteceu em um determinado caso judicial.

"A gente tem um time aqui interno que faz todo esse trabalho de análise de documento jurídico, triagem, cadastro e todo esse trabalho é otimizado por essa nossa ferramenta. Então faz essa gestão de uma forma automatizada, o que auxilia muito no momento da revisão do documento", explica a Co-CEO do Sem Processo e líder de projetos focados em Inteligência Artificial, Ana Beatriz Couto.

Com o avanço da tecnologia, o objetivo é treinar a ferramenta para desenvolver outras atividades, como análises preditivas de casos e confecção de documentos. Segundo a empresária, isso poderia reduzir consideravelmente o extenso trabalho realizado nos departamentos e escritórios jurídicos, além do poder público. De acordo com dados da Confederação Nacional da Justiça (CNJ), 31,5 milhões de novos casos ingressaram na Justiça em 2022. "A inteligência artificial, na verdade, representa algo que, de fato, remodela a forma como os produtos são desenvolvidos, geridos e comercializados. Falando especificamente do meu nicho, que é o jurídico, eu vejo que é um grande divisor de águas", acrescenta Ana Couto.

Um desafios é acompanhar os debates em torno da regulamentação, uma vez que ainda não há uma lei específica que detalhe isso.

Para aprofundar esse tema, o **Correio** Braziliense promoverá, no dia 30 de abril, o evento Inteligência artificial e as novas tecnologias: os impactos no mercado brasileiro, com o objetivo de debater aspectos de relevância sobre o atual cenário tecnológico no país. Um dos temas debatidos será sobre as "Perspectivas futuras e a nova tecnologia no Brasil".

PORTUGAL

Hora de acertar as contas com o passado

Na véspera do cinquentenário da Revolução dos Cravos, presidente reconhece responsabilidade do país por escravidão e crimes coloniais, sinalizando reparações. Ele comparou o novo premiê a um caipira e admitiu rompimento com o filho, que vive no Brasil

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

AFP

Lisboa — A República portuguesa tremeu ontem. Um dia antes de o país comemorar os 50 anos da Revolução dos Cravos, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa causou furor ao comparar o novo primeiro-ministro, Luís Montenegro, a um caipira, e o ex-primeiro-ministro António Costa a um "oriental lento". Ele revelou ainda que rompeu com o filho, Nuno, que vive no Brasil, por causa do escândalo das gêmeas brasileiras, que receberam um tratamento de saúde milionário em Portugal, e afirmou que chegou a hora de os portugueses repararem as ex-colônias pela exploração exacerbada, pela escravidão — mais de 6 milhões de africanos foram traficados, a maioria para território brasileiro — e pelos demais crimes cometidos.

No governo e na Assembleia da República, as declarações do presidente, dadas a jornalistas estrangeiros, foram vistas com estupefação pelo tom preconceituoso e por dar luz a um tema que Portugal prefere deixar no passado, disseminando a falsa visão de que o período colonizador foi de oportunidades para as colônias e seus cidadãos, e não um martírio para os povos massacrados. Essa visão edulcorada do período colonizador é usada pela extrema-direita para alimentar o preconceito, o racismo e a xenofobia. "Temos de pagar os custos da colonização e da escravidão", assinalou Rebelo de Souza, sem explicar como e quando.

Ao longo de mais de quatro horas, o presidente assinalou a preocupação com os rumos que Portugal pode tomar se as duas maiores agremiações políticas — o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), que está atualmente no governo — não conseguirem se renovar para voltar a falar com as massas, o que a ultradireita está fazendo com maestria. Nesse contexto, ele assinalou o papel de Montenegro, de centro direita, um "político à moda antiga, com comportamentos rurais, imprevisível e que dá muito trabalho".

"Ele é uma pessoa que vem de um país profundo, urbano-rural, com comportamentos rurais. É muito curioso, difícil de entender, precisamente por causa disso. Agora, é completamente independente, não influenciável e improvisador", disse Rebelo de Sousa. Para ele, como decide tudo muito em cima da hora, o premiê, que tomou posse em 2 de abril último, é bem diferente do antecessor, António Costa, que, por ser oriental, era lento, gostava de informar, acompanhar e entregar. "Costa era lento, por ser oriental. Montenegro não é oriental, mas é lento, tem o tempo do país rural. Me faz lembrar o antigo PSD. Já o PS era Lisboa, as áreas metropolitanas", assinalou.

Segundo o líder português, diariamente, ele é surpreendido por Montenegro, "porque ele é imaginativo e tem uma lógica de raciocínio como sendo de um país tradicional, o que dá trabalho". A mais recente surpresa feita por Montenegro, acrescentou o presidente, foi a escolha do jovem Sebastião Bugalho, 28 anos, para encabeçar a lista da Aliança Democrática (PSD/CDS/PPM) às eleições europeias de junho próximo. Todos davam como certo que a liderança seria do presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira. "Foi totalmente uma improvisação, um segredo até o fim", disse.

> **Temos de pagar os custos da colonização e da escravidão"**
>
> ***Marcelo Rebelo de Sousa,*** *presidente de Portugal*

Com a nomeação dos 17 ministros do governo, não foi diferente, destacou o presidente. "Ele formou um governo de forma impensável. Só começou a convidar os ministros na manhã do dia de me entregar a lista, um risco. E foi tão sigiloso, que nenhum deles sabia do outro. Só foram se encontrar no dia da posse", ressaltou. Esse comportamento, inclusive, impediu que os nomes dos secretários de Estado fossem anunciados no mesmo dia. "Como (Montenegro) é muito sigiloso, corre o risco de virar um político do silêncio, ter uma gestão do silêncio, dos tempos dos generais", complementou. Por isso, no entender de Rebelo de Sousa, é difícil prever se esse tipo de comportamento dará certo num mundo muito ágil e midiático. Montenegro não comentou as falas do presidente.

Racha familiar

Em relação ao filho, o presidente expressou toda a decepção em relação a ele. O líder português está sendo investigado pelo Ministério Público, acusado de favorecer duas gêmeas brasileiras em um tratamento que custou 4 milhões de euros (mais de R$ 22 milhões) aos cofres públicos, a pedido de Nuno Rebelo. "Isso é imperdoável, porque ele sabe que eu tenho um cargo público e político, e pago por isso. Não sei se ele vai ser responsabilizado, não me interessa. Essa é uma das vantagens de se cortar. Ele tem 51 anos, se fosse o meu neto mais velho e preferido, com 20 anos, eu me sentiria corresponsável. Mas, com 51 anos, é maior e vacinado", afirmou.

Segundo Rebelo de Sousa, a relação com o filho já não andava boa havia meses, mas desandou de vez quando estourou o escândalo das gêmeas no fim do ano passado. O rompimento foi tão sério, que, no último Natal, houve uma divisão na família. O presidente passou a noite de 24 para 25 de dezembro em casa, longe de vários dos netos. O distanciamento entre pai e filho começou em uma viagem do presidente ao Brasil. Nuno havia marcado um encontro com vários políticos brasileiros para mostrar influência junto ao governo português. O presidente contou que, quando soube do que estava por trás, ficou extremamente chateado e acabou se distanciando do filho.

"Expliquei a um antigo presidente brasileiro, a presidentes de partidos e a governadores que, se eu aceitasse que ele fosse, eles ficariam convencidos de que a melhor maneira de se chegar até a mim era através do filho. E o filho ficaria convencido de que a melhor maneira de chegar até eles era através de mim", detalhou. "Isso veio poucos meses antes das gêmeas, o que mostrou o acerto da minha decisão (de romper com Nuno)", acrescentou. Ele contou ainda que, quando foi procurado por Nuno, "que é teimoso, é de Leão", sobre uma possível ajuda às gêmeas brasileiras, estava próximo de ser operado do coração. Acabou deixando o caso de lado, até porque a própria Casa Civil da Presidência da República já havia dito que não seria possível atender o pedido do filho.

Quando estourou o caso das gêmeas, Portugal já estava em ebulição por causa do pedido de demissão de António Costa do cargo de primeiro-ministro, acusado de corrupção. Para Rebelo de Sousa, "foi um período chato, de ter um filho com o qual não se tem relacionamento, e que vai continuar sendo chato enquanto for preciso", já que está sendo investigado pelo Ministério Público. Mas ele destacou que o mais penalizador foi a divisão da família, não falar com um filho, que, antes do Natal, pousou em Lisboa disfarçado "com um boné" e óculos escuros.

O tratamento das gêmeas brasileiras, que têm nacionalidade portuguesa, foi aprovado com celeridade nunca vista e envolveu o medicamento mais caro do mundo, o zolgensma. As meninas são portadoras de uma doença rara, atrofia muscular espinhal (AME). A própria mãe delas admitiu que o acesso ao remédio só foi possível "graças a um pistolão".

Anielle Franco aguarda ações concretas

» LUANA PATRIOLINO

O governo brasileiro já entrou em contato com o português para receber informações sobre as ações efetivas de reparação dos danos causados pelo processo de colonização aos indígenas e escravizados. É a primeira vez que Portugal admite publicamente os crimes cometidos e os impactos causados por eles. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, está à frente da equipe do Brasil para tomada de decisões e quer participar diretamente das ações que serão colocadas em prática.

"Pela primeira vez, a gente está aqui fazendo um debate dessa dimensão em nível internacional", disse Anielle, em um vídeo distribuído à imprensa. "Inclusive, várias organizações do movimento negro cobraram a postura mais firme de Portugal justamente sobre esse tema", destacou.

A ministra ressaltou que o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, reconheceu a responsabilidade portuguesa pelos danos aos povos originários e à população negra uma semana depois do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas, na Suíça. Em um evento com correspondentes estrangeiros, o político afirmou que Portugal "assume total responsabilidade" pelos erros do passado e que esses crimes, incluindo massacres coloniais, tiveram "custos". "Portugal assume total responsabilidade pelos danos causados."

As declarações de Rabelo de Sousa ecoaram no Brasil. "A nossa equipe já está em contato com o governo português para dialogar sobre como pensar essas ações e, a partir daqui, quais passos serão tomados", afirmou Anielle, que aguarda para os próximos dias mais informações sobre as ações efetivas para a restauração dos danos.

Matheus Alves/MIR

Ministra da Igualdade Racial quer opinar nas medidas adotadas

O advogado constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo destacou que a iniciativa de Portugal é um avanço histórico no combate ao racismo e preconceito. "Muitos países europeus se beneficiaram da escravidão e acabaram se desenvolvendo por conta do trabalho escravo. Eles também são responsáveis pelo estado em que se encontra o racismo no mundo", destacou.

João Granja, pesquisador em migrações e crises humanitárias, reiterou que as consequências da exploração cometida pelos europeus reverberam até os dias atuais no Brasil e no mundo. "A violência da escravidão e do genocídio indígena estão vinculadas à manutenção de um sistema produtivo colonial que sustentou a Coroa portuguesa, o Estado português, como uma das principais potências durante séculos, baseado em riquezas roubadas, expropriadas, e danos bem elevados em termos humanos e patrimoniais, além de ambientais", avaliou.

O presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal, Beethoven Andrade, acrescentou que todas as medidas devem ser explicitadas e executadas publicamente. "É de extrema relevância o reconhecimento dos erros do passado. Deve ser explicitado, de modo claro, todos os males cometidos, como forma de assegurar a intenção de construção da vindoura reparação declarada", disse.

VISÃO DO CORREIO

Senado amplia cotas para o setor público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, na manhã de ontem, o Projeto de Lei (PL) nº 1.958/2021, que reserva 30% das vagas dos concursos públicos federais para negros, indígenas e quilombolas. O PL, que seguirá para a Câmara dos Deputados, é uma revisão da Lei nº 12.990/2014 — Lei das Cotas no Serviço Público —, cuja validade terminaria em 9 de junho próximo.

A nova versão aumenta de 20% para 30% as vagas, que deixam de ser exclusivas para os negros, e passa a contemplar quilombolas e indígenas, assim como ocorre nas instituições de ensino superior. Antes, havia a expressão "no mínimo", o que abria caminho para uma oferta de mais vagas para negros, quilombolas e indígenas. A supressão de "no mínimo", invalida a possibilidade de abrir mais espaços por critério étnico-racial. O PL assegura ainda que a mesma regra seja obedecida pelos processos seletivos simplificados, destinados a contratações temporárias.

A validade da norma será de 10 anos, a partir da data de sanção do projeto. A equipe que construiu a nova versão da Lei nº 12.990, formada por técnicos dos ministérios da Igualdade Racial, Povos Indígenas e Gestão e Inovação, tentou ampliar o prazo de revisão para 25 anos. Mas os senadores mantiveram a vigência de uma década.

Embora as mulheres negras sejam maioria da população brasileira, os senadores não aprovaram a subcota de 50% para elas, na esteira das ações afirmativas, como defendido pela equipe que elaborou a revisão da lei. Em contrapartida, os senadores rejeitaram a ideia de transformar a lei, destinada a negros, indígenas e quilombolas, em marco legal para cotas raciais.

Os não negros e não indígenas têm mais chances no mercado de trabalho, tanto no setor privado quanto no público. Na estrutura do governo federal, pretos e pardos somam 35,09%, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape/2020). Um percentual pequeno, quando só pretos e pardos somam mais 55% da população brasileira. Os negros, no entanto, são maioria entre os 39,1 milhões — cerca de 24 milhões ou 61,3%. Eles ficam, ainda que não queiram, na informalidade, desprotegidos de todos os benefícios consagrados pela legislação aos trabalhadores.

Estabelecer um regime de cotas para o acesso de mulheres e homens negros, quilombolas e indígenas ao serviço público é mais um modesto gesto de reparação pelas perdas impostas a esses segmentos das sociedade brasileira. Ainda hoje, na segunda década do século 21, uma vasta camada da população comporta-se como vivêssemos no século 16, quando negros e indígenas não eram vistos como seres humanos. Mais uma vez, o bom senso dos senadores prevaleceu, pois não estender a vigência da lei das cotas implicaria prejuízo ao segmento étnico-racial (negros e indígenas), ainda hoje, alvo do racismo, do preconceito e das discriminações por meio das mais diversas formas de violência.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

As dores de Carlos

É impossível não se abalar, não ficar com pesar no coração diante do caso do menino Carlos, 13 anos, de Praia Grande (SP). Ele morreu no último dia 16, uma semana depois de ser agredido por colegas na escola onde cursava o 6º ano do ensino fundamental.

Para a família, a morte foi causada pela brutalidade praticada contra o adolescente. O relato é de que, no dia 9, dois estudantes pularam nas costas dele, o que teria entortado sua coluna. Com muitas dores, foi levado seguidas vezes pelo pai para atendimento em unidades de saúde, mas somente o medicavam e o liberavam. O quadro piorou. Passou a ter dificuldade de respirar e não conseguia mais andar. Foi internado e entubado. Ante a gravidade dos sintomas, acabou transferido para uma Santa Casa, onde sofreu três paradas cardiorrespiratórias e não resistiu.

No atestado de óbito, consta que Carlos morreu em decorrência de broncopneumonia, mas o laudo necroscópico, que ficará pronto em até 90 dias, apontará qual foi a causa dessa inflamação dos pulmões. Se a vida de Carlos foi destruída pela violência, só o laudo poderá dizer. Mas o que se sabe — por relatos e vídeos de agressões — é que a escola tinha virado um martírio para ele. Sofria bullying e foi atacado outras vezes por colegas no "banheiro da morte" — como os estudantes chamam o local. Imagine o horror de um menino que vai todos os dias para a aula sabendo que será atormentado ou machucado. E justamente em um lugar onde deveria estar protegido.

A família disse que, no mês passado, registrou boletim de ocorrência. Também pediu à escola uma reunião com os responsáveis pelos agressores e imagens das câmeras, mas — segundo o pai — a direção da instituição recusou e não tomou providências. O caso de Carlos é chocante, revoltante e mostra a urgência de lutarmos contra esse fenômeno social, o bullying, tão arraigado quanto grave, com consequências devastadoras, especialmente à saúde mental de crianças e adolescentes.

É necessário um esforço conjunto do poder público, dos educadores e da sociedade. Precisamos de ações efetivas para prevenir, combater e punir episódios de bullying, além de medidas de conscientização, não só nas escolas, mas de toda a população, e apoio às vítimas.

Pais ou responsáveis, principalmente, têm papel imprescindível de orientar os filhos sobre respeito às diferenças, o cuidado com o outro, a empatia. Informarem-se, em conversas periódicas com eles, se sofrem intimidação sistemática ou mesmo se são agressores — conscientizar que humilhar, xingar ou agredir uma pessoa não é, sob hipótese nenhuma, uma "brincadeira". O combate ao bullying, por sua complexidade, depende do engajamento de todos nós. Há muitos Carlos sofrendo neste momento. É preciso ação, com urgência.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Brasília

Fiz muitas viagens por diversos países e cidades. De contemplações do urbanismo e arquitetura de cidades. Muitas leituras sobre urbanismo. Muitas leituras sobre o urbanismo de Brasília. Acompanho, com certo temor, o tratamento de alguns conceitos deturpados por interesses espúrios. Assim é o conceito de sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento. O conceito de qualidade de vida. Avaliações sobre o urbano e concentração urbana. Vejo a tentação de ocupação dos espaços verdes em Brasília desfigurando o plano tão genial de Lucio Costa. O traçado urbanístico de Brasília é único no mundo. Oscar Niemeyer a ornou com arquitetura de gênio. Nesses traçados de dois gênios, veio outro gênio que foi Ozanan Coelho, da Novacap, que deu uma roupagem de pomar e jardim a essa belíssima cidade. Não há igual no mundo. Há árvores frutíferas por toda a cidade. Genialidade que dá qualidade de vida para quem mora e admiração de quem a visita. Os espaços verdes garantem beleza, qualidade do ar e, consequentemente, qualidade de vida. Não podemos deixar acontecer à desfiguração da nossa cidade com as investidas do negócio imobiliário. Tudo em nome do falso desenvolvimento e falsa modernização.A cidade já tem maturidade e beleza. Vamos protegê-la!

» **Gustavo Adolfo**
Asa Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Há muita gente de direita no país, mas essa parcela da população não é burra. Percebeu, ainda que tardiamente, que Bolsonoro foi bem pior do que poderiam imaginar.

Waldemar Santos — Jardim Botânico

O Executivo e o Congresso não brigam, vivem apenas um relacionamento abusivo.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O PEC do Quinquênio mostra que não há limite para a elite aumentar os seus privilégios insaciáveis.

Itiro Iida — Asa Norte

Aniversário

Parabenizo Brasília pelo aniversário, estendido à dupla dinâmica Almeida&Berrogain, bem como ao jornalista Pedro Ibarra, pela redação das reportagens sobre Alok, cita, respectivamente, aos cadernos *Cidades* e *Diversão&Arte* (**CB**, 21/4, p.17/20). De fato, as luzes e a pirotecnia emitidas às margens de uma pirâmide, erguida na frente do Congresso Nacional, ícone do Legislativo federal, abrilhantaram a apresentação do internacionalmente consagrado DJ "pseudo-brasiliense", levando o público à loucura no canteiro central da Esplanada dos Ministérios. A propósito, este leitor, também teve o privilégio de prestigiar o faraônico evento, estrategicamente posicionado ao centro do gramado, logo abaixo do cume de uma "estrutura piramidal virtual", projetada a partir de canhões de luzes sobre o céu mágico de Brasília. Inebriado, saquei o celular e registrei, refletindo em voz alta: "ao conceber tal obra, teria Alok se inspirado na esfinge que estampou a capa do "single" título de minha coletânea musical, lançada agora em março?" E aí, alguém arrisca opinar?

Em tempo: meu cordial abraço aos redatores!

» **Neto Kobra**
Asa Norte

Amor virtual

Não morrer de amor é repudiar qualquer vínculo afetivo incompleto ou insuficiente e toda esperança que nos prenda a uma relação doentia ou limitante. O tempo parece andar bem mais rápido no Ciberespaço, onde alguns dias de convívio são suficientes para sentir-se íntimo e estabelecer relações bastante intensas de amizade ou mesmo de amor, que podem ter uma certa duração ou esvanecerem com a mesma velocidade com que se estabelecem. Considerada a melhor demonstração real do que é uma autoestrada da informação, a internet também está relacionada com a reinvenção da intimidade. O abismo entre a imagem que ansiamos ter — plana e retocada — e a dura realidade de nossa forma, textura, cheiro, som e sabor é a causa do frisson do primeiro encontro, mas também é o motivo de o evitarmos. Nossa dificuldade em abrirmos mão da imagem ideal nos faz preferir a distância segura da virtualidade a arriscar as decepções inerentes ao encontro. Segundo o psicanalista Christian Dunker, "a obrigação de mantermos uma imagem de bem-estar e felicidade e a conectividade acelerada com as engenharias da aparência nos colocam fora de nós mesmos, tornando a intimidade uma experiência cada vez mais preciosa e rara" (*Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*, 2017). A ilusão de proximidade, de conhecimento e intimidade a despeitos — às vezes, enormes — das distâncias geográficas é um dos aspectos negativos da virtualidade. A assombrosa capacidade do relacionamento virtual precisa estar acompanhada de resistência emocional. Cada um deve investigar a si e ser um precursor de sua causa afetiva.

» **Marcos Fabrício L. da Silva**
Asa Norte

Campo da Esperança

Com letras miúdas, quase inelegíveis e sem justificar, a empresa Campo da Esperança Ltda., por meio de edital publicado nos *Classificados* do **CB** (24/4/24), notifica e constrange parentes dos falecidos que em cinco dias úteis iniciará a exumação de 500 sepulturas. Nem os mortos podem mais descansar em paz, o que é um absurdo. Como o serviço não é mais prestado pelo Estado, o que é lamentável, desconfio que o motivo do procedimento deve ser de ordem especulativa financeira. Ao contrário disso, deveriam prestar melhores serviços, como capina e varrição, visto que os campos se mostram abandonados.

» **José Eduardo Afonso**
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 4,00**	**R$ 6,00**

ASSINATURAS * SEG a DOM
R$ 899,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61)99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE–Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Orbis terrarum novissima tabula in Brasilia facta

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

No ano de 1658, o cartógrafo e editor holandês Nicolaes Visscher publicou um planisfério de sua autoria intitulado Orbis terrarum nova et accuratissima tabula (Mapa novo e exato do globo terrestre, em tradução livre). O mapa, que mostra nossa Terra distribuída por dois hemisférios, é verdadeira obra de arte, com cenas mitológicas desenhadas nos quatro cantos da folha. Os dizeres são em latim, que ainda era a língua das obras sérias, não destinadas ao povão, mas a um público culto.

É interessante notar que a porção de América do Sul que mais tarde viria a ser nosso país é a terra mais central do globo. Aparece em destaque, bem no meio do mundo. Europa e América do Norte se encontram distantes do meridiano central. É compreensível que Visscher tenha decidido retratar dessa maneira o mundo então conhecido. À época, muitas terras situadas na região do Oceano Pacífico ainda estavam por descobrir, o que possibilitou ao cartógrafo amputar parte do Japão e da Austrália, regiões mal conhecidas que acabaram ficando fora do mapa. Hoje, nenhum profissional sério faria mais isso.

Duas semanas atrás, o IBGE revelou ao grande público, com estrondo, sua mais recente façanha: um mapa-múndi que, enfim, coloca o Brasil no lugar que lhe é devido — no centro do mundo! Nas palavras de Doutor Pochmann, diretor do Instituto, o costume de desenhar o planisfério com o Meridiano de Greenwich no centro não passa de "projeto eurocentrista de modernidade ocidental". São palavras panfletárias, distantes do processo científico. Na ciência de verdade, projetos diferentes não se excluem, se complementam.

Assim mesmo, vamos que o tal "projeto eurocentrista de modernidade ocidental" existe e que o Meridiano de Greenwich são suas impressões digitais. Ainda assim, será ingenuidade acreditar que o fato de o Brasil impor a seus estudantes um planisfério em que o meridiano central foi empurrado com o cotovelo vá influir nos desígnios do planeta. A Terra vai continuar a girar e o Meridiano de Greenwich continuará aparecendo no centro dos mapas-múndi que não forem impressos pelo IBGE. Eis aí o tipo de protesto naïf e inútil, que só vai servir para confundir a cabecinha de nossos estudantes, que terão mais dificuldade em entender por que razão esse meridiano foi escolhido para iniciar a contagem das 24 horas do dia.

O alvoroço gerado pela publicação do novíssimo *Atlas Geográfico Escolar do IBGE* destoa da seriedade do objeto. Um atlas é coleção de conhecimentos, uma enciclopédia sócio-geográfica que tem direito a ser lançada com a reverência e o recato que lhe são devidos.

Nosso cartógrafo holandês do século 17 até que tinha direito de omitir terras ainda não exploradas. Tinha também o direito de cortar em dois pedaços as terras distantes e pouco conhecidas, aparecendo um de cada lado do planisfério. Nosso IBGE, herdeiro de 150 anos de tradição de seriedade, não tem mais esse direito.

Quando preparamos um mapa do Brasil, toda a atenção tem de estar focada no Brasil, evidentemente. Já quando desenhamos um mapa-múndi, nosso horizonte tem de se alargar. Além do Brasil, temos de cartografar o resto do mundo. Se não temos capacidade de fazer isso certinho, é melhor desistir e importar planisférios já prontos.

O novíssimo *Atlas Escolar do IBGE* peca em diversos aspectos. Com o deslocamento do Meridiano de Greenwich de 30 graus a leste, a Austrália aparece cortada em dois pedaços. A China e a Rússia, idem. O mesmo vale para a Indonésia. Detalhe: como integrantes do G20, nenhum desses quatro países há de apreciar a travessura de nossa Novissima Tabula. Tem mais: o Canal da Mancha é descrito como "Estreito de Dover", enquanto o Estreito de Malaca aparece como "Estreito de Málaca". Outra pérola: as Ilhas Falkland (Malvinas), território britânico, são unilateralmente atribuídas à Argentina.

Numa prova de inconsistência, a "arte de deslocar o Brasil para fazê-lo entrar à força no centro do mundo" não contaminou toda a coleção de mapas-múndi guardados no site do IBGE. De meia centena de planisférios, somente uma meia dúzia foram redesenhados conforme a novíssima versão. Os demais continuam mostrando Greenwich no centro do mapa. Parece que nem o IBGE acredita na própria mágica.

No centro do mundo não se entra pela janela nem pela porta dos fundos. Se um dia o Brasil chegar lá, terá que passar pela porta da frente. E ser recebido com dupla ala de guardas de honra, emplumados e engalanados.

Transição energética está no compasso da transmissão elétrica

» ARTHUR SOUSA
Membro do Movimento Empresarial pela Inovação da CNI e conselheiro do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)

Parece só um jogo de palavras, mas é muito mais do que isso. Trata-se da síntese de um desafio gigantesco que os governos e as empresas — focadas em mudar a fonte de suprimento de energia — estão enfrentando. A transição energética, que busca alternativas de baixo carbono, depende atualmente mais do que nunca dos investimentos maciços em transmissão de eletricidade no Brasil, principalmente dos projetos que viabilizem a transferência em escala da energia dos subsistemas Norte/Nordeste para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste. A má notícia: houve atraso no Brasil. A boa: enfim, há projetos chegando.

Esse não é um problema exclusivo do Brasil. Oitenta milhões de quilômetros de linhas de transmissão precisam ser construídas ou substituídas em todo o mundo até o ano de 2040, informa relatório recente da Agência Internacional de Energia (IAE, na sigla em inglês). De acordo com a análise feita pela agência, só assim o mundo dará conta de alcançar os objetivos da transição energética, essencial para ajudar a frear o aquecimento global, conforme alertam cientistas e a comunidade internacional.

A constatação da IAE é simples e é também igualmente verdadeira no Brasil: o crescimento da geração com fontes limpas não está sendo acompanhado pelo avanço da infraestrutura de transmissão. Logo, todo o esforço para disponibilizar fontes que possam substituir os combustíveis fósseis torna-se inócuo em razão de a energia renovável não encontrar fio suficiente para chegar onde deve e, assim, se tornar uma alternativa viável para a substituição das fontes fósseis.

Ao mesmo tempo em que as fontes renováveis (eólica e solar) ganham relevância na matriz elétrica brasileira, reafirmando e consolidando o Brasil como exemplo mundial em geração de energia a partir de fontes limpas, o país corre para ajustar sua rede de transmissão e distribuição. Desde junho de 2023, o Brasil organizou três grandes leilões de transmissão que tiveram enorme interesse por parte de diversas companhias. Basta dizer que, nos três certames, o setor elétrico brasileiro conseguiu conceder em novas linhas de transmissão o equivalente a 10% de toda a malha existente atualmente.

Nos leilões realizados em junho e dezembro de 2023 e em abril de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu projetos para 17.119 quilômetros de novas linhas, cuja função básica será permitir que, quando prontas, haja o escoamento da energia gerada em Minas Gerais e em todo o Nordeste para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste.

São R$ 54,9 bilhões em investimentos, geração de mais de 100 mil empregos e uma capacidade de transformação total de energia para alta tensão de 19.440 MVA (megavolt-ampere), estrutura fundamental para viabilizar a transferência de grandes blocos de energia da fonte de geração para regiões milhares de quilômetro distantes. Algo fundamental se considerarmos as dimensões geográficas do Brasil e o complexo e gigantesco Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os resultados positivos dos leilões coordenados pela Aneel também se refletiram nos elevados deságios alcançados em todas as ofertas. No total, juntando os três leilões, o Brasil ofereceu ao mercado 27 projetos de linhas de transmissão. Todos foram arrematados, e os deságios sobre a Receita Anual Permitida (RAP) superam os 40%, alcançando mais de 50% (na média) no primeiro leilão. Isso significa que os consumidores brasileiros terão uma economia com essa nova infraestrutura, ao longo dos próximos 30 anos, de R$ 122,9 bilhões, em relação ao preço original levado ao certame.

Se o Brasil já se converteu em uma referência na geração de energia limpa, é justo pontuar que o país também está buscando se ajustar na infraestrutura de transmissão dessa nova energia, tão essencial para a transição energética, sem a qual todo o esforço rumo ao aprimoramento da matriz elétrica nacional resultaria inócuo, dada a impossibilidade de viabilizar a fluidez pelo Sistema Interligado Nacional dessa energia nova e limpa.

O país demorou um pouco a pôr em marcha um plano de atualização da infraestrutura de transmissão, o que exigirá agora um pouco de paciência para ver as linhas concedidas nos últimos três leilões funcionando. Isso deverá começar a ocorrer entre 2028 e 2030. Teremos de conviver com esse gap. O avanço da transição energética depende também da transmissão, que está contratada. Atrasou, mas há uma solução a caminho e um horizonte para o avanço da transição energética no Brasil.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Um discurso para a capital — Parte 2

Para o conhecimento das novas gerações, seguem aqui os trechos finais ou a segunda parte do discurso feito pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek por ocasião do ato que inaugurou oficialmente a capital de todos os brasileiros em 21 de abril de 1960 — ocasião em que foram fundados também o **Correio** Braziliense e a *Coluna Visto Lido e Ouvido*. O discurso proferido naquela longínqua ocasião é, até hoje, o documento político mais importante sobre Brasília, pois registra não só o nascimento de uma cidade especial, como marca uma nova etapa na história de nosso país.

"Deste Planalto Central, Brasília estende aos quatro ventos as estradas da definitiva integração nacional: Belém, Fortaleza, Porto Alegre, dentro em breve, o Acre. E por onde passam as rodovias vão nascendo os povoados, vão ressuscitando as cidades mortas, vai circulando, vigorosa, a seiva do crescimento nacional." Ficou patente que a construção de Brasília ia, aos poucos, revitalizando a porção interior do país que ficara esquecida por séculos e que passava a ser interligada por estradas de união que estavam sendo abertas. Nesse ponto, é necessário acrescentar a colaboração imprescindível de um personagem muito estimado por JK, que era o engenheiro Bernardo Sayão. Graças ao entusiasmo desse colaborador do presidente, foi dada continuidade ao importante processo de integração nacional, iniciado ainda com o Marechal Rondon, que tinha como objetivo ligar por estradas o interior do país. Depois de efetivado o programa de construção da nova capital, no interior do Brasil, ligar por rodovias Brasília a Belém, ao Acre e a Fortaleza — os próximos desafios a serem cumpridos para dar sentido prático à mudança da capital. Ainda em janeiro de 1960, quatro meses antes da inauguração de Brasília, foram iniciadas as Caravanas da Integração Nacional. Saídas de São Paulo e do Rio de Janeiro, homens e máquinas, sob a liderança de Bernardo, foram rasgando estradas rumo à nova capital.

"Brasileiros! Daqui, do centro da Pátria, levo o meu pensamento a vossos lares e vos dirijo a minha saudação. Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã. Neste dia, 21 de abril, consagrado ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao centésimo trigésimo oitavo ano da Independência e septuagésimo primeiro da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a cidade de Brasília, Capital dos Estados Unidos do Brasil." Nesse trecho final, Juscelino Kubitschek fala da importância da construção de Brasília para as novas gerações que viriam. Seriam elas que iriam ser as maiores beneficiadas com essa obra e com todo o processo de interiorização do país.

Esse discurso foi proferido por Juscelino Kubitschek na sessão solene de instalação do governo no Palácio do Planalto, no dia 21 de abril de 1960, e comentado por ocasião do 64º aniversário de Brasília.

»A frase que foi pronunciada:

"Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse".

Lucio Costa

Dito e feito

» Jussara Dutra Ferreira é daquelas pessoas que se empenham nos projetos até vê-los concretizados. Em Brasília desde o tempo da poeira, Jussara é filha de José Dutra Ferreira, garçom e mordomo de JK. Estava com a ideia de escrever um livro compilando as histórias do pai. E conseguiu. Quem quiser ler assuntos inéditos do começo de vida de Brasília é só ver os detalhes no blog do Ari Cunha.

O Mar e o mal

» Todos conversavam sobre o *Arrastão de Dorival Caymmi*. Uma música que consegue colocar ventos nas notas. Ouvindo sobre o assunto, Gilda Elizabeth Nogueira começou a contar as histórias de arrastão que passou na vida. As que viveu e as que ouviu dizer. A confusão com uma palavra tão linda, Gilda mostrou o que o tempo conseguiu fazer para que o arrastão se tornasse um fato pavoroso. Mostra que o nosso mundo já não é o mesmo. Os meninos que esperavam, na areia, o arrastão das praias que trazia o peixe bom para a família, com o passar do tempo, se transformaram nos meninos temidos que, agora sem família, arrastam pela areia a própria dignidade.

Futuro

» O DF teve liberação para o funcionamento do primeiro crematório, que fica no Cemitério Campo da Esperança. A decisão que a Sejus aguardava veio do Instituto Brasília Ambiental. Isso faz lembrar um cemitério projetado pelo arquiteto Manoel A. Madureira Filho. Apenas umas hastes com neon na ponta contendo o DNA do falecido.

»História de Brasília

Ontem na minha superquadra, houve um atropelamento. Havia dois guardas para orientar as crianças, e a orientação não foi dada. O motorista ainda tentou evitar o acidente e não conseguiu. Socorreu a vítima, o que foi muito lógico. **(Publicada em 6/4/1962)**

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Mais um impacto das mudanças climáticas

À medida que os padrões de precipitação e temperatura são alterados pela ação de gases de efeito estufa, aumenta o risco de bactérias e outros agentes patógenos desenvolverem resistência a medicamentos, alerta estudo

» PALOMA OLIVETO

A resistência de bactérias e outros patógenos a medicamentos deve afetar 10 milhões de pessoas em 2050, e as mudanças climáticas poderão agravar ainda mais esse cenário. O alerta é de um artigo publicado na revista *Nature* e que será apresentado no Congresso Global de Microbiologia Clínica e Doenças Infecciosas (Escmid), no próximo fim de semana em Barcelona, na Espanha. O estudo, da Universidade de KwaZulu-Natal de Durban, na África do Sul, destaca que o aumento das temperaturas, das emissões de gases de efeito estufa e da elevação do nível do mar contribuem com um problema definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como "ameaça global".

Segundo a agência das Nações Unidas, de 2017 a 2022, infecções na corrente sanguínea provocadas por duas bactérias bastante frequentes, a *Escherichia coli* e a *Salmonella spp*, aumentaram pelo menos 15%. O relatório mais recente da OMS sobre o assunto mostra que foram relatados níveis de resistência acima de 50% em microrganismos que causam sepse hospitalar, como *Klebsiella pneumoniae* ou *Acinetobacter ssp.*

O uso exagerado de antibióticos é o principal motivo da resistência antimicrobiana (RAM), mas outros fatores contam, explica Sabiha Essack, da Unidade de Pesquisa Antimicrobiana da Universidade de KwaZulu do Sul e principal autora do estudo. Segundo ela, as alterações climáticas são multiplicadoras de ameaças da RAM porque exercem efeito na propagação de doenças, ao mesmo tempo em que alteram as condições físicas e ambientais em que os micróbios vivem.

"As mudanças climáticas comprometem a integridade ecológica e ambiental dos sistemas vivos e permitem que os agentes patogênicos causem cada vez mais doenças", diz. No Brasil, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) associa as alterações na temperatura e no sistema de precipitações a aumento de arboviroses — doenças transmitidas por mosquitos — como dengue, febre-amarela e malária, além de mais casos de leishmaniose tegumentar americana e leishmaniose visceral. "As atividades humanas associadas ao crescimento populacional e aos transportes, juntamente com as mudanças climáticas, aumentam a resistência aos antibióticos e a propagação de doenças transmitidas pela água e por vetores de seres humanos, animais e plantas", destaca Sabiha.

Universidade de Flinders/Divulgação

Cientistas de vários países trabalham em pesquisas que visam à resistência antimicrobiana, uma "ameaça global", segundo a OMS

Cólera

Segundo a especialista, à medida em que as temperaturas aumentam, as taxas de infecção bacteriana podem elevar, e as doenças espalharem-se para altitudes e latitudes mais elevadas, onde não eram encontradas anteriormente. "Os exemplos incluem o aumento das temperaturas nos sistemas hídricos, contribuindo para uma melhor sobrevivência das espécies *Campylobacter*, *Salmonella* e *Vibrio*, que causam doenças transmitidas pela água e pelos alimentos", diz.

A *Candida auris* ganhou tolerância térmica e à salinidade em ecossistemas de zonas úmidas, relata Essack. "*Escherichia coli* e alguns dos patógenos ESKAPE crescem idealmente a 32-36ºC", complementa a pesquisadora, lembrando que os micróbios ESKAPE são de um grupo de bactérias, incluindo *K. pneumoniae* e *Enterobacter*, que costumam escapar da ação dos antibióticos.

Com o aumento das temperaturas e da incidência e prevalência de doenças infecciosas, mais pessoas precisarão usar agentes antimicrobianos, e consequentemente, haverá mais RAM entre os patógenos. Essack cita um estudo realizado nos Estados Unidos que mostra que o aumento da resistência à *E. Coli*, associada a infecções urinárias, diarreia e colite hemorrágica, reflete mudanças na temperatura ao longo de 30 anos. Com mais países registrando médias elevadas em cada estação, a ação dos medicamentos contra esses microrganismos começa a falhar.

» Preparação para a próxima pandemia

Em um artigo publicado na revista *Frontiers in Science*, um coletivo internacional de microbiologistas clínicos e de saúde pública da Sociedade Europeia de Microbiologia Clínica e Doenças Infecciosas (ESCMID) apela ao investimento em tecnologia, capacitação, experiência e colaboração para preparar o mundo para futuras pandemias. "As doenças infecciosas com tendência epidêmica perpassam as fronteiras tão rapidamente quanto as pessoas e as mercadorias comerciais viajam pelo mundo", disse o autor principal, Marc Struelens, da Université libre de Bruxelles, na Bélgica. "Um surto local hoje pode tornar-se amanhã a próxima crise pandêmica mundial."

Climatólogos e virologistas juntos

Uma preocupação de Sabiha Essack, cientista da Unidade de Pesquisa Antimicrobiana da Universidade de KwaZulua-Natal, na África do Sul, é com o aumento do nível do mar e o degelo da Antártida e do Ártico. Há relatos recentes de genes de resistência antimicrobiana liberados do permafrost na Sibéria e no Alasca — essas proteínas codificam enzimas que conferem uma superproteção contra os medicamentos.

"A mudança climática também está causando o movimento das correntes oceânicas e, com elas, moverão os genes de resistência antimicrobiana", alerta Essack. Os lastros de navios também têm sido associados ao transporte de RAM pelos mares. As bactérias Vibrio são particularmente preocupantes: são patógenos marinhos que prosperam em águas ligeiramente salgadas em climas quentes.

Um aumento na temperatura da superfície do mar devido às mudanças climáticas pode alterar a abundância, a distribuição e padrões de infecção das Vibrio. A cólera, por exemplo, é transmitida por um micróbio do grupo e, segundo a OMS, os casos da doença estão aumentando.

Soluções

"Para lidar com essas ameaças, precisaremos de liderança e compromisso políticos inequívocos; fortes quadros políticos e de governança globais e locais; soluções inovadoras e baseadas em evidências e pesquisa de implementação para adaptar intervenções bem-sucedidas aos contextos dos países", acredita pesquisadora sul-africana. "As iniciativas que visam fazer progressos nas alterações climáticas ou na RAM devem unir forças e destacar-se mutuamente para tornar claros os seus benefícios mútuos."

A poluição atmosférica, um dos fatores associados às mudanças climáticas, também tem implicação no aumento da resistência antimicrobiana, segundo um estudo publicado na revista *The Lancet*, que encontrou relação estatística entre a exposição a material particulado — partículas em suspensão com diâmetro menor que 2,5 micrômetros, e um maior registro de RAM em 117 países, incluindo o Brasil.

"Estudos epidemiológicos anteriores também mostraram que os genes de resistência aos antibióticos e as bactérias resistentes aos antibióticos estão associados ao aumento dos níveis de partículas transportadas pelo ar", relata Julie Morrissey, professora de Genética Microbiana da Universidade de Leicester, na Inglaterra.

Segundo Morrissey, há um conjunto crescente de evidências de laboratório que mostra que as partículas poluentes do ar interagem diretamente com as bactérias, alterando sua expressão genética. Isso pode potencializar a RAM e aumentar a virulência bacteriana. (**PO**)

Ian Joughin, University of Washington/Divulgação

Aumento de degelo na Antártida pode liberar patógenos resistentes

DIABETES 2

Aditivos podem aumentar risco da doença metabólica

Aditivos usados comumente em alimentos ultraprocessados, os emulsificantes podem aumentar o risco de diabetes 2, segundo um estudo com 104.139 adultos, publicado na revista *Lancet Diabetes & Endocrinology*. Essas substâncias são frequentemente adicionadas a guloseimas industrializadas, como barras de chocolate, sorvete, refeições prontas e margarina, entre outros, para dar aparência, sabor e textura e prolongar a vida útil dos produtos.

A segurança dos emulsionantes foi previamente avaliada pelas agências de segurança alimentar e saúde. No entanto, alguns estudos recentes sugerem que esses aditivos podem perturbar a microbiota intestinal e aumentar o risco de inflamação e perturbação metabólica, levando potencialmente à resistência à insulina e ao desenvolvimento de diabetes.

O estudo de instituições francesas, incluindo a Universidade de Sorbonne, acompanhou os dados de saúde dos participantes ao longo de 14 anos. Os voluntários fizeram registros alimentares de pelo menos dois dias seguidos, repetidos semestralmente no período da pesquisa. As informações eram comparadas com bancos de dados para identificar a presença e a quantidade dos aditivos nos produtos consumidos.

Após um acompanhamento médio de sete anos, os investigadores observaram que a exposição crônica a alguns emulsionantes estava associada a um risco aumentado de diabetes tipo 2. A associação variou de 3% (caso da substância carragenina) a 15% (fosfato tripotássico).

Freepik

Emulsificantes são comuns em produtos ultraprocessados

Como é um estudo observacional, não há como estabelecer relação de causa e efeito, por isso mais pesquisas são necessárias, alertam os pesquisadores. Porém, em nota, eles ressaltam que as descobertas "enriquecem o debate sobre a reavaliação da regulamentação em torno do uso de aditivos na indústria alimentar, a fim de melhor proteger os consumidores".

Causa e efeito

A endocrinologista Deborah Beranger, do Rio de Janeiro, destaca que o consumo de alimentos ultraprocessados foi associado ao risco aumentado de diabetes em outros estudos. "Esses itens, muitas vezes, são ricos em açúcar, sódio e gorduras, além de baixos níveis de fibras, proteínas, vitaminas e minerais. São industrializados e, geralmente, trazem uma grande lista de ingredientes na parte posterior da embalagem, muitas vezes com elementos e siglas de difícil compreensão pelo público geral, incluindo emulsificantes", diz."Além da adoção de uma dieta baseada em requisitos nutricionais bem conhecidos, as recomendações dietéticas para evitar diabetes 2 também devem sugerir limitar o consumo de alimentos ultraprocessados o máximo possível", afirma. (**PO**)

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

INVESTIGAÇÃO

Tráfico usa influenciadoras para conquistar clientela

Somente neste ano, foram apreendidas mais de 600kg de drogas. Ontem, foram presas sete pessoas de uma quadrilha que movimentava por mês R$ 2 milhões, entre elas, três mulheres que divulgavam refis de canabidiol para vapes nas redes

» LETÍCIA MOUHAMAD
» DARCIANNE DIOGO

De janeiro a 9 de abril, as forças de segurança do Distrito Federal apreenderam mais de 600kg de maconha e cocaína, segundo levantamento da Polícia Civil (PCDF). Ontem, policiais civis do DF, de São Paulo e do Rio de Janeiro prenderam sete pessoas de uma quadrilha por tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e crime contra a saúde pública. Entre elas, três influenciadoras digitais na capital do país. A investigação ocorreu durante a Operação Refil Verde, associada à Operação Nárke — que visa combater o tráfico de drogas e crimes relacionados — do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A organização criminosa adquiria, de fornecedores dos Estados Unidos, óleo de canabis para cigarros eletrônicos, conhecidos como vapes. Pela fronteira com o Paraguai, o insumo chegava à Foz do Iguaçu (PR) em potes de cera de depilação. Enviado a São Paulo, o óleo era misturado a solventes e aromatizantes e, depois, envasado em refis de cigarro eletrônico, comprados da China, e frascos de canabidiol para ser distribuído em vários estados.

"Nos chamou atenção que esta foi a primeira vez em que apreendemos, em grande quantidade, este óleo destinado a uso em vape, considerando que a Anvisa reforçou a proibição de cigarros eletrônicos no Brasil", destacou o delegado Rogério Henrique de Oliveira, coordenador da Coordenação de Repressão às Drogas (Cord). "É importante ressaltar que a pessoa que adquire esse produto, além de consumir THC (psicoativo encontrado na planta), também consome cera e produtos químicos nocivos. Então, trata-se de uma questão de saúde pública muito séria", completou.

No Rio, profissionais em tecnologia mantinham sites da organização, além de criarem empresas fantasmas e documentos falsos, utilizando deepfake (técnica que permite alterar um vídeo ou foto com ajuda de inteligência artificial) para abrir contas bancárias em nome de terceiros e possibilitar a movimentação do dinheiro. Na ocasião da investigação, um desenvolvedor de software foi preso, visto que em sua casa também foram encontrados refis do óleo.

A venda ocorria por meio de sites e redes sociais, onde o grupo alegava que as drogas possuíam funções terapêuticas. No DF, três influenciadoras digitais eram responsáveis por fazer a propaganda dos entorpecentes em seus perfis nas redes sociais. "Elas falavam dos benefícios da droga e da confiabilidade do site, empregando certa credibilidade. Diziam abertamente que se tratava de canabis", disse o delegado.

Encomendas

A investigação começou há cerca de um ano, com uma simples apreensão, feita pelos Correios, de uma encomenda do óleo, com dois refis. A PCDF conseguiu traçar o caminho do criminoso e passou a acompanhar a organização, que movimentava cerca de R$ 2 milhões por mês. Na última terça-feira, foram retidas 160 encomendas do produto em uma agência dos Correios em São Paulo. Três pessoas foram presas na região.

"Até as mulas que postavam os produtos nos Correios conduziam veículos de luxo. Chama a atenção a participação ativa de mulheres, não somente atuando como colaboradoras de seus companheiros, mas exercendo também liderança nas ações criminosas", enfatizou o coordenador da Cord. "Além disso, o grupo, para promover a venda das drogas, tentava atingir um público maior, alegando funções terapêuticas para os produtos. Uma falsa propaganda", completou.

Um casal, líder da organização criminosa, também de São Paulo, foi identificado, mas segue foragido. "O advogado entrou em contato com a polícia para negociar a apresentação deles. Ainda não sabemos há quanto tempo agiam, mas há indícios de que eles enviavam produtos para influenciadores de outros estados". Os próximos passos da investigação incluem tirar os dois sites de vendas do ar e, em São Paulo, periciar o material contido nos refis.

As influenciadoras envolvidas no caso são Rhaynara Didoff, que se apresentava nas redes como atriz, cantora e humorista, contabilizando quase 40 mil seguidores; Elisa de Araújo Marden, que se apresentava como empresária, com cerca de seis mil seguidores; e Letícia Susane Correia Castro, com 34 mil seguidores. A Cord vai levantar, nos próximos dias de investigação, se elas eram remuneradas por percentual de venda ou se havia um pagamento mensal. Elas foram presas e vão responder por tráfico de drogas, segundo o delegado.

Defesa

A defesa de Rhaynara Didoff e Elisa de Araújo Marden, representada pelos advogados Luís Gustavo Delgado Barros, Caio Vitor Gomes Nogueira e Fabrício Martins Chaves Lucas, solicitou acesso ao inquérito policial, perante o juiz da 5ª Vara de Entorpecentes, responsável pelo caso.

"Diante do que se tem até o momento, acreditamos que a prisão é desnecessária. Vamos analisar os autos e definir como será a tese da defesa. Certamente, faremos o pedido de liberdade, especialmente para Elisa, que tem filho menor de idade e depende dos cuidados dela. Ainda não sabemos até que ponto elas estão envolvidas nesta dinâmica do grupo criminoso. Ao que tudo indica, eram apenas pessoas que divulgavam os produtos, sem relação com o crime", destaca nota dos advogados.

A defesa de Letícia Susane, representada pelos advogados Gabriel Dutra Pietricovsky e Wagner de Melo, afirmou que vai rebater todas as acusações na audiência de custódia, que será realizada hoje. "A defesa vai falar do perfil dos acusados, se são pessoas com carteira assinada, se têm filhos, se estudam, se trazem risco para a sociedade. Estamos disponíveis para esclarecer todos os fatos e provar a inocência da acusada", diz, em nota.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Rogério Henrique de Oliveira, delegado coordenador da Cord, em coletiva de imprensa na manhã de ontem: esquema bem estruturado

PCDF

Parte de material apreendido em operação de desmonte de tráfico internacional

Drogas apreendidas

Entorpecentes apreendidos pelas forças de segurança do DF

Ano	Quantidade
Maconha	
2020	8.242,999
2021	10.193,901
2022	6.686,013
2023	10.327,198
2024	507,931
Cocaína	
2020	232,401
2021	304,480
2022	429,016
2023	519,667
2024	95,496
Crack	
2020	137,058
2021	121,710
2022	144,475
2023	1,150
2024	0,005
Haxixe e skunk	
2020	84,722
2021	108,889
2022	36,295
2023	0,016

* janeiro a 9 de abril de 2024

Memória

Na rota do crime

Maio de 2023*: uma megaoperação cumpriu 80 mandados de busca e apreensão e 14 de prisão temporária no Distrito Federal e em estados, como Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Ceará e Minas Gerais. Denominada Operação IL Padrino, a ação também resultou no bloqueio de dezenas de contas bancárias, com sequestro judicial de valores, cinco imóveis e 20 veículos de luxo. A organização criminosa estava envolvida no transporte de cocaína da fronteira do Brasil com demais países da América Latina até o DF. Segundo as investigações, o grupo atuava na compra, venda, transporte, armazenagem e distribuição de cocaína e drogas sintéticas entre Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e o DF.*

Abril de 2023*: policiais prenderam 11 pessoas e cumpriram 20 mandados de busca e apreensão domiciliar contra um grupo acusado de tráfico interestadual de drogas. Em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) apreendeu 1,7 tonelada de maconha em junho de 2022 e mais 150kg em fevereiro de 2023. Com as apreensões, a Cord descobriu que o grupo criminoso investigado era o financiador do transporte das cargas de maconha apreendidas pela PRF e responsável pela distribuição no DF.*

Dezembro de 2023*: a Cord desarticulou uma organização criminosa interestadual (Orcrim) especializada no tráfico de medicamentos de uso veterinário, conhecido como Ketamina, em grande escala. O medicamento controlado tem na composição a cetamina, substância que, quando desidratada, é vendida como droga e ganha a denominação de Ketamina, ou "Key". Trata-se de uma droga consumida em festivais e raves. À época, os policiais cumpriram 23 mandados de busca e apreensão em residências e comércios ligados à Orcrim, sendo 14 em São Paulo, cinco no Rio de Janeiro e quatro em Brasília, além de seis mandados de prisão, quatro em São Paulo e quatro no Rio de Janeiro. Houve, ainda, outros cinco mandados de busca e apreensão de veículos (quatro em São Paulo e um no DF) e bloqueios de diversas contas bancárias.*

Março de 2024*: um homem de 22 anos foi preso no Recanto das Emas após ser flagrado com uma grande quantidade de skunk durante uma operação conjunta entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Cord. Os entorpecentes foram descobertos após os agentes ordenarem a parada ao condutor de um veículo que apresentava sinais de adulteração na placa. Segundo a PCDF, o motorista desobedeceu a ordem e desencadeou uma perseguição por mais de 20 quilômetros. O homem foi detido somente quando perdeu o controle do veículo e colidiu contra um poste. Durante a ação, os policiais encontraram aproximadamente 100kg de skunk, com valor estimado em R$ 3 milhões.*

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Poder de investigação do MP em debate no STF

Mais uma vez o tema será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O plenário iniciou ontem o julgamento de três ações que questionam normas que concedem ao Ministério Público poderes para realizar investigações criminais. Único a votar, o relator, ministro Edson Fachin, afirmou que as regras são constitucionais. O magistrado ressaltou a obrigatoriedade de que os procedimentos sejam supervisionados pelo Judiciário. O julgamento deve ser retomado hoje. Foi iniciado em plenário virtual com os votos de Fachin, que considerou constitucional o poder de investigação do Ministério Público. Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski — já aposentado — entenderam que as investigações precisam ser submetidas ao controle efetivo da autoridade judicial competente.

PT divulga nota de apoio a Gabriel Magno

A Comissão Executiva Regional do PT-DF divulgou nota em apoio ao deputado distrital Gabriel Magno (PT), pelas críticas que sofreu depois de publicar um meme com uma comparação entre a relação do governador Ibaneis Rocha e da vice-governadora Celina Leão com o fim do casamento do cantor Belo com a personal trainer Gracyanne Barbosa. "Gabriel Magno é um aguerrido parlamentar que não tem medo de denunciar todas as mazelas e sofrimentos que a população do DF passa com a gestão incompetente de Ibaneis/Celina. O PT-DF, o deputado Gabriel, nossas lideranças e a militância não ficarão calados diante de intimidações desse grupo que prefere fazer coro com fascistas ao invés de cuidar do povo e celebrar a nossa cidade", afirma a nota.

Ascom/CLDF

A velha polêmica

Uma polêmica que houve no Distrito Federal ocorreu em São Paulo nos últimos dias sobre a possibilidade de a Polícia Militar lavrar Termos Circunstanciados (TC), sem passar pela Polícia Civil. O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, havia anunciado um plano do governador Tarcísio de Freitas de dar mais poder aos policiais militares, inclusive, de fazer diligências de polícia judiciária. A repercussão foi grande e Derrite recuou.

Deputado pede fiscalização de UPAs

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) pediu à Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa a criação de uma força-tarefa para fiscalizar o funcionamento das UPAs no Distrito Federal. Na madrugada de terça-feira, uma usuária depredou a unidade do Recanto das Emas, após longa espera por atendimento. Roriz Neto destacou que nada justifica a atitude de vandalismo, mas afirmou que em mais de 300 comentários em um perfil de internet, a maioria dos pacientes reclamou da demora constante e da falta de médicos. Os usuários também denunciaram que profissionais de saúde batem o ponto e deixam a unidade pouco tempo depois. "Essa é uma acusação grave. Segundo a administração da UPA, no momento da confusão havia sete médicos no local. Precisamos compreender o que aconteceu, pois quem tem dor não pode esperar por seis, sete ou dez horas em uma fila", afirma.

Mariana Lins

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Prudente é o novo presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara

O deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF) foi eleito presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. "Neste ano de 2024, a Câmara dos Deputados tem diante de si a tarefa inegável de liderar o caminho em direção a políticas públicas ambientais mais robustas e eficazes", disse o deputado após a eleição com o voto de oito dos 17 integrantes da comissão.

Apoio de advogados

Paulo César Cascão e Felipe Aires Coelho recepcionaram ontem o criminalista Cleber Lopes em um evento social no Noroeste, com 50 advogados. Entre uma conversa e outra, o tema OAB-DF era o central, e os convidados presentes demonstraram a preocupação das prerrogativas da classe e convergiram com as ideias do advogado Cleber Lopes.

Paulo Alexandre/Divulgação

Mariana Campos/CB/D.A Press

Festa dos Três Poderes

O presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, foi homenageado na Câmara Legislativa com representação dos Três Poderes. Nascido em Belo Horizonte, Guilherme recebeu o título de cidadão honorário de Brasília em solenidade de iniciativa do deputado Pastor Daniel de Castro (PP) e do presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB). Participaram da solenidade a ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); a vice-governadora Celina Leão (PP); o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Roberval Belinati; a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania); e o empresário Paulo Octávio, além de jornalistas, familiares e amigos de Guilherme Machado.

Arquivo Pessoal

Prêmio Engenho Mulher será no MAB

O Museu de Arte de Brasília (MAB) será o palco da cerimônia de entrega do Prêmio Engenho Mulher 2024, em 20 de maio. Organizado pela jornalista Kátia Cubel, da Engenho Comunicação, o Prêmio Engenho Mulher foi criado para valorizar a equidade de gênero, o empoderamento feminino e a contribuição da mulher à sociedade, por meio do reconhecimento de mulheres que, profissionalmente, transformam o mundo ao seu redor. Na primeira edição, em 2023, duas mulheres foram premiadas: a oncologista Ísis Magalhães, diretora do Hospital da Criança José Alencar, e a deputada Doutora Jane (MDB), que atuou como delegada da Polícia Civil no combate à violência de gênero. "Desde 2004, realizamos o Prêmio Engenho de Comunicação — O Dia em que o Jornalista Vira Notícia, para fortalecer a liberdade de expressão, a transparência, a ética, a cidadania e a democracia. Em 2020, devido a tantos ataques que nós, mulheres, vínhamos sofrendo, decidi criar o Prêmio Engenho Mulher, para valorizar as transformações que tantas mulheres incríveis processam ao seu redor. Tivemos a primeira edição somente no ano passado. E, agora, já estamos trabalhando na segunda edição. Agora, haverá até três vencedoras, a serem escolhidas por um júri notável de mulheres jornalistas", afirmou.

Acompanhe a cobertura da política local com **@anacampos_cb**

SAÚDE / GDF fará um chamamento público para contratar uma empresa ou entidade que assuma a gestão do Instituto de Cardiologia. O anúncio foi feito por Ibaneis Rocha, que pediu a retirada do projeto que passava a administração ao Iges

"Vamos arrumar uma nova solução"

» LETÍCIA GUEDES

O governador Ibaneis Rocha pediu a retirada do Projeto de Lei nº 1.065/2024, que previa a transferência da gestão do Instituto de Cardiologia e Transplantes (ICTDF) para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (Iges-DF). O anúncio foi feito por Ibaneis durante a solenidade de assinatura da nomeação de 220 servidores para a carreira de políticas públicas e gestão governamental (**leia na página 19**).

O governador disse que a decisão foi tomada após o presidente da Câmara Legislativa (CLDF), Wellington Luiz (MDB), informar que a proposta não havia agradado aos deputados. "Nós pedimos a retirada do projeto para que não tenhamos problemas. Vamos arrumar uma nova solução para que a gente veja o Instituto de Cardiologia funcionando e atendendo a população mais carente dessa cidade", declarou.

Ibaneis ressaltou que a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio, está ciente da decisão. "Ela (a secretária) vai fazer um chamamento público para que a gente possa contratar uma empresa, uma fundação ou alguém que possa assumir esse trabalho, que é tão importante para a população da cidade", finalizou.

O projeto enviado à CLDF, em 16 de abril, foi recebido com resistência. O Ministério Público de Contas (MPCDF) apresentou uma manifestação ao Tribunal de Contas (TCDF) contrária à proposta.

» CB.PODER | JORGE VIANNA | DEPUTADO DISTRITAL (PSD)

Instituto de Cardiologia em debate

» PABLO GIOVANNI

O deputado distrital Jorge Vianna (PSD) foi o entrevistado do *CB.Poder* — parceria do **Correio** com a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mila Ferreira ele falou sobre temas como alternativas para atrair médicos para o serviço público, o enfrentamento à dengue e a progressão da carreira da enfermagem. O parlamentar comentou sobre a comissão geral que será realizada, hoje, na Câmara Legislativa (CLDF) para tratar da situação do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal (ICTDF).

Para Jorge Vianna, o Governo do Distrito Federal agiu rápido quando identificou o problema da dengue, mas deveria ter tomado providências antes. "Nós tínhamos, aproximadamente, 500 agentes de vigilância ambiental contratados temporariamente no ano passado. Em outubro, eles foram dispensados, porque acabou o contrato. Nós alertamos que esses contratados deveriam ficar ou, pelo menos, que fosse costurado um novo contrato. Tinha um concurso de andamento, mas as pessoas só foram chamadas em janeiro desse ano", relembrou. "O DF é um quadrado tão pequeno e temos o maior número de casos e mortes. Tomara que isso sirva de lição para que não aconteça mais", avaliou.

O parlamentar ponderou que a rede pública de saúde precisa atrair os médicos, que estão em falta, para melhorar o atendimento. "Pediatras, anestesistas são exemplos. Inclusive, há pediatra no DF que não atende nem mais plano de saúde, cobrando um preço maior por fora. Para trazer eles para cá, poderiam ser feitos contratos de pessoa jurídica, com melhores salários no serviço público. É um problema (atrair médicos) nacional, não é só no DF", completou.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press

Em relação ao projeto do GDF, prevendo que a gestão do ICTDF passe ao Instituto de Gestão Estratégico de Saúde (Iges-DF), Jorge Vianna reafirmou posição contrária à proposta. Hoje, a situação do ICTDF será debatida na Câmara Legislativa. "É um problema que precisa ser resolvido com a Fundação Universitária de Cardiologia do Rio Grande do Sul, responsável pelo local. Ocorreu toda essa intervenção e conheceremos melhor sobre o caso amanhã (hoje), quando teremos uma comissão geral, e quero ouvir todos os envolvidos, seja o Iges, ITCDF, Ministério Público de Contas, entre outros.

Jorge Vianna também se posicionou sobre os técnicos de enfermagem, que pedem redução do período de progressão da carreira. Ele lembrou que em quase todas as carreiras do GDF há níveis superior e médio. Nas carreiras de nível superior da Secretaria de Saúde (SES-DF), o trabalhador demora 18 anos para chegar no final da carreira e continua trabalhando. "Mas, para nível médio, é diferente, chegando a 25 anos. O que estamos querendo é que o governo reduza o nível médio de 25 para 18 anos o nível médio. Nós já temos uma diferença salarial, mas não podemos ter diferença de tratamento. É uma das pautas que estou levando para a CLDF", concluiu.

Aponte a câmera para o QR Code e veja a entrevista

CERIMÔNIA / O presidente do **Correio**, Guilherme Machado, foi homenageado com a outorga de título, ontem, no plenário da CLDF. Aprovada por unanimidade entre os distritais, a honraria foi entregue pela vice-governadora, Celina Leão

Mariana Campos/CB/D.A Press

Sessão Solene de Outorga de Título de Cidadão Honorário de Brasília

Mariana Campos/CB/D.A Press

Leo Moisés, Ana Dubeux, Roberval Belinati e Guilherme Machado

Mariana Campos/CB/D.A Press

O presidente do Correio, com a esposa, Glaucia, e o distrital Daniel de Castro

Novo cidadão honorário da capital

» ARTHUR DE SOUZA

Mariana Campos/CB/D.A Press

Guilherme Machado recebe o título na presença de Paulo Octavio, Glaucia Machado, Daniel de Castro, Celina Leão, Roberval Belinati, Daniela Teixeira e Paula Belmonte

O presidente do **Correio Braziliense** e da comissão executiva dos Diários Associados, Guilherme Machado, recebeu o título de cidadão honorário de Brasília durante uma sessão solene, realizada na noite de ontem, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Familiares, amigos e autoridades marcaram presença no evento, que teve a iniciativa do deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP).

Compondo a mesa, estavam, além do homenageado e do parlamentar, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Daniela Teixeira, a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça do DF (TJDFT), Roberval Belinati, o empresário Paulo Octávio e a esposa do presidente do **Correio**, Glaucia Machado.

Abrindo a sessão solene, o distrital Daniel de Castro destacou que a história do homenageado "se entrelaça com a de grandes veículos de comunicação, onde semeou inovações e deixou um legado." "Ele rapidamente se destacou pela sua inteligência. Foi uma ascensão meteórica, impulsionada pela sua dedicação, talento e visão estratégica", afirmou o parlamentar. "Também é um cidadão exemplar, além de homem de família dedicado e amoroso", acrescentou.

Em seguida, a ministra do STJ Daniela Teixeira destacou a importância de entregar o título ao presidente de um veículo de imprensa. "Quando essa Casa se dobra à imprensa, temos certeza que estamos num país democrático", observou. Sobre Guilherme Machado, a magistrada afirmou que faltava esse título a ele. "Sabemos que do lado esquerdo do peito dele não tem um coração, mas um 'quadradinho', pois o Guilherme é um amante de Brasília", apontou a ministra.

A deputada Paula Belmonte ressaltou que a votação para aprovar a homenagem foi unânime e reforçou a fala da ministra. "Estamos entregando esse título a uma pessoa que nasceu em BH, mas tem o 'quadradinho' em seu coração", disse a distrital. Logo na sequência, Belinati afirmou que a entrega do título de cidadão honorário "representa o reconhecimento de Brasília aos relevantes serviços prestados" pelo presidente do **Correio** na área de comunicação. "Você tem dedicado sua vida aos Diários Associados, mostrando comprometimento, sempre atuando com competência", destacou.

Perfil

Guilherme Machado nasceu em Belo Horizonte (MG) e tem 38 anos de história nos Diários Associados. Começou em 1985 no jornal *Estado de Minas*, sempre em cargos estratégicos. No **Correio**, a história do atual presidente teve início em 2003, quando assumiu a função de diretor de tecnologia do jornal. Quatro anos mais tarde, tornou-se condômino dos *Diários Associados*. Já em 2010, transferido para Pernambuco, assumiu a direção-geral dos Associados Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 2017, de volta a Brasília, foi eleito vice-presidente executivo do **Correio Braziliense**, cargo que exerceu até assumir a presidência, em maio de 2023.

Orgulho

A vice-governadora do DF lembrou que Guilherme Machado foi uma peça importante na hora de fazer a modernização dos veículos de comunicação. "Precisávamos de pessoas como você, para entender o momento que estávamos vivendo", observou. Celina ressaltou que, à frente do **Correio**, o homenageado capitaneou vários debates importantes para o DF, como o da manutenção do Fundo Constitucional. "Ter você como cidadão honorário nos enche de orgulho. O que acho mais encantador na sua personalidade é sua forma generosa e humana de ser", elogiou.

Paulo Octávio brincou ao dizer que só tinha um "problema" com a concessão do título. "Você vai ser cobrado muito, a partir de agora, para trabalhar ainda mais por Brasília", alertou. "Continue essa pessoa amável e que você possa viver muito para ajudar a consolidar Brasília ainda mais", acrescentou o empresário.

Com emocionadas palavras, a esposa do presidente do **Correio**, Glaucia Machado, destacou os 38 anos de companheirismo. "Só posso assinar embaixo tudo o que foi falado. Ele é meu orgulho e o meu amor. É muito bom estar aqui", declarou-se. Ela estava acompanhada de uma das filhas do casal, Rita.

Guilherme Machado recebeu o título das mãos de Celina Leão e destacou que as mulheres sempre foram parte de sua vida. "É uma das razões para o sucesso que tive durante a minha trajetória", cravou. Ele se emocionou ao destacar sua esposa. "Para nos acompanhar, ela abriu mão da sua vida", recordou.

O presidente do **Correio** disse ainda que se sentiu muito honrado com a homenagem. "Não é o primeiro título de cidadão honorário que recebo, mas é o que mais me emocionou, muito porque amo esse 'quadradinho' aqui", brincou. "Considero-me um cidadão de muita sorte, por receber esse título na semana em que Brasília completou 64 anos", finalizou.

FUNCIONALISMO

Ibaneis nomeia servidores para gestão pública

» LETÍCIA GUEDES

O governador Ibaneis Rocha (MDB) assinou, ontem, a nomeação de 220 servidores da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG). Após 20 anos sem reforços na área, 150 analistas e 70 gestores foram convocados para atuar nas administrações regionais, em secretarias e na Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Considerados essenciais para o funcionamento da máquina pública, esses servidores dão suporte a várias carreiras. Auxiliam o dia a dia da administração pública, como compra de materiais, planejamento, recursos humanos, assuntos jurídicos e contabilidade. "Estamos olhando para a população, principalmente a mais carente, que está lá na ponta precisando de atendimento", afirmou Ibaneis, durante a solenidade no Palácio do Buriti.

Para a vice-governadora, Celina Leão, é a nomeação de "uma carreira tão simbólica", que faz parte de toda a estrutura do GDF. "Para onde você olha, tem um servidor PPGG. Eles são adotados pelo órgão, ou lugar onde estão atuando, como da família e ninguém quer devolver, porque eles fazem um serviço de excelência", declarou.

Reajuste de salário

O secretário de Estado de Economia (SEEC), Ney Ferraz, informou que os 220 servidores serão distribuídos para mais de 25 órgãos públicos e confirmou o reajuste no salário da categoria. "Vocês, 220 novos servidores, que entram hoje, já na folha de ponto julho, que será recebida em agosto, receberão um novo aumento, de 6%", informou.

O deputado federal Reginaldo Veras foi professor de muitos alunos que fizeram o concurso e, presente na solenidade, pediu ao governador que, ainda neste ano, os demais aprovados sejam nomeados. "É uma forma de fortalecer ainda mais a carreira e de melhorar o atendimento da população na ponta, aqueles que mais precisam e procuram os serviços públicos", comemorou o parlamentar.

"O nosso orçamento já prevê esse investimento e o governador já determinou que a gente convoque mais servidores da carreira em outubro", assegurou Ney Ferraz. "O GDF já nomeou mais de 21,6 mil servidores desde 2019", acrescentou.

Tony Oliveira/ Agência Brasília

Governador Ibaneis Rocha destacou importância da carreira, que não era reforçada há quase 20 anos

Mudança de vida

João Victor Pires, 25 anos, ficou entre os primeiros colocados para o cargo de gestor de Tecnologia da Informação. Com lágrimas nos olhos, o recém-nomeado contou que vem de uma família de concursados e que essa é sua primeira nomeação efetiva. Ele confessou que a ficha só cairá, de fato, quando vir o nome estampado no *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)* — o que deve ocorrer na próxima semana, segundo o governo.

"A gente sabe que há muitas pessoas desempregadas e que agora serão nomeadas. Isso muda totalmente a vida da família. E nós vamos comemorar, mas ainda não estamos satisfeitos, pois queremos que ocorra novos chamamentos nos próximos anos", declarou João Victor.

O agora servidor explicou que a prova do concurso foi realizada em janeiro de 2022 e, na luta para receberem a nomeação, idealizou uma comissão dos aprovados. Integrante dessa comissão, Paulo Alves, 41, participou da solenidade ontem, embora não tenha sido nomeado ainda, mas considera a conquista dos colegas "um momento histórico".

"Ainda não chamaram todos, mas o GDF realmente precisa da categoria porque ela atua em todas as áreas. A gente lutou muito, desde o ano passado, e agora a gente celebra, mas amanhã a gente volta pedindo mais vagas", adiantou Paulo.

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

"Só é lutador quem sabe lutar consigo mesmo"
Carlos Drummond de Andrade

CACB/Divulgação

"Conflito faz parte da democracia", diz Lira em evento das associações comerciais

"Apesar de ter votado em outro candidato nas eleições, nunca faltei com minhas funções como presidente da Câmara", disse o deputado Arthur Lira (PP-AL) se referindo ao fato de não ter votado no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022. Para o presidente da Câmara, eventuais conflitos entre o Congresso e o governo federal fazem parte de uma democracia. "Nós ficamos falando o tempo todo sobre a briga, R$ 5 bilhões para cá, R$ 3 bilhões para lá. É o Congresso que indica ou é o governo federal que indica? Essa briga não vai acabar nunca. São posicionamentos de placas tectônicas a respeito da destinação de políticas públicas", disse Lira. "Toda democracia vive, isso e é bom que ela exista", completou. As declarações foram dadas, ontem, durante evento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), na sede da entidade, em Brasília.

Pauta-bomba

Lira disse também que não houve "pauta-bomba" ao longo de seu mandato. "Muitas vezes, a Câmara é taxada de alguns adjetivos, e na minha presidência, quando, na verdade, nós não fizemos uma pauta-bomba ao longo de 3 anos e 4 meses de mandato, nenhuma matéria que causasse deficit, que causasse prejuízo, que viesse contra as contas públicas. Nenhum tipo de instabilidade a Câmara fez e não o fará". E emendou apontando as diferenças de perfil de atuação do Legislativo e do Executivo.

"A sociedade elegeu um presidente progressista. E elegeu, em sua maioria, um Congresso conservador."

Reforma Tributária

A regulamentação da Reforma Tributária foi o tema do ciclo de debates promovido pela CACB, que reuniu presidentes das associações comerciais de todo o país. A Confederação, por meio da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, atua para garantir que a Reforma não aumente a carga total de impostos que as empresas precisam pagar. "É impraticável que, para o governo não perder arrecadação, o empreendedor e o consumidor sejam responsabilizados", frisou o presidente da CACB, Alfredo Cotait. Lira falou que chegaram a um texto possível feito com imparcialidade, afinco por parte dos parlamentares e com segurança jurídica.

CNC apoia projeto para setor aéreo na Amazônia Legal

CNC/Divulgação

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, se reuniu ontem, em Brasília, com o senador Alan Rick (União-AC) e os presidentes das federações do comércio de bens, serviços e turismo dos nove estados que compõem a Amazônia Legal. A pauta do encontro foi o enfrentamento dos principais problemas do setor aéreo na região, que corresponde a 59% do território brasileiro, e as principais demandas da aviação regional e nacional, com o objetivo de fomentar a integração e operacionalização de voos regionais no país. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) firmou apoio ao senador, que propõe, por meio do Projeto de Lei 4388/2023, utilizar recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para subsidiar a aquisição de querosene de aviação comercializado em aeroportos localizados na Região Norte.

Fenep em conferência na Angola

Divulgação

A vice-presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep), Amábile Pacios, assinou o termo de adesão à Confederação de Associações de Ensino Privado da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (Caep-CPLP). Na quarta-feira (24), foi realizada a 1ª Conferência Internacional da Caep-CPLP, em Luanda (Angola) com a participação de enviados de entidades representativas de outros oito países, além do Brasil. "É um passo muito importante para a Fenep. Estamos unindo forças para o intercâmbio de alunos, formação de professores, para as questões de defesa do setor, além de poder ajudar os países que são membros que tenham alguma dificuldade e precisarem de apoio", comentou Amábile Pacios.

Homenagem ao presidente do Correio

Mineiro de Belo Horizonte, o presidente do **Correio Braziliense** e da comissão executiva dos *Diários Associados*, Guilherme Machado, se tornou cidadão honorário de Brasília. A solenidade foi realizada, ontem, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Representando a Fecomércio DF, o presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, participou do evento, com a empresária e jornalista Kátia Cubel. A fundadora do Iesb, Eda Machado, foi uma das presenças marcantes, além de citada no discurso de Machado como grande parceira do **Correio**. O gerente de jornalismo da TV Brasília, Patrício Macedo, ex-aluno do Iesb, cumprimentou carinhosamente a professora. A deputada Paula Belmonte também esteve presente à homenagem ao presidente do **Correio**.

Fotos: Samanta Sallum/CB/D.A Press

OBITUÁRIO / Ex-funcionário do **Correio**, José João Rodrigues faleceu, ontem. Amigos lembram de seu carinho e competência, que o faziam respeitado no jornal

Zé João era admirado por sua humildade e dedicação

» MARIANA SARAIVA
» ISABELA STANGA

Ed Alves/CB

O mineiro Zé João na redação do Correio Braziliense**: seu lar**

Faleceu ontem, aos 89 anos, a pessoa que ajudou a colocar as primeiras pedras na construção da atual sede do **Correio Braziliense**. José João Rodrigues, ou simplesmente Zé João — como era carinhosamente chamado pelos amigos — morreu vítima de insuficiência respiratória. Ele — que posteriormente trabalhou no jornal como técnico em manutenção — deixou a esposa Maria do Socorro Rodrigues, 60. Emocionada, ela recordou que o marido tinha personalidade simples e carinhosa. "João era a pessoa mais humilde da face da Terra. Todo mundo gostava dele", disse.

Os que o conheceram recordam haver escutado dele, nascido na mineira Conceição do Mato Dentro, que teria chegado a Brasília, após sacolejar quatro dias na boleia de um caminhão. Veio, no final da década de 1950, atraído pelo sonho da nova capital federal e se somou a tantos outros pioneiros que a ergueram.

Em 1976, Ari Cunha, fundador do jornal, se referia em sua coluna falava desse homem modesto e carismático de Minas Gerais: "Desde o primeiro tijolo, estava José João, até hoje nosso companheiro. Era ele quem acompanhava tudo da obra".

Competência

Silvia Valladares, 81, viúva do jornalista Jairo Villadares — que foi diretor da TV Brasília — destacou o apreço do marido por Zé João. "Eu lembro dele como uma pessoa de quem Jairo gostava muito. Foi o braço direito da construção da TV Brasília. Um homem eficiente, responsável e dedicado em tudo que fazia", disse, com a voz embargada.

Zé João, que era discreto, mas brilhava com a qualidade de seu trabalho, era respeitado por todos. "Era ele que tomava conta de tudo. Se algo desse errado, chamávamos o Zé João para ajudar", lembrou Possidônio Meirelles, superintendente de Manutenção e Logística do jornal.

Proveniente da Terra das Alterosas, decidiu que Brasília se tornaria sua casa definitiva e o **Correio** seu lar. Por muitos anos, morou com sua família em um apartamento dentro do complexo que compõe as instalações dos *Diários Associados* no Distrito Federal. "Ele tomava conta do jornal nas madrugadas. Ficava de olho para evitar algum problema técnico. Qualquer coisa, ele estava pertinho para consertar", declarou Meirelles.

OBITUÁRIO

Uma mulher que sabia costurar as boas roupas e as amizades

» FERNANDA CAVALCANTE

Soube, como poucos, costurar as amizades e também as bonitas roupas que produziu por algumas décadas. Com essas lembranças, entre outras, familiares e amigos se despedem, hoje, de Maria Madalena Lessa Rabello. Seu enterro está previsto para as 15h no Cemitério Campo da Esperança. Ela, que desde a infância padecia da doença de Chagas, faleceu aos 85 anos, na última segunda-feira, vítima de uma parada cardíaca.

Seu filho mais velho, Virgílio Lessa Rabelo, 62, contou que a enfermidade — que provoca anomalias e distúrbios no coração — foi contraída por ela na fazenda em que morava, na zona rural de João Pinheiro, Minas Gerais.

Maria Madalena chegou a Brasília em 1978, vinda do estado natal, depois de se separar do marido. Na capital federal, escolheu o Guará, onde morou com suas cinco crianças . Eles deram a ela sete netos e três bisnetos. O primogênito, Virgílio Rabelo, disse que sua mãe "será sempre lembrada pela sua força. Criou os filhos praticamente sozinha, e lutou até o fim para nos dar uma vida decente".

Católica praticante e "costureira de mão cheia", atividade que ajudou a manter a família, como disse o filho, a mineira gostava de reunir amigas para rezar e comentar das novelas. "Era fã de uma boa novela e apaixonada por costura", revelou. Com os tecidos lidou profissionalmente até os 83 anos. Dessa idade até novembro passado, converteu o ofício em passatempo.

A distração foi interrompida no ano passado por um AVC. Além de perder a independência que tinha, acabou ficando praticamente prostrada a uma cama, o que a debilitou muito, segundo o familiar.

*** Estagiária sob supervisão de Manuel Martínez**

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 24 de abril de 2024

» Campo da Esperança

Adão Basílio Viana, 84 anos
Antônio Norival Marques Cardoso, 77 anos
Cândida Rosa Barrera, 94 anos
Cleudomar de Jesus Silva, 68 anos
Cristiane da Silva Aros, 44 anos
Elisângela Aparecida Carreiro, 47 anos
Erha Fátima,menos de 1 ano
José Matias Nunes, 73 anos
Luiza Alves de Sá, 82 anos
Maria Laurentino Pereira, 88 anos
Maria Maurícia de Sousa, 88 anos
Rafhael Ruy Cleto Moreira, 12 anos
Tito Resende Pedrosa, 10 anos

» Taguatinga

Aldelin Lima da Cuz, 71 anos
Ana Maria Gontijo Guimarães de Alcântara, 72 anos
Elsita de Souza Vasconcelos, 71 anos
Everton Ferreira dos Reis, 25 anos
Floriscena Rodrigues da Silva, 78 anos
Helda Rebeca Lopes Pereira, menos de 1 ano
Humberto Sílvio Barreto Dourado, 70 anos
Irleide Gomes dos Santos, 69 anos
João Gonzaga dos Santos, 53 anos
João Lucas dos Santos Silva, 22 anos
Maria da Conceição, 81 anos
Sebastião das Graças da Silva, 72 anos
Wagner Francisco da Silva, 43 anos
Wilson Soares da Silva, 56 anos

» Gama

Anna Ferreira da Costa, 62 anos
Aurora Gomes Macedo dos Santos, menos de 1 ano
Hilda Avelino Rodrigues de Sousa, 77 anos
Jasmine Alves da Silva, menos de 1 ano
Teresa de Moraes, 67 anos

» Planaltina

João Batista de Arruda, 75 anos
Suely Oliveira das Neves, 45 anos

» Brazlândia

Dermeval Batista de Araújo, 88 anos
João Gregório da Silva, 53 anos

» Sobradinho

Acilino Pereira Neto, 73 anos
Eva Antônia Vieira, 73 anos
Sônia Gomes da Silva, 62 anos

» Jardim Metropolitano

Enercilio Honorato de Almeida Filho, 64 anos
José Ramon Rodriguez Cordova, 52 anos
Sérgio Vieira dos Anjos, 46 anos
Diego de Lima Medeiros, 44 anos
Carina Andrea de Sá Costa, 49 anos (cremação)
João Carlos Borges, 66 anos (cremação)
Elton Mário Silveira de Lima, 41 anos (cremação)

TRÂNSITO / Desde as 23h59 de ontem o Eixo Monumental e o acesso aos ministérios e palácios estão bloqueados como medida de segurança para a marcha dos povos indígenas

Esplanada interditada nesta quinta

Bloqueio

A vias S1 e N1, na altura do Museu da República, e a L4 Sul, na altura do balão do presidente, estão fechadas

» MILA FERREIRA
» ISABELA STANGA

A Esplanada dos Ministérios está interditada desde as 23h59 de ontem e permanecerá fechada até a noite de hoje. Estão bloqueadas as vias S1 e N1, na altura do Museu da República, e a L4 Sul, na altura do balão do presidente. O bloqueio ocorre como medida de segurança para preservar o ato público de manifestação de povos indígenas no local. A orientação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é que os motoristas procurem rotas alternativas.

Como rota alternativa, os veículos podem circular pelas avenidas L4 Sul e Norte, e nas vias S2 e N2. Segundo o Governo do Distrito Federal (GDF), os bolsões de estacionamentos dos setores de Autarquia Norte e Sul estarão disponíveis para os servidores que trabalham na região.

Desde segunda, acontece em Brasília o 20º Acampamento Terra Livre e está prevista para 15h de hoje uma marcha com a temática "Nosso marco é ancestral, sempre estivemos aqui". O movimento reúne indígenas de mais de 200 povos do Brasil, além de integrantes de organizações sul e centro-americanas e da Indonésia. A previsão é que os participantes do ato público se encontrem às 15h no Eixo Ibero-Americano, de onde seguirão pelo Eixo Monumental até a Esplanada. Três faixas à esquerda serão ocupadas pelos manifestantes e pelos policiais, que farão a segurança do ato.

Além das vias, os estacionamentos dos prédios ministeriais também estão fechados. "Orientamos a população a estar atenta e evitar a região neste período. No mais, estamos trabalhando para que o trânsito seja impactado o mínimo possível", afirma o comandante de Policiamento de Trânsito, da Polícia Militar do DF (PMDF), coronel Edvã Sousa.

A retomada do trânsito na região ocorrerá depois da dispersão do público e mediante avaliação do cenário pelas autoridades de trânsito.

NEGLIGÊNCIA

Redes sociais

O casal peregrinou por vários hospitais atrás de atendimento

Médica é afastada após morte de grávida

» DARCIANNE DIOGO
» PABLO GIOVANNI

A médica Raquel Carneiro Carvalho foi afastada ontem da função de chefe da obstetrícia do Hospital Regional de Taguatinga (HRT), após a morte de Tairine Alves, 30 anos, na unidade hospitalar, ocorrida no domingo. Grávida de dois meses, a mulher passou por três hospitais antes de chegar ao HRT. Ela foi socorrida pela equipe médica depois de desmaiar no pronto-socorro do HRT. Horas depois, na madrugada, ela morreu após sofrer uma parada cardiorrespiratória.

Ao **Correio**, a secretária de Saúde, Lucilene Florêncio, disse que "a doutora precisa estar fora da função de chefia para prestar todos os esclarecimentos." Servidora pública, a médica segue trabalhando no hospital. Na terça-feira, em nota, a secretaria de Saúde (SES-DF) informou que havia dois médicos no HRC (Hospital Regional de Ceilândia) e quatro médicos no HRT (Hospital Regional de Taguatinga), onde Tairine buscou atendimento.

O caso

Tairine sofria de faucemia e, no passado, teve tuberculose. Apesar da gravidez de risco, os médicos que faziam o acompanhamento da gestação afirmavam estar tudo nos conformes. No sábado, a mulher começou a tossir excessivamente e a passar mal. Segundo o marido dela, Max Oarley, 30, eles foram ao Hospital Regional de Taguatinga (HRT) mas, como moram em Ceilândia, foram informados que só poderiam receber atendimento no hospital da própria região.

O casal foi encaminhado de ambulância para o Hospital Regional de Samambaia (HRS) mas, novamente, o atendimento foi negado. "Eles disseram que estavam fazendo muitos partos, que não tinha como atender", disse o marido. Na tentativa de socorro, foram ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC), também sem sucesso.

Por último, após um dia inteiro, Max e a mulher voltaram ao HRT. Lá, Tairine passou mal, desmaiou e foi encaminhada às pressas ao pronto-socorro. "Ela vomitava muito sangue. Gritei por socorro ao pessoal da sala vermelha, que ajudou. Horas depois, soube da morte. Ela morreu esperando atendimento e não tentando salvar a vida. Essa foi a negligência", desabafou.

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Reinações de Reynaldo

Ontem, de repente, senti muita saudade de Reynaldo Jardim. Mas, além da saudade, pensei como o seu legado precisa ser conhecido pelas novas gerações de jornalistas. Li em um livro que Paulo Francis foi o maior jornalista cultural do país. Permitam-me discrepar, como diria Antonio Houaiss. Francis era um articulista muito bom, embora eu discordasse dele em quase tudo.

Mas não resiste a uma comparação com Reynaldo, que era jornalista, poeta, artista gráfico, escultor e desenhista. Reynaldo Jardim espalhou pequenas revoluções por onde passou ao longo de uma carreira de mais de 60 anos como jornalista e poeta. Os alvos eram jornais, revistas, suplementos, emissoras de rádio e de televisão.

Parecia aqueles cientistas excêntricos das histórias em quadrinho, dominados por um instinto indomável e furioso de criação, a desferir relâmpagos. A sua loucura era da espécie criadora e lúcida sem a qual as pessoas, as instituições e as nações adoecem de inércia ou inanição. E quem estava por perto também era atingido pelas chispas de invenção.

Inventou ou reformou os principais jornais e emissoras de rádio do país. Criou o *Suplemento Dominical* do *Jornal do Brasil* e o jornal *O Sol*; foi editor dos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*; comandou a revista *Senhor*, onde de Guimarães Rosa e Clarice Lispector publicaram os primeiros textos, entre outros; dirigiu a icônica *Rádio Mundial*. É uma figura inspiradora para as novas gerações.

Diferentemente de Nelson Rodrigues, que recomendava: "Envelheçam, envelheçam", Reynaldo era um adolescente nato e sempre adorava estar cercado de jovens para trocar energias e estabelecer parcerias. Os mais moços também reverenciavam Reynaldo e o coroavam com o apelido dinástico de "Rey."

Tive o privilégio de trabalhar dois anos com Reynaldo no **Correio** e testemunhei algumas cenas impagáveis. Reynaldo era editor do caderno de Cultura e eu, repórter. Ele criou um belo suplemento chamado *Encarte*, mas alguém questionou que o tablóide poderia ser confundido com uma peça publicitária e, portanto, não seria mais publicado.

Reynaldo soltou fogo pelas ventas, trovejou, relampeou, mas logo deu a volta por cima e sentenciou: "Ah, não pode *Encarte*, então vai ser *Desencarte*". Depois de uma duas horas de trabalho furioso, estava pronto o projeto do Desencarte que, aprovado, já começou a circular no dia seguinte.

Não separava poesia e jornalismo (escreveu em *O Sol*, o título: "FMI é o fim") nem poesia e vida. Ao saber que seria submetido a um procedimento médico perigoso, reuniu a família e comunicou: "Vou fazer um procedimento, vai dar tudo certo, mas, se não der, chamem a bateria da Aruc". E, assim se fez, ele morreu em 2 de fevereiro de 2011. No sarau de sétimo dia, a bateria da Aruc abalou o Museu da República com *Batucada de bamba*: "Quero morrer numa batucada de bamba/Na cadência bonita do samba..."

Certa vez, convidei Reynaldo para falar com os alunos do UniCeub, onde eu lecionava. Combinei várias coisas com ele, mas, ao chegar na sala de aula, ele fez uma performance totalmente imprevista. Reynaldo me presenteou com o belíssimo volume de *Sangradas escrituras*, com toda a sua obra poética. No outro dia, liguei para ele e comuniquei constrangido que haviam me roubado o livro: "Que maravilha!!!, exultou Reynaldo. "Que pessoa de bom gosto. Amanhã, eu te dou outro exemplar de *Sangradas escrituras*".

Moradores exóticos do Zoológico

Naum Giló

Darwina chegou ao zoológico em setembro de 2022

Naum Giló

Renan Cassimiro e Wilma, serpente dócil utilizada em projetos de educação ambiental

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Gregory Peck é uma corn snake, espécie estadunidense

Minervino Júnior/CB/D.A Press

As cobras mais dóceis, costumam ser usadas em ações educativas

Parte das espécies de répteis do Zoológico de Brasília são originárias de fora do Brasil, com características que chamam atenção dos visitantes

» NAUM GILÓ

Uma das atrações mais procuradas pelos visitantes do Zoológico de Brasília, sem dúvida, são os répteis e os anfíbios, especialmente os chamados exóticos. De tão cobiçados, eles acabam vítimas de tráfico de animais e de maus-tratos. E, sem condições de retornar à natureza, precisam de cuidados, e por vezes, terminam como moradores do local.

Renan Cassimiro, diretor do Setor de Conservação e Manejo de Répteis, Anfíbios e Artrópodes do Zoológico, lembra que os animais que chegam à instituição nunca são retirados da natureza e que, geralmente, são oriundos de apreensões feitas por órgãos de fiscalização ambiental em todo o Brasil.

"Quando os animais têm condições de voltar para a natureza, é feito o trabalho de reabilitação e, então, são reintroduzidos em áreas de conservação", explica. "Um dos grandes problemas no tráfico de animais é que eles acabam não sendo bem tratados e não têm alimentação e recinto adequados, e muitos acabam mutilados, impossibilitados de voltar para o habitat natural deles", acrescenta o biólogo.

Gerson, o lagarto pogona, também conhecido como dragão-barbudo, devido à "barba" de espinhos, é um bom exemplo dos danos que o tráfico de animais pode causar. A espécie é originária de regiões áridas e semiáridas da Austrália e tem espinhos de queratina característicos na cabeça e ao longo do corpo. A cauda de Gerson, que chegou ao zoológico em novembro de 2018, foi decepada para que coubesse na caixa do traficante. "Ele também chegou com problema de fungos, que já foi tratado", conta o diretor.

O pogona é onívoro, ou seja, alimenta-se de vegetais e de outros outros animais. No zoológico, Gerson é alimentado com folhas, legumes, insetos e neonatos (filhotes de ratos). O lagarto é um dos bichos usados nos projetos de educação ambiental da instituição — em que visitantes têm a chance de chegar perto de alguns dos animais. "Diferente das serpentes, é possível fazer carinho no Gerson", conta Renan. As visitas guiadas dos projetos de educação ambiental precisam ser agendados, previamente, no site do Zoológico de Brasília.

Serpentes

No mesmo recinto, vivem Cabral (albina), Celeste e Elizeth, três pítons indianas (*Pythons molurus*). Todos chegaram ao zoológico em outubro de 2015, depois de uma apreensão feita por uma operação contra tráfico de animais. Renan garante que são bichos bem tranquilos, sendo mais ativos no período de alimentação, que ocorre a cada 15 dias. O cardápio consiste basicamente em ratos. "São arborícolas e gostam de nadar e de ficar expostas ao sol, para regular a temperatura", explica Cassimiro, que lembra que elas não têm peçonha.

As serpentes são animais ectotérmicos, o que pode ser chamado também de "sangue-frio", ou seja, não têm um mecanismo interno que regule a temperatura do seu corpo, por isso a temperatura dos recintos são constantemente monitoradas.

As pítons são as cobras mais compridas do planeta, podendo chegar aos seis metros de comprimento, com peso entre 30 e 90 kg. A indiana pode ser encontrada sobretudo na Índia, mas também ocorre no Srilanka, em Bangladesh e no Nepal. "As daqui têm de 2 a 3 metros, ainda não são adultas", diz Renan.

As pítons são cobras muito visadas pelo tráfico, tanto pela extração da pela quanto para o mercado de pets. "A exposição midiática do animal é muito alta, o que acaba incentivando as pessoas a quererem ter esse animal em cativeiro. Só que as pessoas não sabem cuidar adequadamente deles", lamenta o diretor.

Wilma é uma boa imperator, espécie da mesma família da jiboia brasileira, mas originária da América Central. Foi apreendida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e chegou ao zoo em novembro do ano passado. Ela era criada como pet irregularmente por uma pessoa de Brasília, por isso desenvolveu um temperamento mais dócil, o que possibilita que também faça parte de programas de educação ambiental. "É uma forma de fazer com que as pessoas se aproximem do animal sem precisar tê-lo em cativeiro", assinala Renan Cassimiro.

Assim como as pítons, elas também são alimentadas a cada 15 dias com ratos. "Na natureza chegam a ficar até meses sem alimentação. São ectotérmicos, por isso o gasto de energia é menor", explica.

As corn snakes (*Pantherophis guttatus*) são originárias do sul dos Estados Unidos. Gregory Peck e Yago Pikachu também foram vítimas do tráfico de animais silvestres. Elas são menores e a alimentação é igual à das outras serpentes. "Os ratos vêm de um biotério e são eutanasiados de forma que não sofram", explica Renan. Os roedores devem ser dados às serpentes logo após a morte dos ratos. "As serpentes têm receptores de calor e olfato bem aguçados, como forma de compensar a visão precária. Se demorar para dar o rato morto, elas acabam recusando o alimento", detalha.

Axolote

A chegada de Darwina (albina) e Sasuke (azul) repercutiu nos noticiários, em setembro de 2022. Eles são axolotes (*Ambystoma mexicanum*), anfíbio criticamente ameaçado de extinção. Na natureza, eles só podem ser encontrados apenas na região dos lagos Xochimilco e Chalco, na Cidade do México.

"O principal problema é que são muito sensíveis à poluição e à mudança de temperaturas e dos parâmetros químicos e físicos da água. São de águas frias, abaixo de 20 graus", detalha. Por isso, o recinto onde ficam tem temperatura controlada e é proibido o contato direto com os animais, que ficam em aquários separados. Estima-se que haja apenas cerca de 100 indivíduos da espécie ainda na natureza.

A alimentação é diária e consiste em insetos e ração específica para axolotes. Darwina e Sasuke não se intimidam com a presença de pessoas, que precisam agendar previamente a visita guiada à sala. Renan Cassimiro lembra uma característica marcante do anfíbio. "Têm um alto poder de regeneração, podendo recuperar membros inteiros e até partes do cérebro."

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Reforços no Grêmio

O pós-vitória do Grêmio sobre o Estudiantes, na Libertadores, foi com apresentação de novos jogadores para a sequência da temporada. Jogador do Internacional por cinco temporadas, o meio-campista Edenílson, de 33 anos, fugiu das declarações polêmicas a respeito arquirrival. "Sou profissional. A gente tem que saber lidar com essa situação", ponderou. O técnico Renato Portaluppi também terá mais uma opção debaixo das traves. Emprestado pelo Cruzeiro, Rafael disputará posição com Marchesín e Caique.

LIBERTADORES Palmeiras sofre na altitude de Quito, mas, na base da resiliência, protagoniza reviravolta espetacular contra o Independiente del Valle. No mesmo cenário adverso em La Paz, Flamengo é inofensivo e sucumbe à pressão do Bolívar

Virada de alto nível

DANILO QUEIROZ
VICTOR PARRINI

Libertadores é sinônimo de virada emocionante para o Palmeiras. E nem mesmo a altitude é capaz de interferir na força alviverde para se recuperar diante de situações adversas. Ontem, nos 2.850m acima do nível do mar do Estádio Banco Guayaquil, o Palestra chegou a estar perdendo para o Independiente del Valle por 2 x 0. No entanto, dando nova mostra do poder de reação, virou, no fim do jogo, para 3 x 2. O Flamengo não teve a mesma competência. Ineficiente ofensivamente, o rubro-negro foi acuado pelo Bolívar ao longo dos 90 minutos de jogo e caiu na altitude de 3.600m do Estádio Hernando Siles, por 2 x 1.

Curiosamente, apesar dos resultados distintos, Palmeiras e Flamengo sofreram bastante com os efeitos distintos da "kryptonita" do futebol brasileiro em torneios continentais. Ao contrário do habitual alviverdes e rubro-negros praticamente não ficaram com a bola no pé nos 90 minutos de bola rolando na altitude. Os cariocas viram os bolivianos terminarem a partida com 63% de posse. Os equatorianos ostentaram a pelota em 69% do tempo. A diferença no resultado final das partidas em La Paz e Quito pode ser explicada pela postura ofensiva das equipes brasileiras. Enquanto os flamenguistas pouco avançaram, os palmeirenses dosaram melhor a intensidade no gramado.

Desde os primeiros minutos de bola rolando, o Flamengo foi extremamente acuado pelo Bolívar. O time carioca teve, inclusive, dificuldades de ultrapassar a linha de meio-campo do Estádio Hernando Siles. Na pressão da altitude, a bola aérea feriu os cariocas logo nos primeiros minutos de jogo. Aos dois, o brasileiro Francisco da Costa ganhou da marcação rubro-negra e cabeceou para o fundo da rede. O Fla até reagiu rápido e igualou, aos seis, em boa jogada individual de Viña. Apesar do empate relâmpago, o time pouco fez ofensivamente. A equipe celeste exigiu algumas defesas de Rossi. No mesmo cenário, a etapa final reservou o gol da vitória, novamente marcado por um compatriota. Bruno Sávio aproveitou contra-ataque gerado por um erro de tempo de bola de Wesley e, de frente para a meta, finalizou com força para fazer 2 x 1.

O Palmeiras não teve uma atuação tecnicamente brilhante. O alviverde recebeu a tradicional pressão de início de jogo aplicada pelos mandantes em jogos na altitude. Com 12 minutos, Páz colocou o Independiente del Valle na frente. Aos 38, a situação alviverde ficou ainda mais complexa quando Hoyos ampliou. Mesmo em grande desvantagem, o alviverde colocou em prática o poder de reação demonstrado em outros momentos importantes sob o comando do técnico Abel Ferreira. No acréscimos da etapa inicial, Endrick descontou.

No segundo tempo, os equatorianos abaixaram o ritmo e pagaram o preço no fim do jogo. O Palmeiras havia construído chances de gol, mas conseguiram encontrar as redes apenas nos minutos finais. Recém-acionado do banco de reservas, Lázaro invadiu a grande área, aos 38, e garantiu o empate. Um ponto até era um bom negócio, mas a capacidade de não desistir rendeu um resultado ainda mais favorável aos brasileiros. Aos 49, Luis Guilherme recebeu na intermediária e acertou um chutaço para garantir a excelente, mas não surpreendente, virada alviverde.

Cesar Greco/Palmeiras

O brasiliense Endrick marcou o gol que iniciou a reação palmeirense na altitude de 2.850m de Quito. Time não perde na Libertadores há 14 jogos

3ª rodada

Terça-feira
Estudiantes 0 x 1 Grêmio
Atlético-MG 3 x 2 Peñarol

Ontem
Botafogo 3 x 1 Universitario
Bolívar 2 x 1 Flamengo
Ind. del Valle 2 x 3 Palmeiras

Hoje
19h Cerro Porteño x Fluminense
21h Barcelona x São Paulo

Bota emplaca terceira vitória

Os últimos sete dias do Botafogo podem indicar que os resquícios da turbulência da temporada passada foram chutados para longe. Ontem, o alvinegro manteve o nível das últimas atuações, superou os peruanos do Universitario por 3 x 1 no Estádio Nilton Santos e "presenteou" o técnico Artur Jorge com uma marca capaz de fazer a torcida acreditar em dias melhores.

Os gols marcados por Eduardo, duas vezes, e pela joia Luiz Henrique brindaram o português com a terceira conquista consecutiva. Façanha que os dois antecessores, Bruno Lage e Tiago Nunes não alcançaram com pouco mais de tempo. Ambos comandaram a equipe de General Severiano em 15 partidas, com quatro vitórias e duas delas em sequência, aproveitamento de 42%.

Em cinco jogos, Artur Jorge está acima da nota de corte, com 60%, contando também os êxitos sobre Atlético-GO e Juventude pelo Brasileirão. Os cariocas seguem firmes na busca pela classificação às oitavas de final. Embora ainda estejam na lanterna do Grupo E, somam três pontos e estão a dois de distância do líder Junior Barranquilla e a um da LDU e do Universitario, segundo e terceiro colocados, respectivamente.

O ponto ruim da noite ficou por conta de Tiquinho. O atacante deixou o gramado após sentir incômodo antes dos 10 minutos de jogo. O próximo desafio alvinegro será no domingo, às 11h, contra o Flamengo, no Maracanã.

Flu liga modo viajante e São Paulo estreia Zubeldía

Os compromissos da terceira rodada da Libertadores da América terão contextos diferentes, mas importantes para São Paulo e Fluminense. Às 19h, os cariocas iniciam uma série de compromissos longe do Rio de Janeiro, contra o Cerro Porteño, em Luque, no Paraguai. Às 21h, os paulistas dão o primeiro passo da era sob o comando do técnico argentino Luis Zubeldía, diante do Barcelona, em Guayaquil, no Equador. Para os dois tricolores, a vitória vale conforto na zona de classificação dos Grupos A e B.

Em meio a um problema interno provocado pelos afastamentos de John Kennedy, Alexsander, Kauã Elias e Arthur, por indisciplina, o Flu terá pouco tempo para resolver o problema no Rio de Janeiro. A viagem para Luque inicia uma sequência de seis jogos longe da Cidade Maravilhosa. No meio tempo, o clube encara peregrinações para jogar contra Corinthians, Sampaio Corrêa, Atlético-MG, Colo-Colo e São Paulo. Ao todo, serão cerca de 20 dias com o modo itinerante ligado.

Diante do Cerro Porteño, o tricolor terá como novidade o retorno de Renato Augusto, fora desde o início de abril. Se ganhar, o Flu não só segura a liderança do grupo A, como abre quatro pontos de vantagem para a equipe paraguaia, terceira colocada da chave.

No São Paulo, o clima é de início de ciclo. A partida contra o Barcelona marcará a estreia do técnico Luis Zubeldía. Contratado nos últimos dias, o treinador chegou ao Brasil no domingo. Entre compromissos para resolver a situação trabalhista e ser regularizado, o argentino comandou alguns trabalhos em campo para conhecer os novos comandados.

Motivado pelo pouco tempo para promover mudanças bruscas, o tricampeão da Libertadores deve seguir a linha do utilizado nas últimas partidas. O trio de ataque formado por Luciano, André Silva e Calleri, por exemplo, deve ser mantido. Se ganhar, o São Paulo ganha fôlego na zona de classificação ao mata-mata.

Rubens Chiri/São Paulo

Regularizado, argentino ficará no banco na partida contra o Barcelona

Giro esportivo

Eitan Abramovich/AFP

Danúbio x Athletico

Palco do bicampeonato do Athletico na Sula o Estádio Centenário, em Montevidéu, rendeu mais alegrias ao Furacão, com a vitória por 1 x 0 sobre o Danúbio, pela 3ª rodada, com gol de Madson (foto).

Nelson Almeida/AFP

Bragantino x S. Luqueño

O Bragantino superou os paraguaios do Sportivo Luqueño por 2 x 1, ontem, em casa, e subiu para a vice-liderança do Grupo H, com seis pontos, três atrás do Racing. Thiago Borbas e Gustavinho marcaram.

Leonardo Moreira/Fortaleza

Fortaleza x Boca Juniors

Um dos jogos mais aguardados da fase de grupos da Sul-Americana ganhou apelo extra. Hoje, às 21h, Fortaleza e Boca Juniors se enfrentam no Castelão em duelo direto pela liderança do Grupo D.

Ricardo Duarte/Internacional

Delfín x Internacional

Fora da zona de classificação do Grupo C e sem marcar gols em duas partidas, o Internacional tem o jogo ideal para se recuperar. Às 23h, enfrenta o líder Delfin com chance de assumir a ponta se ganhar.

Franck Fife/AFP

Mercado europeu

A imprensa europeia coloca o jovem atacante Lamine Yamal, do Barcelona, como principal peça de reposição do PSG para a saída de Mbappé, em junho. Técnico do Barça, Xavi indica permanência.

Norberto Duarte/AFP

River Plate 100%

O River Plate segue invicto na Libertadores. Ontem, fora de casa, os argentinos desbancaram o Libertad, por 2 x 1. Os tetracampeões da América seguem na liderança do Grupo H, com nove pontos.

ESPORTES

BASQUETE Brasília e Cerrado acumulam quatro temporadas seguidas fora dos playoffs, todas com um deles em último lugar

Sequência de tocos no NBB

ARTHUR RIBEIRO*

O NBB 16 marcou a maior edição da liga, com 19 equipes em busca do posto de campeão. Enquanto 16 dos participantes começaram a disputa dos playoffs para decidir o grande vencedor, dos três times eliminados, dois carregam a bandeira do Distrito Federal. O desempenho de Cerrado e Brasília deixou o quadradinho fora dos holofotes do mata-mata pela quarta temporada seguida e o gosto amargo por ter batido no aro novamente.

Antes de a temporada começar, o time verde prometeu conquistar um lugar nos playoffs pela primeira vez desde a promoção ao NBB. O Cerrado chegou perto de alcançar o objetivo e esteve dentro da zona de classificação durante a maior parte da fase regular, porém uma sequência de 10 derrotas nas partidas finais minou as expectativas.

O time saiu de quadra derrotado 28 vezes, mas analisando cada revés individualmente, fica claro o principal problema: fechar os jogos. Das derrotas, 10 delas foram por uma diferença inferior a cinco pontos, incluindo contra as potências Franca e Flamengo, além de outras oito com uma margem de 10 ou menos pontos.

"Nosso maior problema foi a finalização das partidas. Perdemos muitos jogos por pouco. Talvez por ser uma equipe jovem. Com os jogadores amadurecendo mais, eles podem ter uma capacidade de decisão melhor no final do jogo. Fizemos excelentes jogos, fomos competitivos, mas faltou fechar a partida para ganhar", explica o técnico Régis Marrelli.

Matheus Maranhão/Brasília Basquete

Longe dos tempos de glória do DF no basquete, Brasília e Cerrado ficaram entre os três times eliminados após a temporada regular do NBB

> *"Nosso maior problema foi a finalização das partidas. Fizemos excelentes jogos, fomos competitivos, mas faltou fechar a partida para ganhar"*
>
> **Régis Marrelli**, técnico do Cerrado

> *"Os times do DF têm capacidade de chegar em um patamar maior. Com mais investimento, não classificar aos playoffs não existirá mais"*
>
> **Paulo Lourenço**, ala do Brasília

O elenco, inclusive, sofreu mudanças importantes com o bonde andando. Contratados para serem referências, os estadunidenses Grantham Gillard e William Green deixaram o time no começo de dezembro em razão de problemas com o pagamento. Para o lugar da dupla, o Cerrado adquiriu Davyion Dreper, também da terra do Tio Sam. Ele terminou como líder do plantel nas médias de pontos (15,3) e eficiência (14,8).

Outros compatriotas tiveram o mesmo papel de protagonismo no Brasília. Thomas Cooper e Christian Alaekwe foram os cestinhas com médias de 17,6 e 15,4 pontos, respectivamente, seguidos pelo candango Paulo Lourenço. O trio, no entanto, também se destacou quando o assunto é minutos em quadra. Dos oito jogadores de toda a liga com minutagem acima de 33 por jogo, três são da equipe azul da capital. O cenário escancara a falta de profundidade do elenco.

"Para mim o fator determinante foi a rotação do time. Era muito curta e no final do campeonato ainda tivemos algumas lesões de pessoas que eram essenciais, onde a gente não tinha reposição", conta Paulo.

Ainda assim, esse não é o único fator do fim trágico. Lanterna, o Brasília foi quem mais sofreu pontos e teve o segundo pior ataque, resultando na campanha de 5 vitórias e 31 derrotas. O aproveitamento de 13.9% é o pior da história da equipe. Considerando todas as edições do NBB, superou apenas Espírito Santo (12,5%), Suzano (11,8%), Liga Sorocabana (10,7%), Araraquara (7,1%) e Cetaf (3,5%).

O desempenho abaixo do esperado não é novidade. Desde 2020/21, primeira edição com os dois candangos no NBB, Brasília ou Cerrado encerraram todas as temporadas como último colocado e ausente nos playoffs. A última vez de um time da cidade nos playoffs aconteceu em 2018/19, quando o Brasília avançou em 10º e caiu diante do Corinthians.

"O que falta para mudar esse cenário é um investimento maior, assim você tem um elenco melhor e contratações mais coesas", compartilha o ala Paulo Lourenço em entrevista ao **Correio**.

** *Estagiário sob supervisão de Marcos Paulo Lima**

CPI DAS APOSTAS

Senado convoca árbitros para dar depoimento

AFP

No olho do furacão: Raphael Claus foi um dos árbitros do país na Copa

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas do Senado Federal convocou novos depoimentos em sessão secreta realizada ontem. Os requerimentos foram apresentados pelos senadores Jorge Kajuru (PSB-GO), presidente da comissão; Eduardo Girão (Novo-CE), vice-presidente; Romário (PL-RJ), relator; e Carlos Portinho (PL-RJ).

Entre os convocados estão Raphael Claus, árbitro da Fifa e presente na última Copa do Mundo, Daiane Muniz, assistente de vídeo (VAR) da Fifa, e Wilson Seneme, presidente da Comissão de Arbitragem da CBF.

Também foi convocado para a oitiva Glauber do Amaral Cunha, ex-árbitro de futebol citado por John Textor, dono da SAF do Botafogo, por suposto recebimento de propina. O empresário americano apresentou à CPI um áudio no qual supostamente o juiz confessa ter recebido dinheiro para manipular lances de um jogo. Não se sabe ao certo qual é a partida.

A justificativa para a convocação de Claus e Daiane é a quantidade de vezes que ambos foram escalados para atuar em conjunto como, respectivamente, árbitros de campo e de vídeo. De acordo com o requerimento do senador Jorge Kajuru, a dupla de arbitragem foi convocada em 11 partidas do Brasileirão de 2023, algo que, segundo ele, aconteceu com outros juízes no máximo três vezes. Os dois teriam cometido erros em lances polêmicos de partidas.

Claus foi escalado pela CBF para apitar o clássico entre Flamengo e Botafogo, no próximo domingo, pela quarta rodada do Brasileirão. Na terça-feira, o alvinegro carioca enviou um ofício à entidade solicitando que o árbitro não trabalhe no clássico e que seja afastado até o fim das investigações. Em depoimento à CPI, Textor citou supostos erros cometidos pelo juiz no jogo Botafogo 1 x 2 Flamengo na temporada de 2023.

Ainda na terça, a Associação Nacional de Árbitros de Futebol (Anaf) publicou uma nota pedindo que CBF paralise o Campeonato Brasileiro por causa das denúncias de Textor sobre o suposto mau uso do VAR em determinadas partidas do ano passado — a Abrafut (Associação de Árbitros de futebol do Brasil) se pronunciou ressaltando ser a real representante dos árbitros no país e convidou o Sindicato dos Atletas para uma manifestação conjunta. Ontem, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, negou os pedidos e disse que a Série A continua.

STF

Previsto na pauta para ontem, o julgamento da liminar concedida pelo STF que reconduziu Ednaldo Rodrigues à presidência da CBF em 4 de janeiro foi adiada. Ainda não há previsão de uma nova data para a discussão do caso no pleno. Se o STF considerar a intervenção do MInistério Público no caso improcedente, a CBF terá de convocar novas eleições. Se o parecer for favorável, o dirigente cumprirá o mandato até 2026.

PARIS-2024

O Brasil garantiu mais um atleta nos Jogos Olímpicos de Paris-2024. Vagner Souta conquistou, ontem, uma vaga na canoagem de velocidade brasileira. Ele ficou com o bronze do Caiaque 1000 metros no Pré-Olímpico das Américas. O evento da modalidade está sendo disputado em Sarasota, nos Estados Unidos.

TÊNIS

O atacante Vinícius Júnior, do Real Madrid, presenteou o tenista Rafael Nadal com uma camisa do clube espanhol. A dupla se encontrou em Madri, e o brasileiro fez questão de registrar o momento, ONTEM, nas redes sociais. "Lenda", escreveu o jogador do time semifinalista da Liga dos Campeões na legenda da postagem.

INGLÊS

O Liverpool, atual segundo colocado do campeonato inglês, sofreu um duro golpe ao perder ontem por 2 x 0 no clássico local contra o Everton, em Goodison Park. O resultado diminui as chances da trupe de Jürgen Klopp conquistar a Premier League. O Arsenal lidera com 77 pontos. O Liverpool soma 74 e o City, 73, com dois jogos a menos.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio se afasta da Terra. O que é mais belo? Uma verdade crua que desmonte teus convencimentos? Ou uma mentira que te conforte e outorgue sobrevida aos teus equívocos? Nenhum dos posicionamentos te garante alívio, são duas formas diferentes de estresse, e nem há a opção de neutralidade, a não ser que tua alma venha se preparando há muito tempo para a história atual. Ninguém aceita de bom grado reconhecer que seus convencimentos estejam equivocados, todos, sem exceção, nos sentimos eternamente do lado certo da história, os equivocados são sempre os outros. Mas, como a Vida tem planos maiores do que nossos particulares pontos de vista, de tempos em tempos, como agora, ou nos rendemos à beleza de perceber o equívoco de nossos convencimentos, ou pleiteamos uma sobrevida à nossa ignorância, que não deixa de ter sua beleza também.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Ainda que o futuro seja mais incerto do que você gostaria de aceitar, mesmo assim não há razão para se esbaldar em preocupações. Considere que há algo maior do que suas pretensões em andamento, e se refugie nisso.

TOURO
21/04 a 20/05

Dá para pensar num montão de possíveis adversidades que potencialmente jogariam seus planos por terra, mas também dá para pensar em que a força de suas aspirações prevalecerá e que tudo dará bastante certo.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

De certa forma, as pessoas que apresentavam discórdias e conflitos desnecessários parecem acalmar, ou pelo menos se desinteressar de seguir em frente com esse estado de coisas. Essa é uma ótima notícia para você.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Agora vai ficar um pouco mais claro o panorama, e isso dissipará muitas dúvidas, e como resultado a ação será muito mais eficiente também. Deixe de as preocupações e ansiedades falando sozinhas enquanto você se dedica a agir.

LEÃO
22/07 a 22/08

Ao passo que a mente se acalma e produz pensamentos alentadores, a realidade continua no mesmo ritmo louco que até há pouco lhe produzia ansiedade. Porém, com a mente mais calma, apesar de nada mudar, tudo muda.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Com boa disposição, o que antes pareciam ser riscos insuperáveis passarão a ser vistos como circunstâncias que fazem parte do cenário pelo qual sua alma precisa se movimentar. Nada tão importante quanto parecia antes.

LIBRA
23/09 a 22/10

Aquilo que não estiver ao seu alcance, alguma outra pessoas por aí executará com relativa facilidade. Confie na força da união, porque ainda que os relacionamentos compliquem, é na solidariedade que tudo se resolve.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

A boa vontade é insuficiente se não for acompanhada de uma ação eficiente. Às vezes é preciso dar muitas voltas até a alma se atrever a colocar em prática seus pressentimentos, e verificar se são reais.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Tudo muda, as pessoas mudam, mas há princípios que são imutáveis, porque sem esses todo o resto desmoronaria. Você reconhece quais são esses princípios em sua vida? É hora de pensar bem a esse respeito.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Há coisas que, apesar de incômodas, não precisam ser resolvidas para seguir em frente, apenas toleradas e, enquanto isso, sua alma se focar no que realmente interessa, sem distrações nem conflitos inúteis.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Você experimentará uma renovada leveza que contribuirá para que as decisões importantes que sua alma tomar aconteçam num ânimo muito melhor, mais positivo. Isso será de grande ajuda, aproveite enquanto dura.

PEIXES
20/02 a 20/03

Dá medo se lançar à aventura de viver, porque de imediato isso significa perder o controle sobre os aspectos básicos da rotina. Esse medo, porém, passará e sua alma continuará em frente com a aventura de viver.

CRUZADAS

O movimento rebelde de Lampião e sua música símbolo / Desconto / Carbono (símbolo) / Auxilia na Gestão de Benefícios dos Colaboradores / Importa / Chefe; patrão / Funcionária da empresa de aviação que cuida do conforto e segurança dos passageiros / Letra a que se apõe til no espanhol / Rio que atravessa a Europa / Problema climático da região Nordeste / Xerox (bras. pl.) / A veste do magistrado / Menino folclórico (bras.) / Erguidos; levantados / Erva usada contra verrugas e feridas / De (?): de memória / Sódio (símbolo) / Abrigar; proteger / Malba (?): escreveu "Céu de Allah" / Fase da desintoxicação do dependente químico / Sucesso de Djavan (Mús.) / "Nosso (?)", filme brasileiro de 2010 / Ouvido, em inglês / Etapa do processo (fig.) / A sétima nota musical / Grife / Amarras; entrelaços / Acidente comum no automobilismo / A letra da Xuxa (TV) / Embalagens com vinte cigarros / Urânio (símbolo) / E, em inglês / Molho à base de ketchup / Canoa estreita e leve / Interjeição de espanto / Acessório do jogador de beisebol / Condição financeira de Cruela Cruel (Cin.) / Bondosa; generosa / Boletim de Ocorrência (abrev.) / Desejado; almejado / Alimento rico em albumina / Metro (símbolo) / A primeira luz do dia / Desconsiderado

BANCO 3/and — ear. 4/iole. 5/alvor — saião — tahan.

13

DIRETAS DE ONTEM

	D			M				E	
B	I	O	Q	U	I	M	I	C	A
	A	T	U	L	H	A	D	O	S
	D		E	T		T	O	N	A
	E	R	M	I	D	A		O	R
	T	E		D	I		A	I M	
S	I	N	A	I S	V	I	T	A	I S
A	R	I	S	C	A		A	I	S
	A	O		I	S	O		N	O
	D		C	P		P	S	F	
	E	V	O	L	U	T	I	O	N
N A	N	I	N	I		A	R	R	E
	T		I	N	D		E	M	U
	E	S	C	A	L	O	N	A	R
	S	U	O	R		V	E	L	A

SUDOKU DE ONTEM

4	3	5	6	9	1	2	7	8
8	1	2	7	5	3	6	4	9
6	9	7	8	4	2	1	3	5
3	5	9	1	8	4	7	2	6
7	6	1	9	2	5	4	8	3
2	4	8	3	7	6	5	9	1
5	7	3	2	6	9	8	1	4
1	2	4	5	3	8	9	6	7
9	8	6	4	1	7	3	5	2

ARTES CÊNICAS

Gleyka Vieira

2+2=5, da Agremiação Teatral Amacaca, peça em cartaz no CCBB

Realidade distópica

» NAHIMA MACIEL

No palco, as pessoas que moram na Brasília Distrito Finalizador são empregadas da congregação milico-religiosa Metabras, uma mistura de governo com indústria controlada pelo Grande Pai de Todos, ou o GPT. O público acompanha a história de Wilson Ferreira, que tenta encontrar alguma individualidade nessa coletividade distópica e controlada. 2+2=5, nova peça da Agrupação Teatral Amacaca (ATA), em cartaz a partir de amanhã e até 12 de maio no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), é inspirada no romance 1984, de George Orwell, uma narrativa distópica na qual o protagonista Winston Smith tenta fugir das garras do Big Brother.

A peça foi exibida pela primeira vez em três sessões durante o Cena Contemporânea, em 2023, mas agora volta aos palcos para uma temporada mais longa e com alguns ajustes. "A gente fez umas pequenas mudancinhas, uma apertada nos parafusos para estar tudo pronto para a estreia da temporada", avisa o diretor, Felipe Vidal. "A gente fez umas pequenas mudanças da lógica do Orwell. A maior de todas é que, em vez de ter o Big Brother controlando tudo, quem controla tudo é o GPT, uma alusão ao chat GPT."

A Inteligência Artificial (IA) também foi utilizada na construção do texto da peça, especialmente nas falas do GPT. Para realizar a dramaturgia, o ATA consultou o chat GPT e assume a parceira como uma provocação à ideia de que as máquinas podem tomar o lugar dos seres humanos. "A gente tem o GPT como personagem e os textos dele foram criados a partir do GPT, algumas músicas também foram criadas a partir da máquina. É um tema do espetáculo", avisa o diretor.

A obra de Orwell foi publicada, originalmente, em 1949 e fala de um futuro vigiado e controlado por uma grande entidade que teria acesso a todos os pensamentos e movimentos dos habitantes de um país. O clássico descreve um mundo distópico no qual o passado é manipulado para manter o controle do presente. "É um mundo assustadoramente parecido com o que estamos vivendo agora. Em alguns aspectos, estamos caminhando para coisas mais impactantes do que ele tinha previsto", acredita o diretor. "A realidade está indo mais longe do que Orwell havia previsto, sobretudo nessa questão de manipulação do passado, com as pessoas perdendo a conexão com a realidade, a relativização da verdade, a vigilância, a ameaça das IA".

2 + 2 = 5"
Do grupo Agremiação Teatral Amacaca. De hoje até 12 de maio, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB - SCES Trecho 02 Lote 22). Sexta-feira e sábado, às 20h, e domingo, às 18h. Ingresso: R$ 30 e R$ 15 (meia) Não recomendado para menores de 12 anos

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

2013

o brasil pegando fogo
e eu aqui vendendo flores
e escrevendo poemas

deveria estar erguendo barricadas?
pegando em armas?

caneta e flor
não servem?

caneta e flor
são armas frágeis

Nicolas Behr

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		4		3		8	1	
5		9	1		6			
		1					3	
6						7		
2								
	9		7				6	5
			3	4				8
					5			
					8	4		3

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Fotos: Warner Bros. Pictures/Divulgação

Rivais traz Zendaya, Josh O'Connor e Mike Faist

Emoção à flor da pele

ALÉM DA SENSUALIDADE E DAS DISPUTAS ESPORTIVAS IMPRESSAS NO NOVO FILME DO MESMO DIRETOR DE *ME CHAME PELO SEU NOME*, ESTRELADO POR ZENDAYA; O CIRCUITO DA CIDADE RECEBE O EXUBERANTE E VIOLENTO CONTRA O MUNDO, AVENTURA SITUADA EM PLENA DISTOPIA

» RICARDO DAEHN

Desenvolta num vestido azul, a estrela Zendaya traz o brilho de um ícone fashionista para o papel da tenista prodígio Tashi Duncan, nas cenas mais empolgantes do novo longa assinado pelo cineasta Luca Guadagnino. Inicialmente, ela não decola nas sequências de tênis, dentro das quadras, ainda que tenha sido assessorada pelos profissionais dos esportes Eric Taino e Brad Gilbert. No filme, Tashi, a personagem, treina o marido, que sofre uma sequência de derrotas. As tensões afloram e assumem um rumo inesperado quando o marido enfrenta um antigo amigo nas quadras. O detalhe de o amigo do marido ter sido pretendente de Tashi torna a trama intrincada, provocando o choque dramático entre passado e presente. O preço da vitória será caro.

Com alta carga de erotismo, *Rivais* é estrelado pelos dois oponentes, ligados às quadras e à conquista da independente personagem: Patrick Zweig (Josh O´Connor, o Príncipe Charles de *The crown*) e Art Donaldson (Mike Faist, visto como Riff, em *Amor, sublime amor*). Um passado em comum, com aproximação estreita entre Art e Zweig, desde os 12 anos, torna tudo bem delicado.

O cineasta Luca Guadagnino, vale a lembrança, foi muito celebrado por filmes como *Até os ossos* e *Me chame pelo seu nome*.

Agitada e concentrada, a cada cena, além de elegante, em figurinos criados pelo estilista Jonathan Anderson, Zendaya destacou, em recente entrevista a *Vogue*, elementos que criam o clima do cinema de Guadagnino. "Vem dos olhares, junto com a tensão. Sinto que Luca cria esse ambiente visceral", comentou. Escalado pela também produtora (além de atriz) Zendaya, Guadagnino destacou, em e-mail (à época da pré-produção), sempre ter admirado, a atriz. Closes sensuais, suor e música diferenciada integram as cenas iniciais do longa disposto em campeonato nas quadras de New Rochelle (Nova York).

Cheia de respostas atravessadas, Tashi é projetada já como a determinada esposa de Donaldson. Noutro extremo, incapaz de pagar vaga em simplório hotelzinho, Zweig aparece como o devastado sonhador, que, na véspera de torneio, dorme no carro, a fim de economizar. Com a capacidade de promover a instabilidade ao redor dele, Donaldson é um jogador com quê decadente. Sentada, com o público da partida de tênis, Tashi gera aquele auê que Zedaya causa entre fãs. E, sim, o filme abriga generosos beijos. À revista *Variety*, ela falou sobre a responsabilidade e o peso das cenas de romance. "Não sei se (tanto me perguntam de beijos), por quererem que seja, algo viral. Mas percebi isso, especificamente comigo (...) Mas, sim, faz parte do meu trabalho e é uma parte completamente normal do set, mesmo com outra percepção de pessoas. Acho estranho", comentou.

Dividido em temporadas (de escalada profissional) de cada personagem, *Rivais* se debruça sobre tormentos emocionais por trás das competições. Há um momento em que o personagem Zeig sela o destino de Donaldson: "Ele está pronto para morrer". Muito se fala de amor e de tênis, no filme, e ainda assim, mesmo com muita digressão cronológica (muito precisa), o diretor Luca Guadagnino tempera todo o enredo com quentura e breves escapadelas na fidelidade de relações. Em determinado momento, mesmo Tashi se flagra de ser uma "destruidora de lares". Cheio de energia e dor, *Rivais* trata de fracassos e cumplicidade, encampando muitos momentos decisivos — muitos deles, absolutamente saborosos para os espectadores.

Muita disputa e sensualidade estão nos bastidores das quadras de tênis

---

Crítica // *Contra o mundo* ★★★★

Um mix **brutal** e **envolvente**

Há uma enxurrada de ingredientes do mundo pop que, num jogo de colagem empolgante, desestabiliza a plateia do violento filme de estreia do alemão Moritz Mohr, que ganha a chancela da produção do consagrado *Sam Raimi* (da boa safra de de filmes em torno do *Homem-Aranha*). Da moldura dos filmes de Quentin Taratino à afinidade do universo de *Blade Runer*, passando pela hiper-realidade controlada por cineastas como David Leitch e Guy Ritchie. Pronto, e ponto — este é o sumo cinéfilo de *Contra o mundo*, filme de base simples: a facínora Hilda Van Der Koy controlaria milhares de súditos, entre os quais o surdo-mudo *Boy* (quando adulto, interpretado por Bill Skarsgard), um personagem que é puro desejo de vingança, uma vez que teve a família liquidada na autocracia da dinastia Van Der Koy.

Estilizado e excessivo (com quê de Robert Rodriguez), o longa imprime modernosa atmosfera, no qual a alucinada jornada de Boy inclui desde o treinamento

Paris Filmes/Divulgação

Contra o mundo, com Bill Skarsgård

(ao lado do impiedoso Xamã, feito por Yayan Ruhian) se rende ao conceito de liminaridade (a meio-termo entre realidade e sonho). Guerreiro nutrido pela imagem aos moldes de 300, *Boy* se vê como "a arma". Sob velocidade atordoante, num versão de faca de dois gumes, a edição se prova inovadora (mas peca, muito, ao final do enredo).

Frenético e brutal, o filme abraça traição, acrobacias e quesitos extraídos de *Star Wars* (com espécies de Stormtroopers em ação e ainda a destruição "da estrela da morte" em jogo). Entre muita revolta e animosidade, Boy acha espaço para reviravoltas, como um supertime para *Boy*, com direito a Basho (Andrew Koji , de G.I. Joe Origens) e a bizarra afinidade dele com o personagem de Isaiah Mustafa (*Quero matar meu chefe*). No fim, pesa a ideia de um Jogos vorazes mesclado com terror.

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

STJ elege novo comando. Veja quem é quem

Ana Maria Campos

Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Pleno, elegeram na última terça-feira, a nova composição da Corte para o biênio 2024-2026. O ministro Herman Benjamin, aos 66 anos, assumirá a Presidência, em agosto, em substituição à ministra Maria Thereza de Assis Moura. Na Vice-Presidência, assumirá o atual corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, na sucessão do ministro Og Fernandes. O ministro Mauro Campebll Marques foi indicado para o cargo de corregedor nacional de Justiça. A posse, no entanto, precisa ser submetida à apreciação do Senado e a nomeação caberá ao presidente Lula.

A nova direção foi eleita por aclamação, pelo critério da antiguidade. Herman Benjamin não quis disputar aos cargos nas eleições anteriores, de vice e corregedor. Por isso, Og Fernandes assumiu a vice-presidência em 2022 e só terá a vez em 2026, três meses antes da aposentadoria compulsória. Pela fila de antiguidade, o presidente na sequência de Og Fernandes será Salomão. Mas nada garante que esse critério seja considerado.

No início da sessão do Pleno, a ministra Maria Thereza elogiou o colegiado pela união — que, segundo ela, demonstra a força institucional do STJ — e desejou uma boa gestão aos eleitos. Também parabenizou seu sucessor e destacou a "genialidade e sabedoria" do futuro presidente do Tribunal.

O presidente eleito, Herman Benjamin, agradeceu a confiança dos colegas, que o escolheram por aclamação. Segundo o ministro, a expectativa é de muito trabalho pela frente, para que o Tribunal possa cumprir da melhor forma sua missão constitucional.

Nomeado pelo presidente Lula, em 2006, o vice-presidente eleito, Luis Felipe Salomão, disse ter recebido com alegria a demonstração de confiança dos demais membros da Corte e que segue à disposição para fazer o melhor pelo STJ.

Gustavo Lima/STJ

Ministro Herman Benjamin foi eleito presidente

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Luis Felipe Salomão será o próximo vice-presidente

Divisão do poder:

- » Herman Benjamin, presidente do STJ para o biênio 2024/2026;
- » Luis Felipe Salomão, vice-presidente do STJ para o biênio 2024/2026;
- » Mauro Campbell Marques, indicado para o cargo de corregedor nacional de Justiça;
- » Antonio Carlos Ferreira, membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e diretor da *Revista do STJ*;
- » Isabel Gallotti, corregedora-geral eleitoral e vice-diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam);
- » Sebastião Reis Junior, membro substituto do TSE;
- » Benedito Gonçalves, diretor-geral da Enfam;
- » Ricardo Villas Bôas Cueva, membro do Conselho Superior da Enfam;
- » Gurgel de Faria, membro efetivo do Conselho da Justiça Federal (CJF);
- » Reynaldo Soares da Fonseca, membro efetivo do CJF;
- » Joel Ilan Paciornik, membro suplente do CJF;
- » Messod Azulay Neto, membro suplente do CJF.

Nomeado pelo presidente Lula, em 2006, Herman Benjamin tem atuação de destaque nas áreas do direito ambiental e do direito do consumidor. Natural de Catolé do Rocha (PB), é formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em direito pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos.

Iniciou a carreira jurídica em 1982, no Ministério Público de São Paulo, onde permaneceu durante 24 anos. Conferencista e autor de diversos livros, ensaios e artigos jurídicos, conciliou atividades de docência no Brasil e no exterior.

Desde 1995, é professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Também na condição de professor visitante, já lecionou na Faculdade de Direito de Illinois e na Universidade Católica Louvain-la-Neuve, na Bélgica.

O futuro vice-presidente tem participação relevante na formação da jurisprudência do STJ – onde atua há 15 anos –, especialmente nos julgamentos de direito privado. Figura como relator de diversos precedentes que marcaram o cenário jurídico nos últimos anos. É membro da Corte Especial e vem atuando há dois anos como corregedor nacional de Justiça, onde recentemente afastou de suas funções os juízes e desembargadores que atuaram na Operação Lava-Jato.

Salomão também se destacou como presidente da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma do Código Civil entregue neste mês ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O ministro também presidiu a comissão de juristas constituída pelo Senado para propor a legislação que ampliou a arbitragem e criou a mediação no Brasil (Leis 13.129/2015 e 13.140/2015).

Salomão é formado em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi promotor de Justiça em São Paulo, depois juiz e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

É professor emérito da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro e da Escola Paulista da Magistratura; professor honoris causa da Escola Superior de Advocacia, no Rio; e doutor honoris causa em ciências sociais e humanas pela Universidade Cândido Mendes.

A sessão do Pleno também elegeu os membros do STJ que vão exercer vários outros cargos no Tribunal e em órgãos diversos do Poder Judiciário.

Data Venia

Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Fim da calçada da fama pernambucana

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ricardo Paes Barreto, desistiu de criar a calçada da fama dos magistrados do estado. Ele parecia animado com a ideia de imortalizar os ex e futuros presidentes com o molde de suas mãos em frente ao fórum, como acontece com os astros de Hollywood. Com a repercussão negativa, voltou atrás. A pergunta que não quer calar é: quais magistrados merecem uma estrela?

Súmula cancelada

Em decorrência de uma decisão com repercussão geral com sentido oposto, a Corte Especial do STJ cancelou a súmula 421, que tinha a seguinte redação: "os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença". A posição que prevaleceu no STF foi a de que "é devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra".

Maurenilson Freire

STJ vai abrir disputas para a eleição do próximo comando da Corte

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), dizia-se que, no segundo ano do mandato, o vice-presidente tinha mais poder que o presidente. É a expectativa de poder. Pelo critério da antiguidade, o 02 sempre chegava à Presidência da Corte na sucessão do 01. Então, todo mundo já sabia quem seria o próximo ou próxima no comando e queria a simpatia de quem estava para chegar ao cargo máximo do STJ. Agora essa regra vai mudar. Os ministros do STJ decidiram encerrar a temporada de eleições por aclamação pela ordem de ingresso no Tribunal. A escolha da atual direção, sem disputa, simplesmente pelo critério da antiguidade, foi a derradeira. Na próxima, haverá eleição e disputa.

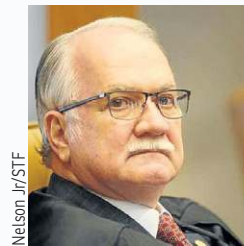
Campanha aberta

A mudança nas regras foi proposta pelo ministro João Otávio Noronha, que já exerceu a presidência. Na prática, significa que os ministros e ministras poderão fazer campanha para a sucessão de Herman Benjamin, atual presidente eleito, e Luis Felipe Salomão, novo vice-presidente.

Influência à distância

Divulgação/TJDF

O ministro Mauro Campbell Marques, eleito pelos colegas para suceder Luis Felipe Salomão na Corregedoria Nacional de Justiça, não esconde sua afinidade com o procurador Sammy Barbosa, do Acre, e uma torcida para que ele chegue ao cargo de ministro do STJ pelo quinto constitucional para suceder a ministra Laurita Vaz. Mas afirmou à coluna que não pretende atuar como cabo eleitoral na disputa para a formação da lista tríplice que chegará às mãos do presidente Lula. Ele sabe, no entanto, que por ser oriundo do Ministério Público sua opinião exerce influência.

O combate ao crime em debate

Nelson Jr/STF

Começa hoje, em Foz do Iguaçu (PR), o 9° Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais (Fonacrim). O evento, da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), terá no encerramento amanhã exposição do vice-presidente do STF, Edson Fachin. Juízes, desembargadores e policiais federais vão debater temas como sistema penitenciário, execução penal, cooperação internacional e repressão criminal — para combater ilícitos como tráfico de drogas ou pessoas, pedofilia e lavagem de dinheiro.

Antonio Cunha/CB/D.A Press

Mais de 200 condenados

Chegou a 207 o número de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Na última sexta-feira, o STF considerou culpados mais 11 denunciados pela Procuradoria-geral da República. Nos celulares dos réus, foram encontrados fotos e vídeos que indicam hospedagem ou passagem pelos acampamentos em frente ao Quartel-General do Exército e mostram a multidão em direção à Praça dos Três Poderes. Nos registros apreendidos, um dos condenados se vangloria por ter sido o primeiro a invadir o Congresso Nacional e incita os demais a participarem da destruição.

"Mais vale um juiz bom e prudente que uma lei boa. Com um juiz mau e injusto, uma lei boa de nada serve, porque ele a verga e a torna injusta a seu modo"

Divulgação/TJDFT

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Waldir Leôncio Júnior, em discurso, na posse, fazendo referência ao Código Geral da Suécia

Uma gestão focada na modernização, no social e na eficiência

A desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas assume hoje a vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), depois de concluir o mandato de dois anos à frente da Escola da Magistratura Federal (ESMAF). A magistrada foi a segunda mulher a assumir a direção da instituição desde a criação em 11 de abril de 2000 — a primeira foi a desembargadora Assussete Magalhães.

A desembargadora vai comandar a Corte ao lado do desembargador federal João Batista Moreira que assume a Presidência do TRF1 e do desembargador federal Ney Bello, eleito para a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região. Os magistrados que vão integrar a nova administração do TRF1 no biênio 2024-2026 foram eleitos durante a sessão plenária realizada em oito de fevereiro.

Nascida no Rio de Janeiro, a desembargadora passou a maior parte da vida na capital. Casou-se com Antônio Carlos Sigmaringa Seixas Júnior, filho do respeitado advogado Antônio Carlos Sigmaringa Seixas, que dirigiu a OAB-DF entre 1973 e 1975, e morreu em 2016, aos 94 anos. Com o marido, teve três filhos, Cristiana, Bruno e Rafaella, e um neto, Gabriel Ela é cunhada do também advogado e ex-deputado federal Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, que faleceu em 2018.

Em Brasília, Gilda teve uma vida típica das primeiras gerações da capital. Estudou no Colégio Sacre Couer de Marie, na Escola Normal e graduou-se em direito pelo Uniceub. Fez pós-graduação na Escola Superior do Ministério Público e na Universidade de Brasília (UnB), onde atualmente faz mestrado. Em 1984, ingressou na carreira de procuradora do Distrito Federal, mas em 1995, aprovada em concurso público, pôde realizar a sua vocação, ao se tornar juíza federal.

Na trajetória como magistrada, proferiu inúmeras decisões relevantes que beneficiaram mulheres. Entre elas, a que garantiu salário-maternidade para indígenas, cuja gravidez ocorreu antes dos 16 anos; a que permitiu que servidoras públicas com filhos portadores de necessidades especiais gozassem de redução de jornada; a que garantiu que servidoras públicas vivendo em união homoafetiva tivessem, ambas, licença-maternidade para darem assistência ao filho das duas.

Divulgação

Vice-presidente do TRF1, desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas

Gilda também foi sensível com a questão de portadores de cegueira monocular e autorizou que usufruíssem de isenção de imposto de renda. Em outro caso de repercussão, viabilizou que uma candidata a concurso público pelas cotas étnico-raciais pudesse prestar o exame de heteroidentificação em data outra, porque estava em procedimentos para transplante de medula em prol de seu irmão.

A magistrada chega à vice-presidência depois de atuar na última década como desembargadora federal. No dia da eleição para o cargo no comando do TRF1, ela se manifestou sobre sua trajetória: "São 10 anos de muito empenho e de bons resultados, mas a gente ainda sabe que há muito a fazer. A sociedade brasileira precisa e merece o nosso empenho".

Na vice-presidência, a magistrada pretende focar na administração eficiente do sistema judicial, na promoção da justiça e no cumprimento das responsabilidades institucionais. "Temos o desafio de buscar a modernização dos processos e do Poder Judiciário. Isso inclui a implementação de políticas e procedimentos adequados, a garantia da equidade e imparcialidade nos processos judiciais, a gestão de recursos humanos e financeiros, bem como a busca de melhorias contínuas na prestação de serviços judiciais, sem esquecer do compromisso de fortalecer a integração e a colaboração entre os tribunais regionais federais e os tribunais superiores", explica a desembargadora.

Nesses dois anos, sob a sua gestão, a Esmaf promoveu vários cursos de formação continuada, palestras, webinários, desenhados para enfrentar os desafios do Judiciário moderno com parcerias estratégicas, como a mantida com a Rede de Inteligência da Justiça Federal da 1ª Região. "Focamos em abrir a escola não apenas para magistrados e servidores judiciários, mas também para integrar esses profissionais no compartilhamento de ideias e aprimoramento de práticas. Nosso objetivo foi criar um espaço onde o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos fossem a norma, não a exceção", afirmou a magistrada ao **Correio**.

Um dos pontos altos deste período foi a implementação do Curso Gestão Judicial 360º, que promoveu uma visão holística e sistêmica das operações judiciais. O curso abordou desde a relação interpessoal até o monitoramento de acervos e controle de resultados, preparando juízes e servidores para um Judiciário mais zeloso e responsável. "A gestão judicial foi uma das nossas principais responsabilidades, buscando sempre como exemplo a trajetória que exerci em meus gabinetes de primeira e segunda instâncias, replicando as minhas experiências quando assumi a coordenação da ESMAF (Escola da Magistratura Federal da 1ª Região). Idealizei o Curso Gestão Judicial 360º, que contou com 24 aulas, computando 50 horas/aula no total, ministradas por gestores que são destaque na 1ª Região. Foi um sucesso! Os resultados certamente virão", acrescenta Gilda Sigmaringa Seixas.

Na gestão da magistrada, houve encontros de internacionalização da justiça e muitos debates. "Promovemos vários cursos de atualização, tratamos de inúmeros assuntos e temas fundamentais para a magistratura federal e para a sociedade. Nossos propósitos na direção da ESMAF foram cumpridos, e, com certeza, terão continuidade na nova gestão", disse.

Entrevista | Gilberto Bercovici, professor de direito econômico da Faculdade de Direito da USP

A soberania nacional e os investimentos estrangeiros

O debate sobre a legislação de terras para estrangeiros tem ganhado fôlego devido à disputa em torno da Eldorado Celulose. Em negócio envolvendo R$ 15 bilhões, a J&F e a C.A Investment S.A. (controlada pela estrangeira Paper Excellence) brigam na Justiça pelo controle da Eldorado. Entre os pontos suscitados contra o negócio estão as questões: empresas estrangeiras podem adquirir terras no Brasil? Que efeitos o caso pode ter sobre a economia nacional?

Professor titular de direito econômico e economia política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e uma das maiores referências do país em temas de soberania, Gilberto Bercovici vê com preocupação o debate. "Se prevalecer o novo entendimento do Ministério Público Federal e do Incra no caso, acabou o agronegócio no Brasil", afirma.

Segundo Bercovici, é crucial buscar soluções que conciliem os princípios constitucionais e as preocupações legais, protegendo a soberania nacional, mas sem comprometer a necessidade de atrair e manter investimentos estrangeiros no país. E sem agravar a insegurança jurídica, com a mudança de interpretação sobre algo já consolidado desde a década de 1970.

Divulgação/Dafne Sampaio

Em que casos podemos falar em risco à soberania nacional com a compra de terras por estrangeiros? O que deve ser levado em conta na hora de identificar uma ameaça à soberania?

Podemos dizer que há dois tipos de ameaça à soberania nacional. A primeira é quando grandes faixas de terras são de propriedade estrangeira, o que pode levar à desnacionalização ou à desagregação territorial. Afinal, a soberania tem relação direta com o domínio territorial. A segunda ameaça é a existência de projetos de exploração de terras que desvirtuam os princípios constitucionais, como o da função social da propriedade, por exemplo. É uma forma de garantir que a atividade econômica que virá a ser desenvolvida naquela propriedade está em conformidade com nossos princípios constitucionais. Por isso as limitações são aplicáveis a grandes faixas de terra, que são os casos em que pode haver alguma ameaça à soberania. Também é importante destacar que áreas estratégicas, como as de preservação ambiental, fronteiras ou rica em recursos minerais, exigem um olhar mais apurado das autoridades para não comprometer nossa soberania. Notem que são casos excepcionais, a regra é estimular o investimento estrangeiro que esteja de acordo com nossos princípios constitucionais para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

A disputa pela Eldorado Celulose, que opõe a J&F e a multinacional Paper Excellence, é um exemplo de ameaça à soberania?

Não é difícil responder a essa questão, basta verificar se há ofensa aos princípios constitucionais e à legislação que mencionamos. É um empreendimento em zona de fronteira, preservação ambiental ou estratégica para o país? A estrangeira tem poder de controle sobre a Eldorado Celulose? O empreendimento envolve aquisição de terras com a finalidade de domínio sobre grande porção territorial? O projeto descumpre a função social da propriedade prevista na Constituição? Para todas essas perguntas, a resposta é não. A conclusão imediata é que não se trata de um problema de risco à soberania nacional. Há vários exemplos semelhantes de empresas estrangeiras atuando no Brasil nessas condições e não se tem notícia de qualquer questionamento com base no risco à soberania. A transação de venda da Eldorado não tem como objetivo a aquisição ou o arrendamento de terras rurais, mas é a transferência do controle de um complexo industrial que não se concluiu porque o negócio foi paralisado na Justiça. No caso, o investidor estrangeiro comprou uma fábrica de celulose, cuja atividade central não depende da aquisição de propriedades rurais, e se comprometeu como condição acordada a não manter a propriedade das terras, pois o foco é a compra de madeira, matéria prima para a produção da celulose. Vamos ser razoáveis, não há indícios de que a transação configure uma ameaça à soberania nacional.

Quais lacunas jurídicas ou de interpretação das leis podem gerar atrapalhar negócios envolvendo terras no Brasil?

De fato, o mais adequado seria o Congresso Nacional aprovar uma nova regulamentação para atualizar a Lei nº 5.709/71, suprir suas lacunas em relação à aquisição de controle acionário de empresas brasileiras, deixar o texto mais claro e exequível, sanando dúvidas sobre as limitações à aquisição de terras por estrangeiros. O problema é que os projetos que tramitam no Congresso são muito amplos, abrem demais as possibilidades de aquisição e podem, inclusive, ferir a Constituição. Então, o ideal é um projeto mais equilibrado que especifique as condições para a compra de terras por estrangeiros, prevendo etapas, prazos, limites, etc. Um projeto que considere a atual fluidez do capital, inclusive. Ou seja, qualquer mudança legislativa precisa garantir a soberania, o respeito aos princípios constitucionais relacionados à ordem econômica e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de projetos econômicos benéficos ao país, o que passa pelo papel do investimento estrangeiro também.

No caso Eldorado Celulose, o Ministério Público Federal e o Incra se manifestaram pela nulidade do negócio. O senhor concorda com essas manifestações?

As manifestações do MPF e do Incra pela nulidade do negócio são baseadas em uma interpretação equivocada da lei, porque consideram que qualquer participação estrangeira em projetos que envolvem terras no Brasil deveria implicar em nulidade sem o pedido de autorização ao Congresso Nacional. O problema é que se prevalecer o novo entendimento do MPF e Incra, não tem mais agronegócio no país. Os setores de mineração e energia, especialmente a de fonte eólica, seriam fortemente afetados, porque são atividades econômicas desenvolvidas em grandes faixas de terra e com presença do capital estrangeiro. Vamos agora exigir autorização prévia do Congresso para todo e qualquer projeto que envolva terras e tenha participação estrangeira? E como ficam as participações indiretas, via fundos de investimento, etc? É isso mesmo que o MPF e o Incra estão querendo? Porque o que for firmado no caso Eldorado Celulose vai valer para todas as demais empresas estrangeiras ou brasileiras que têm capital aberto em bolsa, podendo ter capital de fora do Brasil no negócio.

Pensando na importância dos investimentos estrangeiros para o desenvolvimento do Brasil, que soluções o senhor vê para o caso Eldorado Celulose ser superado da maneira mais positiva possível?

Tenho defendido, no lugar da nulidade, a adoção de parceria rural. Isso porque nessa modalidade, a propriedade se mantém com brasileiros. Ou seja, o empreendimento é comum, com a assunção de riscos e resultados compartilhados entre o proprietário brasileiro e o investidor estrangeiro. Define-se um prazo razoável, e os contratos de arrendamento rural passam a ser contratos de parceria rural. Os arrendamentos também são regidos pelas mesmas restrições das aquisições por estrangeiros que a aquisição pura e simples, mas as parcerias rurais, não. Fundamentalmente, porque a propriedade se mantém com brasileiros. É uma solução relativamente simples, ágil, sem maiores custos judiciais para o Estado e que não ameaça a segurança jurídica e os projetos de desenvolvimento já existentes. Com a parceria rural, preservamos o interesse público e a soberania territorial. É uma solução que resolve o caso Eldorado Celulose e pode servir de referência para os demais casos, porque beneficia a todas as partes envolvidas.

Visão do direito

Vanessa Negrini
Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Direitos animais no Código Civil

À medida que a sociedade evolui, surgem novas perspectivas sobre os direitos, reconhecendo-os onde anteriormente não eram vistos. Os movimentos de defesa dos direitos animais avançam no mundo, impulsionados pelo respaldo científico desde a Declaração de Cambridge, de 2012, que reconheceu a senciência animal. O reconhecimento científico provoca reflexões na sociedade, refletindo-se em ordenamentos jurídicos e decisões judiciais.

A inclusão de capítulo dedicado aos direitos dos animais no anteprojeto de reforma do Código Civil representa marco importante na evolução do sistema jurídico do país. Reflete conscientização crescente sobre o bem-estar animal e sinaliza mudança profunda na percepção e no tratamento que recebem da sociedade e do sistema legal.

Jurisprudência brasileira

Tribunais brasileiros têm tendência de reconhecimento da singularidade dos animais como seres sencientes, buscando proteger seus direitos e bem-estar.

Por exemplo, em Recurso Especial n. 1.713.167, o ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), abriu espaço para uma nova categoria jurídica para os animais, decisão que enfatiza a importância de proteção adequada e alinhada aos valores sociais. Já o Recurso Especial n. 1.115.916/MG discutiu a crueldade, reconhecendo a capacidade de sentir dor.

Em tribunais estaduais como TJSP, TJMG e TJPR, animais são reconhecidos como "sujeitos de direitos despersonificados" e "seres sencientes", com direito à tutela jurisdicional em caso de violação de direitos.

Direitos animais no mundo

Em todo o mundo, há mudanças significativas nos ordenamentos jurídicos. Na Áustria, na Alemanha e na Suíça, animais foram explicitamente reconhecidos como seres protegidos por leis especiais, não mais tratados como objetos. Já Holanda, França, Espanha e Portugal reformaram seus códigos civis para considerá-los seres sencientes e dotados de sensibilidade, sujeitos à proteção jurídica. Na Nova Zelândia e na Noruega, entre outros exemplos, leis foram promulgadas para garantir bem-estar e protegê-los do estresse.

Direitos Animais nos estados e municípios brasileiros

Leis estaduais também reconhecem os animais como sencientes e sujeitos de direitos, promovendo proteção e bem-estar. Estados como Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Roraima, Espírito Santo e Paraíba consideram explicitamente animais como sujeitos de direitos. Já leis de Estados como Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí, por exemplo, reconhecem a senciência e princípios de proteção. Normativas municipais também abordam o bem-estar animal, complementando as legislações estaduais.

Avanços no anteprojeto

A proposta inicial da comissão de juristas classificava os animais como "objeto de direito" e "dotados de sensibilidade". Após questionamentos e sugestões do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, essas definições foram revistas para evitar possíveis retrocessos na proteção ambiental.

As sugestões de exclusão da expressão "objeto de direito" e substituição de "sensibilidade" por "senciência" foram aceitas pela comissão.

Na reforma do Código Civil, algumas mudanças significativas foram propostas para garantir proteção mais efetiva aos animais:

1. Reconhecimento da afetividade humana em relação aos animais, destacando expressões de cuidado e proteção no entorno sociofamiliar (Art. 19).

2. Definição dos animais como seres vivos sencientes, passíveis de proteção jurídica própria, considerando sua natureza especial (Art. 91-A).

3. Estabelecimento de responsabilidade civil direta do proprietário, guardião ou detentor do animal por danos causados por este, independentemente de culpa, salvo se comprovado fato exclusivo da vítima, de terceiro, caso fortuito ou força maior (Art. 936).

4. Inclusão do direito dos ex-cônjuges e ex-conviventes compartilharem a companhia e arcarem com as despesas destinadas à manutenção dos animais de estimação, enquanto pertencentes a eles (Art. 1.566, § 3º).

O anteprojeto de reforma agora avança para o Congresso Nacional, onde passará por mais debates. É crucial que essa mudança legislativa seja acompanhada por esforços persistentes para sensibilizar a sociedade e assegurar a aplicação efetiva das novas normas, com objetivo de construir uma sociedade mais justa e compassiva, na qual os direitos dos animais sejam plenamente reconhecidos e respeitados.

Libanio Alves Rodrigues
Promotor de Justiça nas áreas cível, família e sucessões em Brasília

Consultório jurídico

Quais são as regras para a guarda compartilhada dos filhos em caso de separação dos pais?

A lei brasileira determina apenas duas formas de guarda dos filhos: a unilateral e a compartilhada (art. 1583, caput, do Código Civil). O artigo 1584, § 2º do CC, por sua vez, determina que a guarda compartilhada é a regra em caso de separação dos pais, devendo ser aplicada sempre que possível. De acordo com o Código Civil, no estabelecimento da guarda compartilhada "o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai".

A garantia do equilíbrio da convivência da criança com ambos os genitores, por força do §2º, do artigo 1.583, do Código Civil, fica subordinado ao principal objetivo a ser alcançado, que é o melhor interesse da prole comum, que se sobrepõe ao direito dos genitores.

Portanto, ao contrário do que se pensa, a lei não cria a obrigação de que o tempo de convivência dos pais com os filhos seja divido de maneira exata. A guarda compartilhada significa, na verdade, "a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns" (art. 1.583, § 1º, CC).

Por esse motivo, o costume da justiça, é estabelecer que na guarda compartilhada o(s) filho(s) comum(uns) tenha(m) uma residência fixa com um genitor (lar de referência materno ou paterno), com estabelecimento de regime de convivência para o outro genitor, em regra, a ser exercida em finais de semanas alternados, podendo ser acrescido de pernoites em dias certos da semana, assim como a alternância nas férias escolares, datas de aniversários, feriados e outras datas festivas.

O entendimento da jurisprudência é no sentido de que a guarda unilateral será determinada apenas excepcionalmente, caso um dos genitores não esteja apto a exercer o poder familiar, ou manifeste expressamente a ausência de vontade em obter a guarda do menor.

O objeto principal de tutela da lei, é atender ao melhor interesse da criança. Por isso, as interpretações das situações de fato, sempre serão nesse sentido, sendo priorizado, de acordo com a jurisprudência pátria, o respeito aos acordos já feitos pelos pais, que são, em regra, as pessoas que mais conhecem as necessidades dos filhos.

Daí nascem possibilidades de outros tipos de guarda e de regime de convivência. Por exemplo, e de forma bem sintética, a guarda compartilhada com regime de convivência alternado, com lares de referência de ambos os genitores, ou seja, a criança ou adolescente passa períodos de tempos iguais com cada genitor (semanas ou meses), que continuam exercendo igualmente o poder familiar. Outro exemplo é a guarda alternada, na qual cada genitor exerce o poder familiar independentemente do outro, no período de convivência com a criança, que geralmente é estabelecido por decisão judicial.

Todavia, vale destacar, que os modelos excepcionais de guarda e regime de convivência serão possíveis apenas quando demonstrado o real interesse prioritário do filho comum, conforme acordo entre os genitores ou por decisão judicial fundamentada por laudo psicossocial e outras provas que demonstrem a vantagem para o(s) filho(s) comum(s).

Visão do direito

Victor Gasparoto Mallofré Segarra
Pós-graduado em direito empresarial pel FGV e especialista em direito imobiliário

Marco Antonio da Costa Sabino
Pós-doutor, doutor em direito processual e professor

STJ prestigia a penhora sobre o faturamento do devedor

Em recentíssimo julgamento do Tema 769, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu pelo cabimento da penhora sobre o faturamento de devedor mesmo que não esgotadas as diligências a respeito de outras formas de penhora, desde que inexistam ativos como dinheiro, títulos, veículos ou, ainda, quando a constrição desses ativos se revele dificultosa.

O entendimento do Tribunal é de suma importância porque favorece os credores de obrigações, de um lado, e pode comprometer as operações de empresas, sendo elas devedoras, de outro. O crédito pode ficar mais barato.

Nesse julgamento, mais uma vez se buscou a efetiva aplicação da ordem preferencial de penhora contida no artigo 835 do Código de Processo Civil (CPC) ao caso concreto, evidentemente, às vistas do melhor interesse do credor, o qual, muitas vezes, se vê diante de execuções frustradas, cuja existência de bens penhoráveis e, consequentemente, a própria satisfação da obrigação se demonstram infactíveis.

Nesse sentido, com razão, o Tribunal definiu que o tempo marginal do processo é um ônus com que naturalmente o credor tem de lidar — e o devedor, beneficiar-se, já que quanto mais o tempo passa, mais distantes ficam ativos, maior a hipótese de frustração da execução, menor a justiça, a harmonia e a paz social.

Evidentemente, à critério do magistrado que conduz cada uma das ações judiciais em que essa questão surgir, deverá ser deferida a penhora de faturamento em percentuais equilibrados e compatíveis à manutenção da atividade do executado. A tendência é que a penhora sobre o faturamento não seja um decreto de morte do devedor empresário, mas tão somente método proporcional de garantia da obrigação de pagar.

Pode-se dizer que, em simples interpretação do texto processual, à luz do caso concreto, referida possibilidade de alteração da prioridade de penhora já encontrava guarida no parágrafo 1º do próprio artigo 835, porém, a controvérsia se dava justamente a respeito da necessidade ou não de esgotamento dos atos constritivos a respeito dos ativos de natureza contidas nos incisos I a IX de referido dispositivo antes da efetivação da penhora de faturamento. Essa questão ficou pacificada por conta da edição do Tema 769.

A partir da disponibilização da íntegra do acórdão e, consequentemente, de sua publicação, por se tratar de recurso repetitivo, referido entendimento deverá ser obrigatoriamente aplicado aos demais tribunais da Federação.

Isso agrava o risco geral da atividade empresarial, notadamente tomadora de créditos, e pacifica questão que, por muito tempo, foi ponto de dificuldade de credores. A partir de agora, é se ver os resultados desse julgamento no crédito, nos contratos e nas empresas.

Visão do direito

Gustavo Ferreira
Jornalista e especialista em relações governamentais

A aplicação firme do princípio da insignificância

Nos últimos tempos, o debate em torno do princípio da insignificância tem ganhado destaque, especialmente no âmbito jurídico, onde sua aplicação tem sido tema de discussão constante. Nesse contexto, a atuação da ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), merece ser destacada pela sua firmeza ao aplicar esse princípio, mesmo em casos de reincidência.

A ministra Teixeira tem enfatizado que a repetição de atos considerados atípicos não os transforma em crimes, uma vez que a insignificância deles persiste. Essa postura demonstra um entendimento sólido e coerente com os princípios do direito penal, especialmente no que diz respeito à proporcionalidade e à necessidade de se evitar a sobrecarga do sistema judicial com questões de menor relevância.

Um exemplo claro dessa abordagem é a concessão de habeas corpus em diversos casos recentes, nos quais a ministra decidiu pela irrelevância penal das condutas em questão. Entre esses casos, podemos citar:

1. HC 879260: Um pedaço de carne.
2. HC 877700: Duas peças de carne.
3. HC 898.481: Furto tentado de uma mochila avaliada em R$ 269.
4. HC 836.397: Tentativa de furto de materiais que sequer foram retirados do local do fato.
5. HC 771179: Uma garrafa de uísque avaliada em R$ 96.
6. HC 812254: Cabos elétricos avaliados em aproximadamente R$ 70.
7. HC 901061: Uma lata de spray aromatizador.
8. HC 896992: Furto tentado de materiais pertencentes a uma escola.
9. HC 898664: Uma bateria de 60 amperes, avaliada em R$ 180.

Esses exemplos ilustram a abordagem sensata da ministra Teixeira, que prioriza a análise da relevância jurídica e social de cada caso, em detrimento de uma aplicação automática da lei penal. Sua atuação contribui não apenas para a eficiência do sistema de justiça, mas também para a promoção de uma justiça mais justa e equitativa.

Além disso, ao conceder habeas corpus em casos como esses, a ministra Teixeira reforça a importância de se preservar o princípio da proporcionalidade no direito penal, evitando que indivíduos sejam penalizados de forma desproporcional por condutas de mínima relevância.

Em suma, a aplicação firme do princípio da insignificância pela ministra Daniela Teixeira no STJ é um exemplo louvável de como o direito penal deve ser aplicado com sensatez, justiça e respeito aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Visão do direito

Thayan Fernando Fernandesl
Advogado especialista em direito de saúde e direito público, membro da Comissão de Direito Médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados

Saúde a Deus dará

Hospitais são ambientes que as pessoas procuram para melhorarem as condições de saúde, mas nem sempre é o que acontece. Como em qualquer condução profissional, falhas podem ocorrer. Porém, neste caso, as falhas podem ser fatais.

Incidentes decorrentes de erro médico são muito mais comuns do que se imagina. Pesquisa recente da Sociedade Brasileira para a Qualidade do Cuidado e da Segurança do Paciente (Sobrasp) indicou que, apenas no Brasil, ao longo do ano de 2022, foram 292 mil incidentes relacionados a falhas na assistência à saúde. Este levantamento utilizou dados fornecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A publicação ainda destacou que esses incidentes abrangem uma variedade de situações, desde erros de diagnóstico até administração incorreta de medicamentos e falhas de comunicação entre equipes durante a transição de cuidados.

Um erro médico ocorre quando um profissional de saúde incide ato falho em seu dever de cuidado, resultando em danos ao paciente. Isso pode incluir falhas na avaliação adequada do estado de saúde do paciente, erros na prescrição ou administração de tratamentos, ou falta de acompanhamento pós-operatório adequado.

São três tipos de ação que levam ao erro médico. A negligência, que ocorre quando o profissional deixar de tomar uma atitude que evite complicações, a imprudência, que ocorre quando o profissional age de forma precipitada ou arriscada, e a imperícia, quando o profissional não possuía qualificação suficiente para, seja qual for, a atividade. Para comprovar isso, a vítima ou seu representante precisa apresentar prontuários, receitas, protocolos, comprovantes de medicamentos e até testemunhas.

De volta a pesquisa, dos 292 mil incidentes notificados, cerca de seis mil foram classificados como "never events", traduzidos como eventos que nunca deveriam ocorrer. Tratam-se de algumas situações que podem levar à morte do paciente ou causar graves sequelas permanentes. Esses eventos representam uma preocupação significativa para o sistema de saúde, pois muitos deles poderiam ser evitados com protocolos e práticas adequadas. Além disso, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 3 milhões de pessoas morrem anualmente em todo o mundo devido a danos associados à prestação de cuidados de saúde inseguros, o que representa 1 em cada 10 pacientes, antes da pandemia. Esse problema afeta desproporcionalmente os países de baixa e média renda, onde os recursos e a infraestrutura de saúde podem ser limitados, aumentando o risco de erros médicos e eventos adversos.

Casos extremos podem render piores condutas jurídicas e penalizações mais expressivas. Quando um paciente falece ou sofre consequências mentais devido a erro médico, a tabela da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) é usada como referência, mas a decisão final sobre a indenização é do juiz. No caso do dano moral, é difícil mensurar a dor psicológica, então o STJ estabeleceu critérios para os julgadores determinarem o valor da indenização.

Contudo, países de baixa e média renda, como o Brasil, a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e a subnotificação de incidentes contribuem para a persistência dos problemas. É crucial que sejam implementadas medidas eficazes para melhorar a segurança do paciente e prevenir erros médicos, garantindo que todos tenham acesso a cuidados de saúde seguros e de qualidade.

Visão do direito

Jéssica Reis Sulz
Advogada do Escritório Piquet Magaldi e Guedes. Atua em contratos públicos, controle e regulação

Andressa Carvalho Pereira
Advogada do Escritório Piquet Magaldi e Guedes. Atuante em resolução de conflitos

Resolução de conflitos por meio do dispute board

Em importante iniciativa, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou a Resolução 6.040/2024, que dispõe sobre as regras procedimentais para a autocomposição e arbitragem no âmbito da Agência, incluindo a possibilidade de adoção dos comitês de prevenção e solução de disputas (dispute boards) ao longo dos contratos de concessão rodoviária.

A ferramenta será utilizada para nortear a solução de conflitos surgidos durante a execução de contratos de concessão rodoviária. Com o seu uso, será possível dar celeridade à solução das desavenças nascidas ao longo da execução contratual, evitando o surgimento de disputas judiciais e/ou arbitrais e dando menor tempo de resposta às demandas.

O dispute board já é amplamente utilizado na autocomposição de contratos privados e está ganhando destaque em contratos públicos, especialmente após a possibilidade de sua aplicação na resolução de controvérsias em contratações públicas desde a promulgação da Lei 14.133/2021 (de Licitações e Contratos).

Nos termos da Resolução, a ANTT e a concessionária de serviço público interessada criarão o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas para dirimir conflitos de natureza eminentemente técnica, envolvendo direitos patrimoniais disponíveis relativos à execução de serviços e obras; adequação de obras e serviços aos parâmetros exigidos pela regulação; avaliação de ativos e cálculos de indenizações e eventos que possam impactar o cumprimento das obrigações contratuais.

O comitê será formado por três membros, sendo um deles indicado pela ANTT, outro pela concessionária e o último escolhido pelos membros designados pelas partes, e atuará como presidente.

Apesar da inovação trazida, a ANTT reservou seu poder de decisão em certas desavenças, excluindo do comitê de prevenção e solução de disputas: i) questões jurídicas como matriz de riscos e equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, permitindo conflitos factuais subjacentes; ii) disputas sobre a validade e a legitimidade de atos de fiscalização/regulação da ANTT; e iii) disputas sobre legalidade de normas regulatórias da ANTT.

Além das exclusões mencionadas, os temas que não podem ser submetidos ao dispute board incluem aqueles que estão fora da capacidade deliberativa de outros procedimentos de solução de controvérsias, sendo eles: i) questões relativas a direitos indisponíveis não transacionáveis; ii) a natureza e a titularidade públicas do serviço concedido ou permitido; iii) o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iv) o pedido de rescisão do contrato por parte da concessionária.

Ponto importante a ser mencionado é a vinculatividade das decisões proferidas pelo comitê. De acordo com o normativo, o comitê poderá proferir decisões vinculativas, recomendatórias ou híbridas, sendo que em todos os casos o que dirá a natureza da decisão é a previsão contratual ou compromisso firmado entre as partes. Apenas em relação ao comitê híbrido, o contrato ou as partes devem definir quais matérias estarão sujeitas a cada tipo de decisão, sendo respeitadas as exceções indicadas anteriormente.

Adicionalmente, a ANTT restringiu as hipóteses de efeitos das decisões emitidas por comitês de prevenções e soluções de disputas, que não poderão: i) eximir o Poder Concedente ou os agentes regulados de realizar o integral cumprimento contratual; ii) não permitir a interrupção das atividades vinculadas àquelas necessárias à adequada prestação do serviço.

A resolução entrará em vigor em 2 de maio de 2024 e os passos a serem seguidos para a sua implementação, bem como os seus resultados, certamente serão acompanhados de perto pela ANTT, até mesmo considerando que foi previsto no texto publicado a elaboração pela autarquia da Avaliação do Resultado Regulatório da aplicação do dispute board.

A publicação da mencionada resolução constitui importante avanço para a continuidade e bom funcionamento das concessões rodoviárias no Brasil. Agora, incumbe às concessionárias interessadas, e que ainda não possuam cláusula compromissória de arbitragem ou de comitê de solução de disputas, buscarem o aditamento contratual.

Perfil

Roberval Belinati | vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

De repórter a desembargador, a história de um comunicador

Ana Maria Campos

"Foram os dois melhores anos da minha vida profissional." Assim o desembargador Roberval Casemiro Belinati, 68 anos, definiu seu mandato como presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Foi um período atribulado que o magistrado viveu intensamente.

Em abril de 2022, Belinati foi eleito presidente do TRE-DF, com disputa. O desembargador Sebastião Coelho, também indicado pelos colegas para compor o TRE-DF, não aceitou um acordo de cavalheiros e bateu chapa. O placar foi de cinco a dois em favor de Belinati que se tornou presidente.

Meses depois, em meio aos conflitos dos bolsonaristas com o ministro Alexandre de Moraes, Sebastião Coelho, então vice-presidente e corregedor do TRE-DF, pediu aposentadoria depois de criticar abertamente o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Belinati fez questão de marcar posição em defesa das urnas eletrônicas e do processo eleitoral, então bombardeados pelo bolsonarismo. Passado esse momento de controvérsias, Belinati pregou paz nas eleições. E conseguiu.

Com toda a polarização entre os eleitores de Bolsonaro e Lula, a capital do país viveu uma votação sem atropelos, sem conflitos e com o menor índice de abstenções do país. A diplomação dos políticos eleitos também foi um sucesso.

O risco de um embate foi grande, uma vez que a cerimônia estava marcada para ser realizada no auditório do QG do Exército, justamente onde os bolsonaristas, que não aceitaram o resultado das eleições, estavam acampados.

Foi, então, que Belinati procurou o governador do Distrito Federal, recém-reeleito, para pedir uma ajuda. Ibaneis Rocha liberou, sem custo, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães para a festa da democracia.

O então presidente do TRE-DF quebrou o protocolo e abriu a palavra para os políticos eleitos, um rito inédito na história das diplomações do Distrito Federal. Satisfeito com o evento, Belinati participou também, como convidado, da posse de Ibaneis.

Ed Alves/CB/D.A Press

Só havia motivos para celebração até que veio o oito de janeiro de 2023. Belinati acompanhou o episódio da depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes estupefato. Ele que não foge de uma entrevista preferiu se calar até tomar pé do que ocorria. Hoje o desembargador afirma: "Brasília não merecia esses atos de vandalismo", afirmou.

Mas sinaliza entendimento de que o caminho para a pacificação no país seria a anistia para quem, na visão dele, acabou sendo iludido e entrou por ingenuidade no ataque aos poderes da República. "Nós sabemos que muitas (dessas) pessoas são inocentes e humildes e estão sendo processadas. E o Congresso também está sensível ao que aconteceu", afirmou em entrevista ao programa *CB Poder*, do **Correio** em parceria com a *TV Brasília*.

Roberval Belinati não é um juiz fechado em sua toga. Pelo contrário. Recebe advogados, jornalistas, políticos, autoridades e gente simples. O perfil extrovertido vem de sua origem.

Nascido em Cornélio Procópio, no Paraná, Belinati começou a atividade profissional como jornalista. Aos 16 anos, tornou-se repórter e redator de notícias da Rádio Londrina e da Rádio Cruzeiro do Sul. Em seguida, trabalhou no Novo Jornal e na Folha de Londrina.

Em 1982, elegeu-se vereador pelo PDS, em Londrina, com mandato de seis anos. De 1980 a 1983, foi diretor-geral da Rádio Clube de Londrina. Foi assessor parlamentar na Câmara dos Deputados e durante quase 10 anos advogou em Brasília.

Até que entrou para a vida dos concursos públicos. Passou em três concorrências para juiz. Atuou como magistrado em Campo Grande (MS) e na comarca de Bandeirantes (MS). Foi aprovado também no Paraná, mas optou pelo cargo em Brasília, onde ingressou como juiz substituto em julho de 1989. Em março de 2008, foi empossado como desembargador.

Nos 35 anos de magistratura, esteve praticamente em todas as cidades do DF. Mas concluiu sua trajetória na primeira instância como titular da 1ª Vara Criminal, onde atuou em vários casos de repercussão, como a Operação Aquarela, em 2007, que tratou de desvios de recursos e corrupção no BRB. A investigação, conduzida pelos promotores do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas (hoje Gaeco), levou à renúncia do então senador Joaquim Roriz.

Na última semana, Belinati assumiu o maior cargo de sua carreira no Judiciário, depois da presidência do TRE-DF: a vice-presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDFT). Já chega com planos ambiciosos. Quer promover o primeiro concurso público para juízes habilitados no exame nacional da magistratura.

Foi em Brasília que Belinati construiu uma família. Conheceu a esposa, Rosangela, no curso de graduação em direito do Uniceub, casaram-se e tiveram seis filhos: Roberval José, Rosana Fátima, Roberlan José, Roberlei José, Rosária Fátima e Rôberson José. Da prole, vieram os netos: Giovana Maria, Juan Diego, Antonella Maria, João Paulo e Lucas.

Os filhos, além do nome duplo iniciado com a letra R, são todos os graduados em direito, como os pais. Belinati é um professor. Deu aulas de direito penal, processual penal, processual civil, administrativo e público. Ministrou cursos sobre sentenças. Um de seus alunos, no Uniceub, foi o governador Ibaneis Rocha, que se tornou um famoso advogado e presidiu a OAB-DF.

Gentil com todo mundo, Belinati atuou desde que foi promovido a desembargador na 2ª Turma Criminal. Profundo conhecedor do direito penal, ele é favorável à saidinha de presos como forma de ajudar na ressocialização, tema em discussão no Congresso e no Judiciário.

O magistrado também não gosta de condenar. Faz por dever do cargo quando se depara com crimes graves. Mas, na Justiça Eleitoral, votou a favor da elegibilidade de Paulo Octávio, que também conseguiu o aval do TSE e acabou sendo candidato ao governo em 2022; e de José Roberto Arruda. Este, no entanto, não teve a mesma sorte no TSE e ficou fora das eleições.

Católico e assíduo frequentador de missas e eventos religiosos, Belinati encontra tempo para todas as atividades: igreja, trabalho, família — quando até vai para a cozinha e prepara uma deliciosa moqueca capixaba — e a vida social. Com mais sete anos pela frente no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), até a aposentadoria compulsória, ele deve chegar à Presidência. Com certeza, será um mandato de muita dedicação.

DIÁRIOS ASSOCIADOS **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 25 de abril de 2024

Para anunciar ▸ 3342-1000

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SORAYA SCARINCI VENDE **QS 05** Cond Costa Verde Apto 1qto 40m2 R$ 225 mil 3351-4991

MEU IMÓVEL IMOB **LUGARCERTO** Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SORAYA SCARINCI VENDE **QS 05** Cond Costa Verde Apto 1qto 40m2 R$ 225 mil 3351-4991

SORAYA SCARINCI VENDE **QS 05** Cond Costa Verde Apto 1qto 40m2 R$ 225 mil 3351-4991

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

SORAYA CORRETORA **LUGARCERTO.COM.BR** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF **LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

4 OU MAIS QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QD 205 Ed Green Towers 4qts 2 suites 12º andar nascente c/varanda mesanino vista livre 2 vagas garagem. Na melhor quadra de Águas Claras lado do Shopping Hiper mercado. Lazer compl sauna piscina spa c/ hidro (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND. **IMOBILIÁRIOS** Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

1 QUARTO

712 R$230mil desoc 1qt sala wc c/box/blindex 45m2 (Apto de Fundos) Ac fin/fgts 98423-8423 98451-8451 Fotos: jnoliveira.com.br c7051

2 QUARTOS

112 SQN Bloco "K" - Vendo excelente Apto. No 5ºandar. Salão p/ 2 ambientes,var./blindex,lavabo, 2/4 c/arms., wc, coz. c/arms. á.serv., DCE e garagem. R$ 1.400.000,00 **Saback Imóveis F/ 3445-1125/ 99926-9766 CJ.3506**

3 QUARTOS

SORAYA SCARINCI VENDE **104** ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suítes armários 3351-4991

203 4QTS ste 2vg nascente Todo reformado, desocupado 98199-6100 99981-8375 c3452

SR. IMÓVEIS CJ 9417

214 COBERTURA 210m^2 3qts transformado p/2qts sendo 01 suite, churrasq., 2 vgs de garagem nascente 99109-6160 /3042-9200 cj9417

PLANO EMPREEND. **215 SQN** é sua melhor opção! Apto 3 qtosà venda, 103m2 . 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

316 MUITO Reformado suite, DCE garag Oport. 99275-8882 phimoveis. com.br cj6210

SORAYA SCARINCI VENDE **104** ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suítes armários 3351-4991

316 MUITO Reformado suite, DCE garag Oport. 99275-8882 phimoveis. com.br cj6210

ASA SUL

3 QUARTOS

ÓTIMO NEGÓCIO MAPI! **105 SQS** 3qts ste closet arms gar apto e bloco reformado **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

SQS 107 130M^2 ÚTEIS **107** R$1.170Mil 3qts sociais DCE nascente. Ac Fin/FGTS **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

4 OU MAIS QUARTOS

SQS 111 233M^2 ÚTEIS **111 RARIDADE** 4qts ste salão amplo 2 vagas ót.preço **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

"PARTICULAR" **312 SQS,** 04 qtos, 04 suítes, churrasqueira, mobiliado, área 450m^2, 2gar. Tr: 61 99985-8313

GAMA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF **ST CENTRAL QD 03** 2qt 54m^2 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF **CA 08** apto 3qtos 228m^2 cond fechado 98311-5595 c/19540

1.2 NOROESTE

NOROESTE

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF **SQNW 303** apto 2qtos 1suite pronto para morar Tr: 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 309 4stes 155m2, c/arms. vaga de gar. R$ 2.050.000, Tr. 99169-1991 c16436

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM **LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

1 QUARTO

ACHEI IMÓVEIS DF **QS 116** Res Max apto 1qto 36m^2 98311-5595

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE **QD 02** apto 2qtos arms closet coz planej. Ac FGTS/Financ 98481-4268

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

ALTO PADRÃO!! **101 SQSW** Linda Reforma 3qts suite alto luxo Ac SQS **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SOTERRA VENDE **CNB 11** Ed Carolina Apto 2 quartos 58m2 bem localizad, sala c/ varanda 2 banhs soc. 1 vagaCJ3504 3351-8000

1.3 CASAS

BRAZLÂNDIA

3 QUARTOS

BRAZLÂNDIA/DF Casa em Brazlândia/DF, c/ barraco 28m^2, terreno 200m^2, Vila São José. Inicial R$150.000,00 (Parcelável) rigolonleiloes.com.br 0800-707-9272

BRAZLÂNDIA/DF Casa em Brazlândia/DF, c/ barraco 28m^2, terreno 200m^2, Vila São José. Inicial R$150.000,00 (Parcelável) rigolonleiloes.com.br 0800-707-9272

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 02 ót casa 3qts suite gar laje e pequeno terraço 99983-1953 c3149

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE **QI 03** Ponta Seca. Excelente 2 pavtos 5 stes lazer compl. Ac imóvel (-) valor **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

SR. IMÓVEIS CJ 9417

QL 10 Conj 02 , Casa térrea , c/ 4 qts, 01 suite , cozinha, sala de jantar, sala 02 ambientes, piscina na garagem pra 04 carros, lote de 800 metros c/ área verde Aceita imóvel Tr. 99109-6160 3042-9200 cj9417

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

QI 09 excte casa 2pav 4stes 3 var escrit pisc churras elevador 98199-6100 99981-8375 c3452

VISTA PARA O LAGO **QI 28** R$2.500Mil 4sts salão arms semi nova Ac SQS **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB **SQNW 302** Ágio Res Planalto 4 suítes 3 vagas 165m2 novo ac financ Fgts 99562-4472 cj25698

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE **3ª AV** Casa 245m^2 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB **QD 05** SHA 3qtos 2 suítes 340m2 lote casa 280m2 reform 4 vagas 99562-4472 cj25698

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE **QD 01** casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE **QD 01** casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

SMPW 25 R$1.890 MIL
QD 25 4stes salões lazer completo Ac financ apto SQS **MAPI Whats 98522-4444 cj27154**

RIACHO FUNDO

1 QUARTO

QN 08D R$170.000, 1qt comercial frente UPA 99269-0200 cj20220

2 QUARTOS

QN 14F R$260.000, Sobrado falta acabamento 99269-0200 cj20220

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JÚNIOR
ESCRITÓRIOIMOBILIÁRIO. Os melhores imóveis estão aqui! lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.3 SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
QD 18 Casa 160² 3qtos sala estar wc c/blindex 2 vagas cobertas Tr: 98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS

PEDRO JR C 12778 ALUGA
QD 02 Casa 4qtos c/suite, closet hidro 2vagas Tr: 98481-4268

TAGUATINGA

1 QUARTO

SOTERRA VENDE
QND 27 Av Comercial apto 1qto c/sacada sala coz banh social. Excelente localização! CJ3504 3351-8000/ 99654-5748

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QNL 21 Casa Reformada 4 quartos 1 suite 3vagas arms ac financ. Tr: 99562-4472 cj25698

4 OU MAIS QUARTOS

QNE 20 SOBRADO
4 QUARTOS (1 ste) resid/comerc ac prop/imóv (-)vlr 99971-0049 c4124

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
R 03 Casa 4 quartos lote 805m2 laje suite closet piscina 4 vagas. Tr: 99562-4472 cj25698

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

SR. IMÓVEIS CJ 9417
AV DAS ARAUCARIAS Vendo Loja Via Enseada, loja c/ 61m2, reformada, pé direito duplo. Alugada Tr. 99109-6160 Zap, cj9417

1.4 ASA NORTE

ASA NORTE

SCLRN 712 Lojão c/ subsolo 120m2 priv. frontal W3 vazada 98423-8423 98451-8451 Fotos: jnoliveira.com.br c7051

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 208 Excelente loja c/ 105m2 c/ subsolo, térreo sobreloja. Alugada! 99109-6160 /3042-9200 cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 414 Vendo ou alugo Excelente loja desocupada c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada . Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

VENDO PRÉDIO W3 SUL
SCRS 512 Bl. B reformado 4pavimentos; mat. 143.848 Lv2 ficha 01 Primeiro Of. Reg Imóveis Oportunid 99933-3440

SOBRADINHO

PLANO EMPREEND.
QMS 33 Prédio à venda no Bairro Setor de Mansões 1.714m2 24vagas, 24 banhs 3032-7700 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CSB 05 Loja reformada com 306m² . Vendo ou Troco por + valor. Volto diferença 99109-6160 3042-9200 cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417
QND 28 Loja c/ 270m2 na Av Comercial , de frente, c/ boa localização 99109-6160 3042-9200 cj9417

SALAS

ASA NORTE

CLN 103 Reformada ótima localização 99275-8882 phimoveis.com.br cj6210

ASA SUL

PLANO EMPREEND.
ED OSWALDO Cruz. Vende excel. sala 45m2. Tr: 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SAS VICTORIA Office 2 salas juntas garagem 99275-8882 phimoveis.com.br cj6210

1.4 ASA SUL

J RIBEIRO VENDE
SCS QD 02 Ed Oscar Niemeyer sala c/ garagem 41 m², 1 banheiro R$ 200.000. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

SUDOESTE

J RIBEIRO VENDE
CLSW 101 sl 44m2 canto reform alto padrão CJ 5211 3322-3443

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

PARK WAY

QD 05 Cj. 07 Vendo terreno Park Way. Escriturado c/área total de 20.000m², pelo valor de R$ 12.000.000,00 **Saback Imóveis 3445-1125/ 61 99926-9766 CJ 3506**

SOBRADINHO

PLANO EMPREEND.
COND MORADA da Serra excelente lote c/ 24 kitinetes Tr: 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

VALPARAÍSO

BR 040/GO 16 MIL M²
VALPARAÍSO-GO 300m frente p/ BR 040/GO km 8, á 2,5 km da Havan. BUILT TO SUIT. Próprio para CD, mercado, atacado ou logística. Tr: 61 9.9868-1355 wpp

OUTROS ESTADOS

ILHA DO CONTRATO
BAHIA-BA Vdo terreno 204m2 R$57.000, Tr. (61) 99937-2740 Zap.

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

SANTO ANTÔNIO do Descoberto-GO - Oportunidade 50hc. lindo sítio, curral muita água c/ prop 99981-9390 cj4371

OUTROS ESTADOS

ALEXÂNIA-GO 20.000m², Local Plano e Seguro. Água, energia. Net.Lazer ou Morar. R$140.000,00 Escritura (62) 98406-5441 c/5935

1.6 OUTROS ESTADOS

VALE DO PARANÁ - GO
DISTANTE 270 KM BSB, 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

2 IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
CRS 513 fundos W3 loja aprox 200m² c/ banheiro interno 99112-3703

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA
R 28 Apto 68m2 2 qtos sendo 1 suíte sl varanda gourmet 3351-4991

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
AV FLAMBOYANT 3 qtos 1 vaga 1 suíte sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS CJ 9417
304 SUL Bl A 3qts sendo 01 suite DCE cozinha vazado 160m2 bem localiz 3° andar 99109-6160 /3042-9200 cj9417

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AV CONTORNO 2qtos sl coz ár.serv. e gar Tr: 3386-9000 cj22002

2.2 SÃO SEBASTIÃO

SÃO SEBASTIÃO

2 QUARTOS

RITA LANDIM ALUGA
COND JARDINS Mangueral excelente Apto todo reformado c/área lazer 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

1 QUARTO

PEDRO JR C 12778 ALUGA
QD 03 35m² 1qto sala coz wc/blindex Tr: 98481-4268/ 3591-1306

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
CCSW 03 Alugo Apto 2 qtos 1 vaga 1 suíte sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA
CSA 03 ótimo apto vista livre com armários piso porcelanato 3351-4991

2.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

QD 03 Alg casa 6qts 3sts 2 pavtos. Ótimo Preço 99983-1953 c3149

2.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AV CENTRAL 3qts sendo 1ste sala coz banh. Tr: 3386-9000 cj22002

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM ALUGA
QD 05 4qtos área total 2.400m² cosnstr. 400m² . 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM ALUGA
QD 05 4qtos área total 2.400m² cosnstr. 400m² . 3552-4358 c/12179

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

SOTERRA ALUGA
QS 06 casa 2qtos 100m2, R$ 1.800. CJ3504 3351-8000

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SOTERRA IMOBILIÁRIA
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

4 OU MAIS QUARTOS

SOTERRA ALUGA
QNB 02 cs 4 qtos sendo 2 stes todos c/arms gar p/ 5 carros CJ3504 3351-8000/ 98116-4684

QNL 03 Conj F casa 5, 4qtos. Tag. Norte R$ 1.800,00 F:98333-1777

SOTERRA ALUGA
QNB 02 cs 4 qtos sendo 2 stes todos c/arms gar p/ 5 carros CJ3504 3351-8000/ 98116-4684

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

PLANO EMPREEND.
SHN QD 01 Cond Vision Work & Live. Garagem p/alugar 12m2. Tr: 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 415 SUL Loja dupla com subsolo térreo sobreloja c/ 240m2 Reformada (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 garagem alugo R$ 150,00 CJ 5211. Tratar: 3322-3443

SR. IMÓVEIS CJ 9417
CLS 415 SUL Loja dupla com subsolo térreo sobreloja c/ 240m2 Reformada (61) 99109-6160 Zap 3042-9200 cj9417

GAMA

ST SUL QD 05 Alugo Prédio , de 6 pavimentos Tr: (61) 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SCS QD 01 Edif Ceará sala com banheiro á CJ 5211. Tratar: 3322-3443

GAMA

ST CENTRAL Alugo Sala comercial. Gama-DF . Tr. (61) 99976-4334

SAAN/SIA/SIG/SOF

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SAAN QD 02 aluguel de sala sem fiador sem burocracia 3344-4112

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

AUTOCRED
320IA 19/20 Modern/ Sport Tb 2.0 flex/Gp 4p excelente, único dono revisada 99288-9231

FIAT

MOBI 21/22 26MKm pra ta compl manual só Brasília Ac Fin 98426-0365

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr 2.0 Flexone 16v autom. 4pts 99288-9231

HYUNDAI

GLOBO MULTIMARCAS
IX35 15/16 GLS 2.0 16V 2wc Flex autom. 3363-9242 98409-9198

GLOBO MULTIMARCAS
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TOYOTA

GLOBO MULTIMARCAS
COROLLA 18/19 GLi Upper 1.8 Flex 16V Aut. 3363-9242 98409-9198

VOLKS

GOL/07 4pts inteiro vendo ou troca Tr: (61) 99969-9595/99909-7931

GOL/07 4pts inteiro vendo ou troca Tr: (61) 99969-9595/99909-7931

AUTOCRED
GOLF 13/14 Highline 1.4 Tsi 140cv Aut. 99288-9231

GLOBO MULTIMARCAS
VIRTUS 20/21 Comfort 200 Tsi 1.0 Flex 12V automático. 3363-9242 98409-9198

AUTOCRED
GOLF 13/14 Highline 1.4 Tsi 140cv Aut. 99288-9231

GLOBO MULTIMARCAS
VIRTUS 20/21 Comfort 200 Tsi 1.0 Flex 12V automático. 3363-9242 98409-9198

3.1 VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

SANDRA DE CASTRO
SEU PRIMO Plínio Vaz Guimarães de Indaiatuba-SP - Procura por você para às felicitações de seu aniversário dia 27/04. A família está com saudades de você, porque há muito tempo que não temos notícias sua e de sua família, última informação que tivemosque vc mora em Brasília é Professora. Por favor entre contato. No telefone (19) 99409-4148

MÍSTICOS

AMARRAÇÃO AMOROSA
TARÔ DOS ANJOS Faço união de casal , avastamento de rivais, limpeza de corpo, aberturas de caminho com rezas e passes espiritual, trato impotência e cura vícios. Trabalhos p/todos fins. Consulta 01 cesta básica, Fazemos consulta presencial/ online 98224-9880 - SIA . Mãe Heloisa

AMOR EM 6 HORAS
A MÃE SARA traz o amor de volta em 6 horas , cura impotência sexual , ejaculação precoce, faz pacto de riqueza, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. (61) 9.9149-8430

CENTRO DE TERAPIA E ASTROLOGIA
CONVIDO-LHE A FAZER uma consulta através de Búzios e Tarôt. Faz e desfaz qualquer tipo de trabalho. Trabalhos honestos e garantidos. Poderosa amarração definitiva. Ligue: 99526-4475

5.7 TEMPORADA

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

ANDERSON MACHO peludo realiz Fetiches c/ acess ele(a)casal c/ mass 6198223-4443

FAÇO ORAL
GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 99662-9136

LORY 35anos magrinha siliconada toda linda s/ fresc. (61) 99366-8825

MARCELA LOIRA
COROA TODA Bronzeada. No Sudoeste. Whats (61) 99921-2463

MARCOS MACHO Ativo, boa pinta, jeito de macho de verdade. (61) 99169-1991

BUMBUM DOURADO
PÂMELA EX DANÇARINA De Tv. Faz oral até o fim 61 98112-7253

BUMBUM DOURADO
PÂMELA EX DANÇARINA De Tv. Faz oral até o fim 61 98112-7253

MARCOS MACHO Ativo, boa pinta, jeito de macho de verdade. (61) 99169-1991

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

EXECUTIVE RELAX Liz linda japa mass final feliz (61) 98178-2761

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTARMASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

EXECUTIVE RELAX Liz linda japa mass final feliz (61) 98178-2761

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

EMPRESA CONTRATA
AGENTE DE PORTARIA atuar área de condominial c/ experiência Enviar CV: rh@centrosulservicos.com.br

RESTAURANTE ESTÁ CONTRATANDO MENSAL
ATENDENTE / AUXILIAR De Cozinha e Auxiliar de Serviços Gerais (Limpeza). Interessados enviar Currículo para e-mail: rh.marzuk2024@gmail.com

VAGA PARA
AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais . Instituição de Idosos em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assist. médica e odontológica, almoço local CV: instcontrata@gmail.com

BARBEIRO PARA Sudoeste c/experiência. Tratar: 98251-0610

COZINHEIRO E SERVIÇOS Gerais. CV para : leemacny @gmail.com

RESTAURANTE CHINÊS
COZINHEIRO, ATENDENTE e Auxiliar de Cozinha com experiência. Tag.Centro 3352-8456

RESTAURANTE CONTRATA
CUMIM/AUXILIAR De Cozinha/ Cozinheiro(a) Auxiliar/PCD Pessoas c/ deficiência Enviar CV p/: rhdondurica @gmail.com

DOMÉSTICA p/ casa de família. Asa sul (61) 99642-9001

6.1 NIVEL BÁSICO

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 2.000 semana a.norte 61 98122-3152

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana 61 98474-3116

MECÂNICO DE AUTO
PHD AUTOMOVEIS c/ experiência comprovada. Tel: 97403-5000 ou comparecer: SIA Trecho 01/02 Lotes 1010/40

MONTADOR DE CARRO e Lavador com exper. West Car Tag. 98282-9696

EMPLAVI CONTRATA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Interessados(as) entrar em contato. Tel: 3345-9400 ou emprego@emplavi.com.br

6.1 NIVEL BÁSICO

POLIDOR DE AUTO
PHD AUTOMOVEIS c/ experiência comprovada. Tel: 97403-5000 ou comparecer: SIA Trecho 01/02 Lotes 1010/40

VAQUEIRO
PRECISA-SE COM EXPERIÊNCIA em Fazenda. Formosa-GO. Tratar: 99989-6902

RENDA EXTRA
VENDEDORA de moda feminina c/ comissão, pode trabalhar em casa. Inf.: (61) 99201-4225

CASEIRO PARA serviços gerais, para morar. casal. Tr. 99976-4334

VAQUEIRO QUE SAIBA tirar leite Tratar: 61 3367-0108

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº 14673/2024 – CESAV/BU de 19/01/2024, requereu a este Serviço Registral a intimação de **TIAGO COSTA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, atleta profissional e técnico, CPF nº 003.136.721-64, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: a) Apartamento nº D1-23, situado no 2º Pavimento, do Bloco "D1", da Rua "D" – Quadra Condominial QC14 – Avenida Mangueiral, do SHMA; b) Quadra QC 18, Conjunto A, Casa nº 45, Guará I, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R$ 22.571,54 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), atualizada até o dia 29/04/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária Apartamento nº D1-23, situado no 2º Pavimento, do Bloco "D1", da Rua "D" – Quadra Condominial QC14 – Avenida Mangueiral, do SHMA, nesta cidade, registradas sob os n°s R.10 e R.11 na matrícula n° 111.941. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº D1-23, situado no 2º Pavimento, do Bloco "D1", da Rua "D" – Quadra Condominial QC14 – Avenida Mangueiral, do SHMA, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2024.

LÉA EMÍLIA
BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90006/2024 - UASG 154040

Nº Processo 23106.083894/2023-87. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em modernização tecnológica de instalações de transporte vertical (elevadores) dos imóveis gerenciados pela Secretaria de Patrimônio Imobiliário da Universidade de Brasília - SPI. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 24/04/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Prédio da Reitoria 2º Andar – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília/DF ou no site www.gov.br/compras ou pelo e-mail: col@unb.br. Entrega das propostas: a partir de 24/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/05/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

Brasília, 23 de abril de 2024
CLÉCIO DA SILVA BATISTA
Agente de Contratação

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE DE FARMÁCIA
COM OU SEM EXPERIÊNCIA e boa digitação. Sal. R$1.750 + Comissão+VA+VT + PS. Cv p/ viamagistralcurriculumlab@uol.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

VAGA PARA
ATENDIMENTO AO PÚBLICO . Instituição de Idosos em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assistência médica e odontológica, almoço local CV: instcontrata@gmail.com

GERENTE DE RESTAURANTE c/experiência. Enviar cv p/ 61-991041929

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A**, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelos requerimentos de 22/02/2024, requereu a este Serviço Registral as intimações de **HAISLAN MARCIO SILVA LOPES**, brasileiro, advogado, CPF nº 015.577.091-81, casado com LUIZA CRISTINA FRANCO SILVA LOPES, CPF nº 001.953.371-31, residente e domiciliado, nos seguintes endereços: a) Lote nº 01, da Rua das Acácias – Módulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" – Quadra A2 – (SHTO); e, b) Apartamento nº 102, do Bloco "G", da Quadra - SQNW 107; na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$44.481,38 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos), atualizada até o dia 08/07/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 01, da Rua das Acácias – Modulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" – Quadra A2 – (SHTO), nesta cidade, registrada sob os n°s R.4 e R.5, na matrícula n° 168.843. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, ficam o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADO, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 01, da Rua das Acácias – Modulo I, destinado ao uso Residencial Unifamiliar, do loteamento denominado "SANTA BÁRBARA" – Quadra A2 – (SHTO), desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2024.

LÉA EMÍLIA
BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº 44236/2024 – CESAV/BU de 07/03/2024, requereu a este Serviço Registral as intimações de **WILLIAN VIEIRA MAIA**, e sua mulher **SANDRA CIARALLO FERREIRA MAIA**, brasileiros, empresários, inscritos no CPF sob os nºs 564.452.961-49 e 657.670.711-87, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: a) Lote nº 11, da Rua SIÃO – loteamento denominado "Morada de Deus"; e, b) Lote nº 07, Conjunto 03, Condomínio Belvedere Green, Jardim Botânico, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R$ 45.025,40 (quarenta e cinco mil e vinte e cinco reais e quarenta centavos), atualizada até o dia 06/05/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária do Lote nº 11, da Rua SIÃO – loteamento denominado "Morada de Deus", nesta cidade, registradas sob os n°s R.2 e R.3, na matrícula n° 104.245. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, ficam os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 11, da Rua SIÃO – loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 2024.

LÉA EMÍLIA
BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

6.1 NÍVEL MÉDIO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL MÉDIO

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF ZAMBIA
THE EMBASSY OF ZAMBIA in Brasilia is looking for suitably qualified persons to fill Driver (One Position). Responsibilities: Drive Embassy staff/other dignitaries on duty; Courier as assigned; Using GPS to find safe and faster routes; Ensure vehicle is cleaned and maintained; Ensure vehicle readiness for movement; Timely reporting breakdowns, accidents, incidents; Updating vehicle log book; Perform any other duties as assigned by the supervisor. Qualifications/qualities: Junior/High School Education; 3 years professional driving experience between 25- 50 years old; Clean driving record Class D; Excellent driving knowledge in Brazil; Oral and written, English and Portuguese skills; High integrity and high standard of discipline; Punctual, flexible and adaptable; Work for long hours and multitask. HOW TO APPLY DRIVER POSITION. Interested candidates should deposit the following documents in the tender box at the Embassy of Zambia in Brasilia, Brazil. Application deadline: 3rd May, 2024 at 12:30 hours. All applications under consideration must be able to pass medical and security certifications. Application letter in English. Curriculum vitae with 2 traceable referees, valid Cell phone number and email (if available). Copy of: CPF; Proof school education; proof of residence. Copy of Drivers licence. Only shortlisted candidates will be contacted. Please bring originals of all submitted documents for the interview. Email: brasilia@grz.gov.zm

COLÉGIO NA ASA NORTE SELECIONA CURRÍCULO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Experiência em atendimento ao público, gerência de estoque e costura. Enviar currículo até as 23h de 28 abril 2024 e-mail: apmcmbc@gmail.com

CONTABILIDADE
AUXILIAR DE PESSOAL c/ experiência. Enviar curriculo p/ inacon@solar.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF ZAMBIA
THE EMBASSY OF ZAMBIA in Brasilia is looking for suitably qualified persons to fill Gardener (One position). Responsibilities Inside and outside the Chancery: Irrigating, maintaining and caring for all vegetation; Cleaning the surroundings; Recommending for fumigating and disinfecting plants; Servicing and repairing all garden equipment and tools; General duties; Perform any other duties as assigned by the supervisor. Qualifications of a gardener: Primary education; Minimum 2 years Gardening experience between 20- 50 years; Excellent knowledge of plant management, use of garden equipment and tools; Basic English or Portuguese speaking, reading and writing skills. HOW TO APPLY GARDENER POSITION: Interested candidates should deposit the following documents in the tender box at the Embassy of Zambia in Brasilia, Brazil. Application deadline: 3rd May, 2024 at 12:30 hours. Application letter in English of Portuguese. Curriculum vitae with 2 traceable referees, valid Cell phone number and email (if available). Copy of: CPF; Proof school education; proof of residence. All applications under consideration must be able to pass medical and security certifications. Only shortlisted candidates will be contacted. Please bring originals of all submitted documents for the interview email: brasilia@grz.gov.zm

MOTORISTA
COM EXPERIÊNCIA e informática básica p/ Funerária Tratar: EQNM 17/19 Bloco F Lote 05 Ceilândia Sul

TELEMARKETING CONTRATA
OPERADORA DE TELEMARKETING c/ experiência em filantropia. Local de Trabalho: Gama. Tr. 99108-4935 Falar c/ Meire

RENDA EXTRA - Ganhe 3.000,00/mês revendendo apenas 10 produtos por dia. https://superclassificados.com/usuario/234933/novo

RENDA EXTRA - Ganhe 3.000,00/mês revendendo apenas 10 produtos por dia. https://superclassificados.com/usuario/234933/novo

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE PRODUÇÃO Empresa oferece: Salário, VT, VA e Seguro de vida. Enviar CV p/ vendas@americanextintores.com.br

CONTRATA-SE
SOLDADOR COM EXPERIÊNCIA em MIG. Empresa oferece: Salário, insalubridade, VT, VA e Seguro de vida. Interessados enviar CV para: empregoextintores@gmail.com

AUXILIAR PRODUÇÃO p/ Ind aliment Samamb rh@germana.com.br

MANIPULAÇÃO AUX. LABORATÓRIO
SALÁRIO BASE com/sem expr. R$1.750 + Va + Vt + PS. Enviar p/: viamagistralcurriculumlab@uol.com.br

CHAPEIRO p/Lanchonete . Gama. CV p/: (61) 99192-2425 Zap

CONTRATA-SE
VENDEDOR (A) COM EXPERIÊNCIA, em vendas diretamente para Construtoras. Que tenha CNH "B". Empresa oferece: Salário, VT, VA, Comissão e ajuda de custo . Enviar CV p/ vendas@americanextintores.com.br

VENDEDOR DE AUTO
PHD AUTOMOVEIS c/ experiência comprovada. Tel: 97403-5000 ou comparecer: SIA Trecho 01/02 Lotes 1010/40

BRASIL TEMPER CONTRATA
GERENTE DE VENDAS e Auxiliar financeiro c/ experiência . Enviar CV c/ pretensão salarial p/ brasiltemper.brasiltemper@gmail.com

EMPREGOS E FORMAÇÃO PROFISSIONALATENDENTE/CAIXA 61-995767350

EMPREGOS E FORMAÇÃO PROFISSIONALCONTRATA-SE AUXILIAR ADMINISTRATIVO 61-999663231

6.1 NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL SUPERIOR

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF ZAMBIA
RECEPTIONIST (ONE POSITION)Responsibilities: Receiving visitors; Making visitors appointments; Answering the Embassy phone; Updating telephone and emergency contacts lists; Receiving and distributing mail; Providing translations both written and verbal as required; Supporting planning and organization of Embassy events; Maintain office security; Perform any other duties as assigned by the supervisor. Qualifications: Highest level of school and professional certificates; Fluency in English and Portuguese, both verbal and written; Excellent interpersonal and strong organizational skills; At least 2 years experience between 25- 50 years old; Excellent communication and Microsoft office skills; Professional attitude, appearance, engagement and customer service skills; Dependable, punctual, working for long hours and multitasking; Understanding the importance of maintaining the integrity of a diplomatic mission. HOW TO APPLY RECEPTIONIST POSITION. Interested candidates should deposit the following documents in the tender box at the Embassy of Zambia in Brasilia, Brazil. Application letter in English. Curriculum vitae with 2 traceable referees, valid Cell phone number and email (if available). Copy of: CPF; Proof school education; proof of residence. Application deadline: 3rd May, 2024 at 12:30 hours. All applications under consideration must be able to pass medical and security certifications. Only shortlisted candidates will be contacted. Please bring originals of all submitted documents for the interview. brasilia@grz.gov.zm

6.2 NÍVEL BÁSICO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CUIDADORA HOSPITALAR ou residência. Cuido do seu paciente c/ responsabilidade, tenho curso de cuidadora, experiência e referência. Tr: Valdecina 99350-3858

DIARISTA PASSADEIRA Doméstica Ofereço meus serv tenho ótimas refer. 61 99318-3957

CUIDADORA HOSPITALAR ou residência. Cuido do seu paciente c/ responsabilidade, tenho curso de cuidadora, experiência e referência. Tr: Valdecina 99350-3858

DOMÉSTICA Ofereço-me c/ Refer/ Exp. p/ dormir (62) 99551-4307

NÍVEL MÉDIO

MOTORISTA OFEREÇO Partic Secretário/Aux Adm 61 996381474

6.2 NÍVEL BÁSICO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CUIDADORA HOSPITALAR ou residência. Cuido do seu paciente c/ responsabilidade, tenho curso de cuidadora, experiência e referência. Tr: Valdecina 99350-3858

DIARISTA PASSADEIRA Doméstica Ofereço meus serv tenho ótimas refer. 61 99318-3957

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

MATEMÁTICA FÍSICA Quím Português Inglês prof. Kanes 98324-1000

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – UTF/BRA/089/BRA
EDITAL – CÓDIGO: TR CONS 009-2023 – DEFIP – PROAGRO
1 VAGA – MODALIDADE PRODUTO

Formação: Ciências Agrárias ou Ciências Sociais Aplicadas, de acordo com a tabela de áreas de conhecimentos da CAPES/CNPq. **Experiência Profissional:** Experiência mínima comprovada de 08 (oito) anos no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ou Especialização e 06 anos de experiência, ou Mestrado e 05 anos de experiência, ou Doutorado e 03 anos de experiência. Desejável experiência em elaboração e proposição de instrumentos técnico-jurídicos. **Vigência Contratual:** 11 (onze) meses. **Outras informações:** Para participar da seleção, os candidatos deverão se cadastrar no processo, **impreterivelmente, até o dia 08/05/2024 às 18h59min00seg (horário de Brasília)**, no link da FAO: https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/recrutamento-e-selecao/pt/ - Job Title: Agriculture Specialist - Agricultural Activity Guarantee Program (Proagro). A responsabilidade pelo processo seletivo é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. Não serão contratados servidores públicos (federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal) ativos da Administração Pública Direta ou Indireta. **Fundamento Legal:** Decreto nº 5.151/2004; Portarias MRE Nº 8/2017, e MDA nº 47/2014. **OS CURRÍCULOS DEVERÃO SER PREENCHIDOS EM PORTUGUÊS. A comissão de seleção apenas analisará os currículos que informarem o período (mês e ano) de entrada e saída de cada experiência adquirida.**

IICA — INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

EDITAL Nº 075/2024
ORGANISMO INTERNACIONAL
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
BRA/IICA/23/002
SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO

Código: ***TR/PF/IICA-26050***

O objetivo geral desta contratação é contribuir, por meio de consultoria individual, com apoio técnico especializado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no suporte ao processo de monitoramento e avaliação dos instrumentos, estratégias, objetivos e eixos da PNDR e seus instrumentos na realização de estudos, pesquisas e análises, proposição de metodologias e elaboração de relatórios técnicos.

Formação: Profissional de nível superior com, no mínimo 5 (cinco) anos de formação, na área de administração pública, ciências sociais, economia, planejamento urbano e regional, ou áreas afins.

Experiência Profissional: Mínima de 2 (dois) anos relacionados ao monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Vigência Contratual: 12

Número de Vagas: 1

Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, impreterivelmente até o dia **29/04/2024 às 23:59:00h**. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA https://www.iica.org.br/pt/node/75

Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017.

IICA — INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

EDITAL Nº 076/2024
ORGANISMO INTERNACIONAL
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
BRA/IICA/23/002
SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO

Código: ***TR/PF/IICA-26045***

O objetivo geral desta contratação é contribuir, por meio de consultoria individual, com apoio técnico especializado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, na administração de bases de dados georreferenciadas, modelagem das infraestruturas de transportes nas diferentes escalas territoriais, planejamento integrado de transportes com vistas a auxiliar na categorização das dinâmicas regionais; desenvolvimento de ferramentas informacionais, realização de análises quantitativas e qualitativas e desenvolvimento de relatórios, tabuladores e geradores de gráficos e mapas para a avaliação e o monitoramento dos instrumentos estratégias, objetivos e eixos da PNDR

Formação: Profissional de nível superior com, no mínimo 5 (cinco) anos de formação na área de Engenharia Civil e Geografia

Experiência Profissional: Mínima de 2 (dois) anos relacionados aos temas abrangidos pelo Objetivo Geral deste Termo de Referência, qual seja a administração de bases de dados georreferenciadas, modelagem das infraestruturas de transportes nas diferentes escalas territoriais, planejamento integrado de transportes com vistas a auxiliar na categorização das dinâmicas regionais; desenvolvimento de ferramentas informacionais, realização de análises quantitativas e qualitativas edesenvolvimento de relatórios, tabuladores e geradores de gráficos e mapas para a avaliação e o monitoramento dos instrumentos, estratégias, objetivos e eixos da PNDR

Vigência Contratual: 24

Número de Vagas: 1

Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, impreterivelmente até o dia **29/04/2024 às 23:59:00h**. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA https://www.iica.org.br/pt/node/75

Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017.